



**UFAM**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS – IFCHS**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL - PPGAS**



**ENTRE O PASSADO E A “MODERNIDADE”: USO E RESSIGNIFICAÇÃO DO  
ESPAÇO PÚBLICO PRAÇA DOM PEDRO II-MANAUS/AM**

**WILLIAM RODRIGUES PEREIRA**

**Manaus – AM**

**2019**

**WILLIAM RODRIGUES PEREIRA**

**ENTRE O PASSADO E A “MODERNIDADE”: USO E RESSIGNIFICAÇÃO DO  
ESPAÇO PÚBLICO PRAÇA DOM PEDRO II-MANAUS/AM**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção de título de Mestre em Antropologia Social.

**Orientador: Prof. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga**

**Manaus – AM**

**2019**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P436e Pereira, William Rodrigues  
Entre o Passado e a "Modernidade": Uso e Resignificação do Espaço Público Praça Dom Pedro II -Manaus/AM : uso e resignificação do espaço público praça Dom Pedro II -Manaus/AM / William Rodrigues Pereira . 2021  
117 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Sérgio Ivan Gil Braga  
Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Antropologia. 2. Contra usos. 3. Enobrecimento. 4. Patrimônio. 5. Preservação . I. Braga, Sérgio Ivan Gil. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Sérgio Ivan Gil Braga

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM)

Presidente

---

Profa. Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS-UFAM)

Membro

---

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia

PPGCASA/UFAM

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

A conclusão deste trabalho é uma forma de agradecer ao apoio, em alguns casos incondicional, recebidos ao longo desta produção. Uma demonstração de que todo apoio foi direcionado (bem direcionado) a fazer o melhor diante das dificuldades, fossem elas pessoais ou coletivas. Agradeço aos representantes das instituições públicas contactadas, os quais concederam acesso a registros documentais, tais como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Secretaria de Estado de Cultura (SEC), o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA) e a Prefeitura de Manaus. A CAPES que representa um dos apoios financeiros importantes para o fomento de pesquisas no Brasil. Assim como ao PPGAS-UFAM, aos professores Carlos Augusto da Silva e Márcia Regina Calderipe Farias Rufino, que contribuiriam no desenvolvimento desta pesquisa com colocações sempre pontuais e importantes, pelos quais nutro admiração e carinho, bem como ao professor e orientador Sérgio Ivan Gil Braga.

Principalmente, agradeço à minha família, meus pais e irmãos são responsáveis pelo desejo de seguir em frente, nos estudos e na vida. Nem todos demonstram afeto da mesma forma, mas é perceptível quando há a presença de bons sentimento nas ações do outro que são para te fazer sentir bem, seguro, feliz, e ir além para alcançar seus objetivos. Resumindo, gratidão!

## RESUMO

Com um enfoque interdisciplinar entre a Antropologia e Arqueologia, esta pesquisa analisa os usos e contra usos que determinados sujeitos fazem da Praça Dom Pedro II, patrimônio histórico e arqueológico da cidade de Manaus, enquanto possuidores do direito de usufruir dos espaços públicos. O que permite classificar a praça como um “fato social total”, no qual se observa múltiplas dimensões, como econômico, sagrado, estético e morfológico, presentes nas relações estabelecidas pelo Poder Público e por seus usuários. A pesquisa se baseia na cultura material, representada pelos vestígios arqueológicos e históricos, na observação de campo dos usos e contra usos e em entrevistas abertas. A partir da etnografia estuda as mudanças ocorridas com o processo de enobrecimento ao longo dos anos no Centro Histórico de Manaus, o que ocasiona uma “guerra de lugares”, em que temos as ações políticas com vista à proteção e à requalificação desse bem, em contraposição encontram-se determinados sujeitos, muitas vezes marginalizados, como é o caso de profissionais do sexo, dos vendedores ambulantes e das pessoas em situação de rua que usam e ressignificam esse espaço.

**Palavras-chave:** Antropologia; Contra usos; Enobrecimento; Patrimônio; Preservação.

## **ABSTRACT**

Taking an Anthropology and Archaeology interdisciplinary approach, this research analyzes the uses and counter-uses that certain individuals make of Dom Pedro II Square, historical and archaeological heritage of the city of Manaus, as possessors of the right to benefit from public spaces. This enables to classify the square as a “total social fact”, in which multiple dimensions can be observed, like economical, sacred, aesthetic and morphological, that are present in the relations established by the State and its users. The study is based on cultural material, represented by archaeological and historical traces, in field observations of the uses and misuses and in open interviews. Given the ethnography, it studies the changes occurred with the gentrification process along the years in the Historic Center of Manaus, what leads to a “place warfare”, in which we have the political actions aiming at the protection and the requalification of this asset, in opposition certain individuals are found, mostly marginalized, such as prostitutes, street vendors and homeless people that use and give a new meaning to this space

**Keywords:** Anthropology; Counter-uses; Gentrification; Heritage; Preservation

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1. Praça Dom Pedro II gradeada em 1893.

Figura 2. Localização da Praça Dom Pedro II e o seu entorno.

Figura 3. Chafariz em ferro fundido ao fundo o Coreto de ferro.

Figura 4. Forma da praça e disposição dos canteiros, em destaque os bancos.

Figura 5. Área tombada pelo IPHAN.

Figura 6. Praça Dom Pedro II vista lado Oeste.

Figura 7. Praça Dom Pedro II vista lado Leste.

Figura 8. Projeto de Intervenção Arqueológica na Praça Dom Pedro II.

Figura 9. Exumação de urna durante o Projeto de Intervenção Arqueológica na Praça Dom Pedro II.

Figura 10. Realização do Ritual de Permissão para a exumação das urnas.

Figura 11. Poste tipo cajado e sua distribuição no interior da praça.

Figura 12. Variedade de espécies arbóreas presentes na praça Dom Pedro II.



## **LISTA DE SIGLAS**

**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento

**CAT** – Centro de Atendimento ao Turista

**CF** – Constituição Federal

**COIAB** – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

**DEMU** – Departamento de Museus e Centros Culturais

**FCA** – Ficha de Caracterização de Atividade

**FEPI** – Fundação Estadual dos Povos Indígenas

**IAPETEC** - Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas

**IBRAM** – Instituto Brasileiro de Museus

**IMPLURB** – Instituto Municipal de Planejamento Urbano

**IN** – Instrução Normativa

**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Nacional

**IPHAN** – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**MANAUSTUR** – Fundação Municipal de Turismo

**MINC** – Ministério da Cultura

**PAC** – Programa de aceleração do crescimento de cidades históricas

**SEC** – Secretaria de Estado da Cultura

**SEI** – Sistema Eletrônico de Informação

**SEIND** – Secretaria de Estado para os Povos Indígenas

**SPHAN** – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

**SUFRAM** – Superintendência da Zona Franca de Manaus

**UEP** – Unidade Executora de Projetos

**UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**ZFM** – Zona Franca de Manaus

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	11
<b>Capítulo I - Arqueologia e Antropologia: Para uma análise do Patrimônio Histórico e Arqueológico da praça Dom Pedro II em Manaus</b>	16
<b>1.1. Arqueologia: A dimensão do simbólico presente nos artefatos e seus significados</b>	16
<b>1.2. Antropologia Urbana: usos e contra usos dos espaços públicos</b>	20
<b>1.3. Interdisciplinaridade: Arqueologia e Antropologia aplicadas ao estudo do Patrimônio</b>	24
<b>Capítulo II – Praça Dom Pedro II: História e Presente</b>	33
<b>2.1. Dos Manaós: Lugar sagrado, modo de vida, luta e resistência</b>	33
<b>2.2. Crescimento econômico e urbano de Manaus</b>	44
<b>2.3. Patrimonialização, requalificação e gentrificação do Centro Histórico de Manaus</b>	48
<b>Capítulo III – Memória e Enobrecimento: Usos e contra usos da Praça Dom Pedro II</b>	73
<b>3.1. Um lugar sagrado: os discursos do Patrimônio</b>	73
<b>3.2. Enobrecimento: Usos e contra usos, uma guerra de lugares.</b>	90
<b>3.3. Discurso do cotidiano: um olhar de dentro</b>	96
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	104
<b>REFERÊNCIAS</b>	107

## INTRODUÇÃO

O interesse em desenvolver esta etnografia sobre o Patrimônio Histórico e Arqueológico da cidade de Manaus surgiu durante a graduação em Arqueologia, ao elaborar o trabalho de conclusão de curso (TCC), no qual se realizou um estudo sobre patrimônio histórico edificado, construído principalmente durante o período conhecido como Belle Époque.

O enfoque da Arqueologia Histórica, subdivisão da Arqueologia, são os vestígios remanescentes de um passado próximo ainda usados no presente. Desse modo, analisou-se, edificações históricas abandonadas e em processo de degradação, tais como o Hotel Cassina, atualmente Casarão de Inovação Cassina e da ruína localizada na avenida Leonardo Malcher, esquina com a Getúlio Vargas (s/n). Assim, foi possível notar outros usos atribuídos a essas construções, como abrigo para pessoas em situação de rua e local para os usuários de entorpecentes.

Conseqüentemente, gerou o interesse em abordar como o patrimônio histórico está inserido no cotidiano das pessoas, sendo ressignificado por seus diferentes usuários. Em relação a essas edificações históricas, tornou-se evidente o contraste entre os usos e o valor social do passado com os do presente. Foram abandonadas gradativamente quando a exploração do látex entrou em declínio por volta de 1912 e ocasionou o esvaziamento da cidade (BENTES, 2008).

Atualmente, no Centro Histórico de Manaus existem espaços que apresentam uma variedade de contra usos, ou seja, que divergem da finalidade de usos estabelecidos originalmente. Por exemplo, a Praça Dom Pedro II, que além do lazer e da sociabilidade, figuram também a moradia e o comércio seja material ou sexual. Inserido nessa perspectiva, o sentido do sagrado associado às urnas cerâmicas, demonstrando a complexidade desse espaço como patrimônio da cidade.

Discute-se nesta dissertação, a dinâmica da ocupação e dos usos que ocorreram na área da atual praça Dom Pedro II, considerando-se três períodos: o pré-colombiano, o passado histórico e o presente. Observou-se as ações públicas e privadas, das quais resultam uma valorização e valoração do patrimônio histórico edificado, assim como aos múltiplos discursos criados acerca dele nas suas variadas dimensões.

Patrimônio pode ser definido como uma herança passada entre gerações, carregada de valores simbólicos. Essa definição existe desde a antiguidade, porém, pode assumir diferentes conotações. Sobre Patrimônio Histórico, a historiadora francesa Françoise Choay nos diz:

“A expressão (Patrimônio Histórico) designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada e dimensões planetárias e constituído de uma diversidade de objetos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos que antes não eram concebidas por seus criadores.” (CHOAY, 1992, p. 11)

No Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, por meio da etnografia, é possível analisar os usos atribuídos à praça Dom Pedro II, aqueles que vão além dos comuns designados para o espaço público. Assim como abordar outras dimensões presentes no cotidiano, no qual as questões sociais atuais influenciam diretamente os indivíduos que estabelecem relações com esse local, como de pertencimento, propriedade e sociabilidade.

Essa última relação social, de acordo com o pesquisador alemão Georg Simmel (1979), trata-se do modo em que os indivíduos realizam seus interesses em comum, conjuntamente. A sociabilidade é vista por Simmel, como a forma lúdica da sociação, na qual o fato social age como um definidor do comportamento individual, de modo que as individualidades não se sobreponham aos interesses mútuos. Sendo assim, a sociabilidade é resultado da interação entre sujeitos compartilhando de interesses que lhes produzem sentimentos como de satisfação e alegria (SIMMEL, 1979).

Ao utilizar o método etnográfico, buscou-se observar os usos e contra usos do patrimônio, de modo a compreender como os símbolos do passado são ressignificados no presente. Utilizando esse método de pesquisa da Antropologia, ciência na qual o homem é o objeto de estudo, aplica-se nesse metodologias científicas como aquelas presentes em outras disciplinas. São essas ressignificações que não podem ser secundarizadas ou esquecidas, as quais se objetivou dar maior atenção nesta dissertação (LAPLANTINE, 1988).

Esses exemplos bastam para nos convencer de que a antropologia é o estudo do social em condições históricas e culturais determinadas. A própria observação nunca é efetuada em qualquer momento e por qualquer pessoa. A distância ou participação etnográfica maior ou menor está eminentemente ligada ao contexto social no qual se exerce a prática em questão, que é necessariamente a de um pesquisador pertencendo a uma época e a uma sociedade. Quando pensa estar fazendo aparecer a racionalidade imanente ao grupo que estuda, o etnólogo pode esquecer (frequentemente de boa-fé) as condições— sempre particulares — de produção de seu discurso. Mas estas nunca são históricas, política, cultural, e socialmente neutras; expressam diferentes formas da cultura ocidental quando esta encontra os outros de uma maneira teórica. (LAPLANTINE, 1988, p.138).

Propôs-se tratar do patrimônio observando suas dimensões, seus usos e contra usos, a fim de que ações tomadas, particularmente em relação à praça Dom Pedro II, considere-se a sua relevância social no presente; logo, sem que haja detrimento aos contra usos praticados por determinados sujeitos.

Em relação ao método etnográfico, o objeto desta pesquisa encontra-se no meio urbano. O antropólogo José Guilherme Magnani (2002) em seu artigo “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana” evidencia a importância desse instrumento de pesquisa não apenas como uma mera técnica, mas um conjunto de práticas que surgem durante o trabalho de campo, permitindo ao antropólogo se adequar às condicionantes do seu objeto, de modo a contribuir para o desenvolvimento da pesquisa.

É o que se propõe com a Antropologia, por meio do método etnográfico. As grandes cidades certamente são importantes para análise e reflexão, não apenas porque integram o chamado sistema mundial e são decisivas no fluxo globalizado e na destinação dos capitais, mas também porque concentram serviços, oferecem oportunidades de trabalho, produzem comportamentos, determinam estilos de vida – e não apenas aqueles compatíveis com o circuito dos usuários “solventes”, do grande capital, frequentadores da rede hoteleira, de gastronomia e de lazer que seguem padrões internacionais (MAGNANI, 2002, p.15).

Por se tratar de uma pesquisa sobre o patrimônio histórico, realizou-se um levantamento de dados bibliográficos referentes à cidade de Manaus e de trabalhos realizados sobre a praça, contribuindo como dados etnográficos, analisados com certo cuidado. Sobre o tratamento e análise das fontes documentais, Michel Foucault escreve o seguinte:

Diferentes análises e perspectivas em torno do uso e natureza dos acervos arquivísticos convergem em uma mesma preocupação: é preciso conceber os conhecimentos que compõem os arquivos como um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações histórica e culturalmente constituídas — sujeitas à leitura e novas interpretações (Foucault 1986, p.149).

Considerou-se duas importantes categorias que classificam a praça Dom Pedro II, como patrimônio histórico e como sítio arqueológico, no qual foram incluídos autores da História e da Arqueologia (YPIRANGA, 1952; FREIRE, 1993; DIAS, 1999; MARCOY, 2001; CASTRO, 2006; FILIPPINI, 2008, COSTA, 2013).

Coletou-se os dados gerados durante as atividades arqueológicas executadas na praça e no seu entorno, disponíveis no Sistema Eletrônico de Informação (SEI), podem ser acessados no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por meio dos números dos processos referentes às obras de requalificação da praça Dom Pedro II, do Hotel Cassina e da Câmara Municipal.

Referente à patrimonialização (FONSECA, 1997), houve a necessidade de contatar o Poder Público representado pelo IPHAN e pela Secretaria de Estado da Cultura (SEC). Aquele, responsável pelo tombamento do Centro Histórico de Manaus em 2012 e esse, o representante do Estado do Amazonas, também encarregado da preservação do patrimônio. Considerou-se as intervenções realizadas pela Prefeitura Municipal de Manaus, com ações para incentivar a visitação desse espaço público, por meio da realização do evento “Passo a Paço”, observado em um primeiro momento, resultando em notas preliminares para esta pesquisa.

O acesso aos registros fotográficos nos sites da Biblioteca Virtual do Amazonas e da Biblioteca Nacional Digital, contribuíram para a construção do contexto histórico, do mesmo modo que a comunicação direta com entidades do governo tal como o Instituto Municipal de Planejamento Urbano – IMPLURB, localizado na sede da Prefeitura de Manaus, no bairro da Compensa.

De modo geral, buscou-se cotejar a praça Dom Pedro II como um “fato social total”, no sentido proposto por Marcel Mauss (2003), explorando suas múltiplas dimensões, econômica, estética, morfológica e religiosa. Evidenciou-se os usos e contra usos realizados pelos sujeitos, ocasionando uma “guerra de lugares” (ARANTES, 1994), quando, por exemplo, consideramos o interesse do Poder Público em revitalizar esse espaço, buscando fomentar o turismo por meio da gentrificação, que objetiva atrair frequentadores de um estrato social mais alto em relação aos atuais. Não esquecendo se tratar, também, de um sítio arqueológico, antigo cemitério indígena e necrópole que corresponde à fundação da própria cidade de Manaus.

No primeiro capítulo, a Arqueologia é apresentada como uma ciência que se volta para os objetos, analisando seus significados dentro do contexto social no qual foram produzidos. Deu-se ênfase para Arqueologia Histórica, por se tratar de um patrimônio edificado em um período importante da história da cidade de Manaus. Dessa forma, foi possível construir um contexto que remete à vida de parte da sociedade manauara durante o auge da praça Dom Pedro II.

A Arqueologia também está presente nas pesquisas referentes aos vestígios pré-colombianos escavados na praça e nas suas adjacências, permitindo descrever as características e datações das urnas cerâmicas exumadas entre 2003 e 2004, pelo arqueólogo Eduardo Góes

Neves e sua equipe e das atividades realizadas dentro do Paço da Liberdade, atualmente Museu da Cidade, ocorridas entre 2007 e 2013, sob a coordenação dos arqueólogos Marcus Corrêa e Carlos Xavier Netto que resultou em uma exposição permanente de três urnas *in situ*.

No mesmo capítulo, foram abordados conceitos próprios da Antropologia Urbana como a gentrificação ou enobrecimento urbano (PAES, 2017; BATALLER, 2012), que consiste em melhorias físicas, econômicas, sociais e culturais ocorridas em determinados centros históricos, resultando em uma elevação da qualificação desses espaços; e a patrimonialização, processo de reconhecimento de um bem cultural por sua relevância histórica e social, garantindo sua proteção por parte do Poder Público como patrimônio (FONSECA, 1997).

No segundo capítulo, contextualizou-se historicamente a praça Dom Pedro II, considerada a principal da cidade durante a Belle Époque. Inaugurada em 1852, no centro histórico de Manaus, ela contém uma fonte de ferro e um coreto, o qual servia de palco para apresentações musicais assistidas por parte da elite manauara, ambos datados do século XIX e oriundos da Inglaterra.

No mesmo capítulo, foram tratadas as políticas culturais refletidas no evento Passo a Paço, ocorrido sempre no segundo semestre de todos os anos, desde 2015, atraindo grande público. Deu-se atenção aos projetos de revitalização, como o Monumenta, programa do Ministério da Cultura, que objetiva a recuperação e preservação do Patrimônio Histórico, teve continuidade pelo PAC – Cidades Históricas, realizando obras de recuperação e restauração dos bens tombados e de edificações históricas.

No terceiro capítulo, analisou-se as principais políticas culturais, principalmente, das últimas duas décadas, e dos usos e contra usos no presente, que diferentes sujeitos sociais fazem da praça. Levando em consideração se tratar de um lugar destinado principalmente ao lazer e ao convívio social, usos que são reafirmados pelos processos de enobrecimento em contraste com os usos não formais ou contra usos.

Ao tratar da importância desse espaço público, no qual ocorrem interações sociais diversas, deve-se entender que elas, mesmo que pareçam irregulares, podem ser compreendidas como maneiras próprias dos sujeitos interagirem ou apenas usufruírem do mesmo ambiente. Portanto, não devem ser julgadas inadequadas, pelo contrário, demonstram como os indivíduos se adaptam aos equipamentos públicos e integram esses ao seu cotidiano e necessidades, atribuindo-lhes significado pessoal (GONÇALVES, 2007).

## **Capítulo I - Arqueologia e Antropologia: Para uma análise do Patrimônio Histórico e Arqueológico da praça Dom Pedro II em Manaus**

A praça Dom Pedro II está sobre um sítio arqueológico de grande relevância para esta pesquisa, dessa maneira, faz-se necessário introduzir o leitor não familiarizado com a Arqueologia, descrevendo brevemente essa ciência e alguns dos conceitos importantes que serão utilizados ao longo desta dissertação.

### **1.1. Arqueologia: A dimensão do simbólico presente nos artefatos e seus significados**

Os antiquários colecionavam peças de alto valor material e cultural, advindas dos mais diversos locais do mundo. Esses colecionadores mantinham alto padrão de vida, permitindo-lhes adquirirem esses objetos raros, ditos colecionáveis. Contudo, o que dava importância para esses artefatos, além de possuí-los, era a possibilidade de estudá-los e descobrir suas origens, finalidades e relevância para a compreensão do processo de desenvolvimento do homem (TRIGGER, 2004).

Os vestígios pretéritos sempre foram de interesse de estudo, porém, inicialmente, quando os pesquisadores não conseguiam explicar no campo natural, correlacionavam aos fenômenos sobrenaturais, aos seres mitológicos. A obra “A Origem das Espécies” (1859) do naturalista Charles Darwin, redirecionou o estudo dos remanescentes humanos, até então, utilizados em muitas ocasiões para ratificar os escritos bíblicos (TRIGGER, 2004).

A seleção natural de Darwin contrariou a teoria vigente resultando em debates científicos com seus defensores, entretanto, ela proporcionou um aporte teórico que permitiu resolver questões não respondidas tendo como base o criacionismo, por exemplo, vestígios humanos pertencentes a um período anterior ao que foi estabelecido (PEREIRA, 2018).

À medida que os métodos surgiam, velhos paradigmas eram quebrados, proporcionando o surgimento de novas teorias. A Arqueologia entrava na Fase Científica, na qual há a presença dos rigores metodológicos, definindo-a como ciência e, desse modo, a Fase Especulativa foi abandonada, período no qual eram feitas inferências sobre a origem dos artefatos sem análises padronizadas. (RENFREW & BAHN, 2007).



A escavação de Pompéia no século XVIII marcou o início da Arqueologia como ciência no Velho Continente, período caracterizado pela retirada dos artefatos do local que eram levados para coleções de obras de arte. No século XIX, com Giuseppe Fiorelli à frente das escavações em Pompéia, as construções e os objetos de arte são de importância *in situ* (PROUS, 1992).

Fiorelli desenvolveu a técnica utilizada para preservar as formas dos corpos dos mortos na erupção do Vesúvio em 79 d.C., aplicando-se gesso nas cavidades resultantes após a decomposição, abaixo das camadas deposicionais do material vulcânico (REFREW & BAHN, 2007). Contudo, existiam diversas teorias para os pesquisadores conduzirem as análises dos dados coletados, ocasionando resultados divergentes, decorrente das variadas diretrizes buscadas pelos pesquisadores, conforme fosse pertinente (PEREIRA, 2018).

A criação do Gabinete Real de Curiosidades deu início a Arqueologia no Brasil, os sambaquis e as inscrições rupestres eram relatados desde o período colonial, vestígios de atividades humanas pré-colombianas (PROUS, 1992). Porém, o tema não era devidamente pesquisado por não ser crível à existência de culturas tão antigas no Novo Mundo.

Os naturalistas estrangeiros tinham interesse de estudar e descrever, em particular, os grupos étnicos autóctones. Hoje, os relatos que esses primeiros pesquisadores produziram, devem ser analisados com cautela no meio acadêmico, devido ao olhar discriminatório do europeu conquistador em relação aos grupos humanos originais do Brasil, que se sobressaem em muitos desses trabalhos (PEREIRA, 2018).

Como exemplo, temos as pesquisas de 800 grutas em Lagoa Santa, Minas Gerais, realizadas pelo biólogo e antropólogo amador dinamarquês Peter Wilhelm Lund, que encontrou ossos humanos misturados com fauna extinta. Não se pode confirmar que os ossos humanos e faunísticos pertenciam ao mesmo período, esses vestígios ainda geram debates sobre a sua antiguidade (PEREIRA, 2018).

Detinham o caráter científico, quando se tratava dos remanescentes culturais dos grupos pré-colombianos brasileiros, o Museu do Pará, atualmente Museu Emílio Goeldi, em homenagem ao naturalista suíço Emílio Goeldi, que viajou pela bacia Amazônica, iniciando importantes coleções zoológicas, botânicas e geológicas, bem como o Museu Nacional, no qual o austríaco Charles Wiener estudou artefatos líticos, enquanto o alemão Frantz Muller, o material natural e humano. (PEREIRA, 2018)

O Diretor do Museu Nacional, Ladislau Neto, tornou-se um expoente na Arqueologia nacional por seu envolvimento efetivo com as pesquisas arqueológicas, principalmente por ser um conhecedor dos modelos acadêmicos existentes em outros países. O Museu Emílio Goeldi

tem relevância científica em virtude do seu extenso acervo, ao passo que o Museu Nacional se encontra em reestruturação e recuperação do que resistiu ao incêndio ocorrido no dia 2 de setembro de 2018, resultando em inúmeras avarias estruturais e incontáveis perdas materiais.

Na década de 1960, Paulo Duarte criou a Comissão de Pré-História da Universidade de São Paulo, com o apoio do diretor do museu do homem em Paris, Paul Rivet. Os esforços de Paulo Duarte em prol do Patrimônio Nacional contribuíram para a aprovação da lei de proteção dos bens pré-colombianos no Brasil, a lei 3.924 de 1961. Nesse período, passou-se a adotar as metodologias das escolas americana e europeia nas pesquisas realizadas no país. Ainda assim, sem muito êxito devido à dinâmica encontrada entre clima, vegetação e geologia, principalmente na região Amazônica, o que levou os pesquisadores a adaptarem essas metodologias em suas pesquisas (FUNARI, 2003).

A Arqueologia é uma Ciência Social, na qual se estuda a cultura material objetivando-se inferir sobre o comportamento humano, constatando os significados dados a esses vestígios (TRIGGER, 2004). A História e a Antropologia mantêm uma relação estreita com a Arqueologia, visto que, têm o homem como objeto de estudo. Enquanto a história analisa diretamente os registros escritos e orais, os antropólogos focam nos discursos e imagens das pessoas vivas (PROUS, 1992).

A Arqueologia permite uma análise da sociedade compreendendo o seu funcionamento (TRIGGER, 2004), todavia, deve-se ter o cuidado ao fazer inferências para evitar a produção de uma espécie de “história falsificada” (RENFREW & BAHN, 1993). Desse modo, fazer inferências em pesquisas para as quais existem dados documentais pode tornar-se inadequado. Para a Arqueologia Histórica, os registros são uma fonte importante de pesquisa, pois podem evidenciar elementos sociais de grande relevância. Apesar disso, um registro de dados não é o suficiente, é necessária uma combinação de elementos, referente a isso, o arqueólogo Bruce Trigger nos diz:

A arqueologia infere comportamento humano, e também ideias, a partir de materiais remanescentes do que pessoas fizeram e usaram, e do impacto físico de sua presença no meio ambiente. A interpretação de dados arqueológicos depende da compreensão de como seres humanos se comportam no presente e, em particular, de como esse comportamento se reflete na cultura material. (2004, p. 19).

Dessa forma, os vestígios materiais ou artefatos – entende-se por “utensílios, armas, ornamentos, vasos, veículos, casas, templos, canais, fossos, túneis de minas, poços de refúgio,

e mesmo árvores derrubadas pela ação do homem, ossos intencionalmente quebrados para extrair o tutano ou quebrados por uma arma” (CHILDE, 1961, p.11) – são importantes para as pesquisas arqueológicas. Assim sendo, os artefatos resultam da ação direta do homem sobre a natureza, produzindo ferramentas e objetos funcionais ou possuidores de significados (FUNARI, 2010).

Associado ao artefato, o contexto de preservação, que inclui o local, a paisagem, o solo entre outros dados, pode ser utilizado como fonte de informação, possibilitando ao arqueólogo obter um diversificado conjunto de elementos para sua pesquisa, tal como, datação aproximada e inferir funcionalidade ao objeto. Por fim, as práticas metodológicas devem ser devidamente estabelecidas para o campo e laboratório (RENFREW & BAHN, 1993).

No Brasil, configura-se como a passagem do período pré-colombiano para o histórico a chegada dos europeus, conseqüentemente, o contato com os nativos. Todavia, existem sítios arqueológicos nos quais não se pode determinar exatamente se houve contato direto, em virtude dessa presença ser evidenciada por meio de artefatos, cuja presença podem ter origem na difusão entre os grupos indígenas – o escambo era uma prática de troca comum entre os nativos e desses com os europeus. Muitas vezes eram trocadas preciosidades por quinquilharias trazidas do Velho Mundo (RENFREW & BAHN, 1993).

Para melhor compreender essa transição de período, o historiador e antropólogo estadunidense Bernard L. Fontana propôs uma classificação da seguinte forma: os sítios proto-históricos, nos quais não ocorreu contato direto dos europeus com os nativos, contudo, houve interação social e cultural evidenciada pela presença dos artefatos; os sítios de contato, locais ocupados pelos nativos durante o período da colonização e os de pós-contato, a presença indígena ocorreu após a chegada dos colonizadores (ORSER, 1992).

Entretanto, existem sítios históricos sendo tratados como pré-colombianos, o que não caracteriza um erro metodológico, visto que temos muitas cidades construídas sobre sítios arqueológicos. Por essa razão, a Arqueologia Histórica está diretamente ligada à sociedade, “o que diferencia a arqueologia histórica é seu foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias” (ORSER, 1992, p.29).

Por seus estudos estarem associados a fatos históricos, logo, documentados, a Arqueologia Histórica utiliza registros escritos, e imagens, assim como dispõe das estruturas e dos artefatos como fonte de informação. A arquitetura também é utilizada como uma referência, apresenta-se em duas tradições: acadêmica e vernacular.

A primeira decorre, principalmente, do conhecimento matemático associado à técnica e à beleza estética, aplicadas às construções. A segunda é consequência da interação social dos sujeitos e das condições específicas do local em que estão inseridos, resultando em uma arquitetura particular. Ademais, pode ser uma representação de crenças de um grupo, representam saberes tradicionais para um desenvolvimento habitacional fora dos padrões formalmente concebidos, funcionais, inclusive o que justifica o estudo do conhecimento desenvolvido pela arquitetura vernacular. (PEREIRA, 2018)

Igualmente, os relatos orais representam uma referência para a pesquisa arqueológica, originando-se de fonte primária, ou seja, daqueles que tiveram uma experiência com o objeto de pesquisa; ou secundária, tal como, em histórias transmitidas oralmente, devendo-se ter cuidado com a análise desses dados, uma vez que podem não estar em concordância com os fatos. E, por último, há o uso de imagens como mapas, desenhos e fotografias. (PEREIRA, 2018)

## **1.2. Antropologia Urbana: usos e contra usos dos espaços públicos**

Não diferente do que se realiza em outras ciências, mas o modo com o qual utiliza suas ferramentas, associado às metodologias para alcançar os resultados, a Arqueologia se diferencia da Antropologia, principalmente no que diz respeito ao trabalho de campo e na análise dos dados.

Aquela ciência lida com os vestígios arqueológicos, dos quais pode se inferir comportamentos sociais, enquanto essa lida com as problemáticas do cotidiano, tais como questões de poder ou de gênero. Uma das diferenças significativas entre essas disciplinas, trata-se do trabalho de campo. A etnografia consiste na permanência, ou na frequência do antropólogo junto ao convívio do grupo pesquisado para coletar dados, utilizando técnicas de pesquisa, como a observação direta, entrevistas ou conversas informais.

A Arqueologia está voltada para produção material humana em qualquer período, principalmente as cerâmicas, tratando-se, particularmente, das pesquisas em sítios pré-colombianos na Amazônia, tal como seu processo de fabricação, consistindo nas etapas de escolha das matérias-primas, do antiplástico, das ferramentas e decoração, da técnica utilizada e da queima.

Por sua vez, estudar características cerâmicas permite fazer inferências e apontamentos acerca de comportamentos sociais, dos símbolos e seus significados. Igualmente, analisar a existência de uma conexão entre os povos pré-colombianos com os grupos indígenas contemporâneos, observando as similaridades entre os artefatos e os objetos produzidos no presente. O antropólogo estadunidense Marshall Sahlins nos diz:

“Ao contrário, cada esquema cultural particular cria as possibilidades de referência material para pessoas de uma dada sociedade, enquanto esse esquema é constituído sobre distinções de princípios entre signos que, em relação aos objetos, nunca são as únicas distinções possíveis” (SAHLINS, 2003, p. 184).

Diante disso, é possível discutir sobre os princípios que permitem atribuir sentido a elementos semelhantes presentes em grupos sociais distintos, tal como o que ocorre em relação ao cemitério e seus significados divergentes, lugar de descanso, sagrado ou aterrador, por fim, a compreensão atribuída no presente pelos sujeitos não é a mesma, assim como pode ter sido para os grupos humanos do passado.

Esses significados são apresentados, desse modo, correspondendo ao que essas sociedades vivenciaram, logo, uma inferência possível para o pesquisador ao analisar os artefatos. Assim sendo, deve-se compreender que a sociedade não é feita apenas de indivíduos, mas composta de redes complexas de relações sociais que interagem entre si (ORSER, 1992).

Por outro lado, a Antropologia Urbana, em específico, afasta o pesquisador desse passado onde o foco são os vestígios materiais, pré-colombianos ou históricos, colocando-o de frente com a realidade da sociedade atual e suas demandas. No caso, o espaço público, seus usos e eventuais contra usos. Com a Antropologia, dá-se atenção para o significado de determinados comportamentos, como nos diz Magnani (1996):

Mas o que importa ao olhar antropológico não é apenas o reconhecimento e registro da diversidade cultural, nesse e em outros domínios das práticas culturais, e sim a busca do significado de tais comportamentos: são experiências humanas - de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade - e que só aparecem como exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido. O processo de acercamento e descoberta desse significado pode ser trabalhoso, mas o resultado é enriquecedor: permite conhecer e participar de uma experiência nova, compartilhando-a com aqueles que a vivem como se fosse "natural", posto que se trata de sua cultura (MAGNANI, 1996, p.3)

Desta maneira, a Antropologia Urbana preocupa-se com questões sociais amplas, tais como lazer, habitar, sociabilidade, trabalho, entretenimento e religiosidade. Abrangendo temas importantes relacionados às experiências humanas, como pessoas em situação de rua, usuários de entorpecentes, inclusive, o contraste do comportamento moral estabelecido pelo senso comum, no que concerne às práticas de determinados sujeitos. Esta pesquisa tem como objeto de estudo, a praça Dom Pedro II, patrimônio histórico no qual ocorrem diferentes interações sociais, símbolo de múltiplos significados e ressignificações.

O conceito de patrimônio tem sido discutido e ampliado continuamente, alcançado proporções até pouco tempo não discutidas e abrangendo o plano imaterial para além do material, definições consideradas distintas, mesmo que coexistam. Como exemplo, tem-se os modos de produção de uma sociedade, nos quais há a escolha dos tipos de materiais e as técnicas utilizadas, o que resulta na materialidade desse conhecimento. As práticas sociais, as crenças e os modos de produção podem ser imateriais, contudo, manifestam-se no patrimônio material.

Na obra “O Patrimônio em Processo” (1997), a socióloga Maria Cecília Londres Fonseca, apresenta o desenvolvimento da patrimonialização no Brasil, evidenciando que o patrimônio se derivava da concepção de agentes especializados, selecionados entre intelectuais, os quais consideram determinados bens materiais, mais recentemente os imateriais, como manifestações culturais enquanto símbolos da nação. Dessa forma, merecem proteção e a garantia que as futuras gerações terão acesso a eles.

No início, a patrimonialização considerava a concepção de que determinado bem cultural constituía uma identidade nacional, dessa forma, representava o povo brasileiro, o que não refletia a totalidade da nação brasileira. A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no Artigo 216, amplia o entendimento sobre os bens que constituem o patrimônio cultural.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Por consequência, essa concepção de uma unidade nacional não se sustenta, tendo em vista à Constituição Federal. O patrimônio cultural abriu espaço para mais do que construções monumentais elitizadas, contemplando agora as minorias, outrora esquecidas. Fato importante

para afastar a ideia da existência de uma heterogeneidade cultural, considerando-se o Brasil, com população estimada de aproximadamente 211 milhões de habitantes (IBGE, 2020). Como descrito pelo antropólogo José Reginaldo Gonçalves em “Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso”

Os patrimônios culturais são estratégias por meio das quais grupos sociais e indivíduos narram sua memória e sua identidade, buscando para elas um lugar público de reconhecimento, na medida mesmo em que as transformam em “patrimônio”. Transformar objetos, estruturas arquitetônicas, estruturas urbanísticas, em patrimônio cultural significa atribuir-lhes uma função de “representação” que funda a memória e a identidade. (GONÇALVES, 2007, p.155)

Contudo, ressalta-se que nem todo bem cultural alcança o status de bem patrimonial em sentido jurídico, de modo que lhe garanta a proteção pelo Poder Público, isto é, mesmo o bem cultural estando associado às práticas sociais de um dado grupo, não o assegura ser reconhecido legalmente como patrimônio, devido à existência de critérios expressos pela própria Constituição e decorrentes do sistema burocrático que tal processo exige, como presente no Decreto-Lei nº 25/1937 (conhecido como Lei do Tombamento).

Art. 5º O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício, por ordem do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos. (BRASIL, 1937)

Reginaldo Gonçalves em “Ressonância, Materialidade e Subjetividade” (2005), analisa o patrimônio como um “fato social total”. Esse conceito tem valor significativo para esta pesquisa, ao se analisar a praça Dom Pedro II, tendo em vista se tratar de um espaço com múltiplos significados e uma variedade de usos. Gonçalves ao aplicar o conceito de “fato social total” do antropólogo Marcel Mauss, indica diferentes dimensões que um bem pode assumir, como econômico, religioso, estético e morfológico.

Exemplificando, a aplicação desse conceito pode ser demonstrada ao analisar as cerâmicas presentes na praça Dom Pedro II e no seu entorno. Ao realizarem o sepultamento em urnas cerâmicas, encontradas nessa área, os povos pré-colombianos atribuíram significados, tal como de passagem para outro nível espiritual, de modo que seus antepassados ainda teriam

participação no meio social, divergindo da ideia de morte como um fim, tendo em consideração a realização do ritual, por parte de lideranças religiosas indígenas, para pedir permissão para exumação desse material arqueológico.

Produzir cerâmicas requer níveis de produção, tais como a escolha da argila, do antiplástico, as dimensões físicas, a queima, a decoração e o engobo. Apesar disso, não há indicativos da necessidade entre os grupos de se diferenciarem, porém, é evidente que se trata de um comportamento coletivo compartilhado e realizado por um longo período, haja vista a existência de outras práticas de sepultamento na Amazônia e no Brasil relativas ao período pré-colombiano. Sejam elas primárias, em que basicamente se conserva as articulações anatômicas do corpo, ou secundárias, nas quais ocorre um desmembramento e os ossos são depositados seguindo diferentes padrões e significados.

### **1.3. Interdisciplinaridade: Arqueologia e Antropologia aplicadas ao estudo do Patrimônio**

Considera-se a praça Dom Pedro II um bem histórico sobre um arqueológico, o Sítio Manaus, ambos patrimônios culturais de Manaus. Em virtude do seu valor histórico e arquitetônico, está inserida na área tombada pelo IPHAN, assim como no Centro Histórico da cidade pela Lei Orgânica do Município de 1990 (art. 342). No que concerne a presença das urnas sob a praça e nas adjacências, constitui patrimônio arqueológico protegido pela Constituição Federal.

O conceito de “fato social total” discutido por Gonçalves (2007) aplicado à praça Dom Pedro II, na qual a dimensão econômica pode ser identificada ao observar o interesse em investir, por parte do Estado, em projetos de requalificação, buscando incentivar o turismo, bem como nos usos atribuídos pelos vendedores ambulantes, flanelinhas e profissionais do sexo que usam o espaço como local de trabalho.

Por outro lado, observa-se o sentido do sagrado, considerando o manifesto apresentado pela Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB ao Ministério Público em 2003, para solicitar que as urnas não fossem exumadas, em último caso, que a posse desse material arqueológico fosse dada para os representantes indígenas (IRIBARREM, 2017). Enquanto o estético evidencia a preocupação em restaurar o coreto, a fonte e o Museu da Cidade, objetivando atrair visitantes.



O conceito de cultura, importante destacar, para esta pesquisa é compreendida como “teias” que determinam o comportamento humano, de modo a atribuir significado para as relações “sujeito” e “objeto”. Como nos diz o antropólogo estadunidense Clifford Geertz, os significados são públicos, desse modo, são compartilhados e compreendidos pelos sujeitos que compõem um dado grupo social, portanto, a cultura também é pública, decorrendo das relações entre os indivíduos, de forma a produzir sentidos e significados (GEERTZ, 1989).

Geertz apresenta a cultura como elemento essencial para a existência dos seres humanos, resultado do processo contínuo de ações, para quais os indivíduos atribuem sentido. Afirma ainda, que a antropologia não deve ser entendida como uma ciência experimental em busca de leis, mas como interpretativa buscando a compreensão dos significados (GEERTZ, 1989).

Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise: portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura do significado. (GEERTZ, p. 15, 1989)

A cidade se origina da densa permanência de indivíduos heterogêneos que compartilham determinados comportamentos, resultando na organização social bem como nos elementos, políticos e culturais. Como consequência, reflete-se na estruturação da cidade: organizações políticas, espaços públicos e privados, escolas, hospitais, transporte público, entre outros. Conforme o sociólogo alemão Louis Wirth:

Para fins sociológicos, uma cidade pode ser definida como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos. Com base nos postulados que essa definição tão pequena sugere, poderá ser formulada uma teoria sobre urbanismo à luz dos conhecimentos existentes, relativos a grupos sociais. (WIRTH, 1967, p. 97).

A forma pela qual os sujeitos se relacionam pode sofrer alterações à medida em que as cidades se desenvolvem, no que diz respeito ao crescimento da cidade de Manaus, a praça Dom Pedro II perdeu frequentadores, ao consideramos a importância que tinha outrora, em comparação a busca de outros espaços públicos para o lazer na atualidade, esses podem ser compreendidos como locais de sociabilização, bem como de sociação, no sentido de Simmel,

predominantemente usados no cotidiano por pessoas que vivem próximas a eles, para correr, caminhar, entre outras atividades.

As praças eram reservadas para os momentos de lazer, locais de encontro e interações sociais, no entanto, não são mais as únicas opções para essas relações. Os grandes shoppings presentes em quase todas as zonas da cidade, transmitem informações, quando consideramos localização, público-alvo, lojas e preços, por exemplo. As praças passam por critérios semelhantes de qualificação, podendo os frequentadores serem classificados pelo que o senso comum designou para esses espaços, de acordo com os usos frequentes estabelecidos nesses locais.

Para esta pesquisa, são os contra uso que os sujeitos fazem da praça Dom Pedro II que serão de maior relevância. A etnografia permite uma observação de quais são e como se dão as relações dos sujeitos com esse espaço público. Um “olhar de perto e de dentro” que permita visualizar as práticas não de forma superficial, dada pelo senso comum, mas com detalhes importantes, de modo que se faça uma análise acurada das práticas sociais ocorridas nesse local. Conforme o antropólogo José Guilherme Cantor Magnani:

Em todo caso, em vez de um olhar de passagem, cujo fio condutor são as escolhas e o trajeto do próprio pesquisador, o que se propõe é um olhar de perto e de dentro, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. (MAGNANI, 2002, p.18)

Entretanto, analisar todos os sujeitos, sejam transeuntes ou usuários, tornaria a pesquisa longa, distante de uma conclusão, levando em consideração se tratar de um espaço público que recebe diversos visitantes. Contudo, a observação e análise de um grupo ou de determinados indivíduos que fazem usos ou contra usos regularmente, permite a coleta de dados, de modo que se possa compreender comportamentos sociais, tendo a praça como o lugar onde eles ocorrem.

A simples estratégia de acompanhar um desses “indivíduos” em seus trajetos habituais revelaria um mapa de deslocamentos pontuado por contatos significativos, em contextos tão variados como o do trabalho, do lazer, das práticas religiosas, associativas etc. É neste plano que entra a perspectiva de perto e de dentro, capaz de apreender os padrões de comportamento, não de indivíduos atomizados, mas dos

múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre na paisagem da cidade e depende de seus equipamentos. (MAGNANI, 2002, p.17)

A paisagem, configura outro elemento importante do trabalho de campo na cidade, na qual ocorre interações sociais, sendo o diferencial da Antropologia Urbana. Dois elementos estão associados em pesquisas etnográficas na cidade, os sujeitos e o ambiente no qual realizam alguma ação pessoal ou coletiva, no caso desta pesquisa ela ocorre na praça (MAGNANI, 2002).

Um dos desafios de fazer etnografia na cidade, refere-se ao propósito de obter mais do que generalizações a respeito do objeto estudado, esses contra usos para os sujeitos que os praticam são resultados das experiências pessoais, ao passo que para esta pesquisa representam as categorias mencionadas anteriormente: econômicas, estéticas e morfológicas.

Esta estratégia supõe um investimento em ambos os polos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise. É o que caracteriza o enfoque da antropologia urbana, diferenciando-o da abordagem de outras disciplinas e até mesmo de outras opções no interior da antropologia. (MAGNANI, 2002, p.18)

Magnani destaca a situação de metrópoles como Nova York, Londres e Tóquio, cidades globais, isto é, possuem um conjunto de características que incluem serviços e equipamentos especializados para atender a demanda internacional de consumidores da cidade. Dispõem de infraestrutura, a qual suporta e se adequa aos mais variados públicos, sendo as diferenças estruturais o nivelador dessas metrópoles, tornando-as competitivas na atração de investimentos, possuidoras de uma diversidade de trabalhos especializados entre outros benefícios. (MAGNANI, 2002)

Outrossim, é o planejamento estratégico, em outras palavras, a parceria entre ações do setor público associado ao setor privado na busca de propostas para revitalizar e recuperar espaços degradados, com novos usos para as edificações e equipamentos públicos, principalmente em áreas centrais, com o propósito de atrair novos moradores, usuários e frequentadores. (MAGNANI, 2002)

Esse processo, conhecido como gentrification (enobrecimento ou requalificação), propõe uma nova dinâmica, principalmente, para locais históricos de alguns centros urbanos,

visto que, além de adequá-los como lugares de consumo, inaugura uma nova modalidade desse, isto é, o consumo do lugar, no qual o lazer simboliza a mercadoria, associando-o às melhorias urbanas ocorridas com o processo de requalificação, bem como ao status social dos seus novos frequentadores (MAGNANI, 2002).

Percebe-se ainda existir a atribuição de valores e sentidos políticos e estéticos de classes dominantes sobressaindo-se no processo de patrimonialização. Todavia, com relação aos contra usos há uma ressignificação do patrimônio associada a eles, os quais não foram previstos, mesmo que sejam resguardados desde a convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível, aprovada na 32ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura em Paris, no ano de 2003, entrou em vigor, na esfera internacional em abril de 2006, sendo o primeiro documento internacional a definir de forma clara o patrimônio cultural de natureza imaterial (ARANTES, 2009).

Observou-se que além da importância das ações públicas, inclusive para definição, há o entendimento próprio dos sujeitos com relação ao patrimônio, ocasionalmente colocado em segundo plano, ignorado em determinadas situações, seja voluntária ou involuntariamente, visto que a atuação desses indivíduos não condiz com o planejamento e investimento para esse espaço.

Sem ignorar a contribuição da ação engajada e organizada, no entanto, há uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura da política (ao menos de uma certa visão de política): é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 2002).

Os usos e contra usos evidenciam uma “guerra de lugares”, descrito pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes (1994) como fronteiras simbólicas, as quais separam e ordenam as categorias e os grupos sociais, que disputam espaços físicos. No que se refere aos contrastes desses contra usos, observa-se uma disputa por espaço relacionada às categorias que se apresentam como econômico, sagrado estético e morfológico, caracterizados pelo lazer, habitar e a atividade religiosa.

A praça Dom Pedro II faz parte do cotidiano dos trabalhadores do Centro, tal como os comerciantes e funcionários dos órgãos públicos situados nas proximidades, incluídos o Arquivo Público do Estado do Amazonas, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional – IPHAN e o Museu da Cidade, da mesma maneira que os vendedores ambulantes, os quais durante o dia dividem espaço com pessoas em situação de rua.

À noite, há a predominância de profissionais do sexo e de pessoas em situação de rua, que fazem contra usos desse espaço, ainda que usufruam dele em diferentes horários do dia. Observa-se uma diversidade de usuários, dos quais os usos contrastam com o habitual, desse modo, dão contexto e significados particulares para a praça, estando eles em oposição ao entendimento comum de moralidade e dignidade, concepções construídas nesse acordo de atitudes, sentimentos e ideias compartilhadas que é a sociedade (ARANTES, 1994).

Observa-se então, a valorização enquanto Patrimônio Histórico e a valoração quando tratamos de questões econômicas relacionadas à praça Dom Pedro II. Contudo, como bem cultural da cidade de Manaus, as ações a serem realizadas que visam a sua requalificação devem ser discutidas com o intuito de alcançar resultados em benefício da relação entre comunidade e patrimônio, considerando também o material arqueológico que ali se encontra.

A dinâmica presente no desenvolvimento das cidades pode ocasionar o esvaziamento de lugares amplamente frequentados outrora. Consequentemente, espaços públicos tendem a gerar conflitos relacionados aos usos e contra usos, esses em determinados casos são marginalizados, ou seja, compreendidos como se estivessem à margem dos bons costumes convencionados no meio social. Entretanto, são eles que mantêm determinados espaços ativos, principalmente quando inseridos em uma área tombada, sendo assim, reconhecido como Patrimônio Cultural, como é o caso da praça Dom Pedro II (LEITE, 2007).

Adequando essa distinção entre “estratégias e táticas” à problemática do usos políticos do espaço urbano em processos de gentrification, gostaria de sugerir um desdobramento do esquema de Certeau, a partir da contribuição de Sharon Zukin: diria que as “táticas”, quando associadas à dimensão espacial do lugar, que a tornam vernacular, constituem-se em um contra-uso capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como também de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam. (LEITE, p.122, 2002)

Por outro lado, as urnas cerâmicas, exumadas em 2003, estão inseridas em uma temática mais delicada, no que se refere a dicotomia Patrimônio Histórico e Arqueológico. Indubitavelmente, trata-se de um bem arqueológico protegido pelo Poder Público, representa um modo de fazer, no qual se inclui desde a escolha do material até o tipo de decoração, um

conhecimento transmitido entre gerações, hoje considerado como patrimônio imaterial, sob outra perspectiva, existe a dimensão simbólica do ato de sepultar os mortos.

Tema abordada no trabalho de Camila Iribarrem intitulado “Visões de Mundo: Uma Etnografia do fazer arqueológico no Paço da Liberdade – Manaus/AM” (2017), no qual a autora analisa o posicionamento de grupos étnicos contemporâneos, os quais associam a essas urnas um valor simbólico, remetendo a memória dos seus antepassados, sendo sagrado para eles; logo, resultou no manifesto ao Ministério Público citado anteriormente.

As urnas qualificam a praça como um sítio arqueológico, no entanto, é necessário compreender que a ressonância desse patrimônio é limitada, se por um lado há inúmeros trabalhos, projetos e eventos dos quais se referem ao período da Belle Époque. Porém, há um número limitado de produções acadêmicas que tratam do sítio Manaus, diferença significativa. Contudo, quantidade não determina o alcance social, nesse sentido ambos se encontram nivelados. Por ressonância do patrimônio, compreendemos:

Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GONÇALVES apud GREENBLATT, 2005, p.19)

No que se refere à ressonância, considerando a praça como Patrimônio Histórico, observa-se não apenas seu efeito nas relações construídas pelas pessoas ao longo das décadas, mas também o efeito que ela produz individualmente, nas relações não totalizantes, bem como nas experiências individuais que também produzem ideia de patrimônio.

Exemplificando, memórias criadas pelos participantes do já mencionado evento Passo a Paço, constituem experiências pessoais, embora construídas dentro de um evento maior, apesar de não possuir o mesmo significado para seus espectadores. O patrimônio produz uma ressonância, alcança as pessoas além daquelas que habitualmente transitam por ele, compartilhando memórias.

No que concerne ao patrimônio arqueológico, as urnas após exumação foram acondicionadas na reserva técnica do Museu Amazônico, que é de responsabilidade da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, acessíveis aos pesquisadores e visitantes. No entanto, a exposição não demonstra a dimensão do Sítio Manaus, não evocando no seu espectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais emergiram, assim como, o

sentimento de estarem sendo representados por elas com relação à memória e herança cultural, de acordo com o que foi exposto por Gonçalves (2005).

A alteração na ressonância enquanto patrimônio histórico, origina-se, neste caso, da gentrificação ou enobrecimento urbano, o qual consiste em melhorias físicas, econômicas, sociais e culturais, resultando na elevação da qualificação desse espaço. É um processo cujo resultado consiste na substituição de pessoas consideradas, em alguns casos, indesejáveis, (pessoas em situação de rua, vendedores ambulantes e flanelinhas), por intermédio do Poder Público que busca reavivar espaços históricos, de modo a condizerem com o status de patrimônio, atribuindo-lhe a imagem de excelência ao contrário de abandono e de degradação (BATALLER, 2010).

O conceito de gentrificação começa a ser desenvolvido em 1964, pela socióloga britânica Ruth Glass na obra “London: Aspects of Change (1964)”, na qual analisa bairros operários londrinos, os quais passaram por transformação imobiliária, tornando-os locais da alta burguesia urbana (urban gentry). Consequentemente, há uma elevação do estrato social, logo, do custo de vida, outro fator para o afastamento de determinados sujeitos (PAES, 2017).

A partir de 1990, a gentrificação tornou-se um fenômeno observável em cidades históricas de vários continentes além da Europa, com na América do Sul. No Brasil, a título exemplo, o Centro Histórico da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, especificamente o bairro do Pelourinho, passou por transformações urbanas (PAES, 2017).

Desde os anos 1990, a preservação de sítios históricos urbanos no Brasil e na América Latina serviu de âncora para a *refuncionalização turística* (Paes, 2012) e a ascensão econômica de inúmeras cidades. Tal processo articulou-se às estratégias políticas e econômicas de renovação urbana, ganhando inúmeras denominações a partir de visões teóricas ou técnicas, interesses políticos ou escalas diferenciadas, como: enobrecimento, requalificação, reabilitação, revitalização e, o mais emblemático, controverso e duradouro: gentrificação. Ao longo das últimas décadas, tal processo articulou patrimônio cultural, turismo e renovação urbana, tema abordado aqui a partir de apontamentos de pesquisa teórico-conceitual e argumentos empíricos de centros históricos da América Latina. (PAES, 2017, p. 669)

Portanto, no que se refere a praça Dom Pedro II como um ‘fato social total’, observa-se a dimensão econômica manifestada nas ações do Poder Público, as quais tencionam vitalizar esse espaço e restaurar edificações históricas de modo a fomentar o turismo na cidade assim como no uso atribuído pelos vendedores ambulantes e flanelinhas, os quais trabalham no local,

a dimensão do sagrado pode ser observada no Manifesto da COIAB apresentada ao Ministério Público.

No que diz respeito a essa manifestação, sua elaboração foi um protesto contra a exumação, a fim de evidenciar o valor sagrado, não apenas das urnas, mas também da área na qual se encontravam. Caso não fossem paralisados os trabalhos arqueológicos, os manifestantes solicitaram a posse do material resgatado. Nenhuma das reivindicações presentes na manifestação da COIAB foram atendidas. Contudo, líderes religiosos indígenas realizaram um ritual para proteção, homenagem e como pedido de permissão aos antepassados indígenas para que se pudesse dar continuidade as exumações.



## Capítulo II – Praça Dom Pedro II: História e Presente

A partir dos dados bibliográficos e dos vestígios materiais, construiu-se um contexto pré-colombiano e histórico, os quais representam períodos importantes para o processo de patrimonialização da praça Dom Pedro II. Explanou-se a ocupação na área pelos grupos pré-colombianos, precedentes à chegada dos colonizadores até a Manaus do século XXI. Posteriormente, abordou-se os principais projetos de requalificação da praça e de algumas edificações no seu entorno.

### 2.1. Dos Manaós: Lugar sagrado, modo de vida, luta e resistência

Durante a colonização, os Manaós (que significa Mãe de Deus) ocupavam o local hoje compreendido pela cidade de Manaus, do quais ela recebeu o nome. O historiador José Ribamar Freire no artigo “Barés, Manaós e Tarumãs” (1993) descreve esse grupo como o mais importante dessa área. Esse grupo se encontrava em expansão territorial para o oeste, ao longo da calha do rio Japurá, até a chegada dos europeus. Contudo, no século XVIII não passavam de 10 mil indivíduos, como consequência dos embates contra os portugueses. Atualmente, encontra-se os vestígios dessa ocupação pré-colombiana sob o solo da cidade (FREIRE, 1993).

Apesar da resistência, os Manaós foram vencidos e dizimados, enquanto outros grupos autóctones que habitavam as áreas adjacentes, migraram para diferentes partes da Amazônia. Os Barés, os quais dominavam a parte superior do Rio Negro ocupando uma extensão de terra vizinha a dos Manaós, subiram o Rio Negro em direção ao canal natural do Cassiquiare, adentrado a bacia hidrográfica do rio Orenoco na Venezuela (FREIRE, 1993).

Dos Tarumãs, foram descritos pelos padres jesuítas Francisco Veloso e Manuel Pires, como um grupo pequeno, habitantes do afluente esquerdo do baixo Rio Negro, ao longo dos rios Tarumã e Ajurim, eram conhecidos pela produção de sofisticados raladores de mandioca. Os Tarumãs chegaram a se estabelecer no aldeamento do Lugar da Barra, próximo a fortaleza do Rio Negro, no entanto, após a perseguição e captura por Pedro da Costa Favela para trabalhos escravos, sofreram uma redução populacional. Para escaparem, marcharam por cerca de 50

anos, percorrendo mais de 3 mil quilômetros, mas foram considerados extintos. Todavia, em 1837 o viajante e naturalista alemão Robert Schomburgk relatou a presença de aproximadamente 500 membros da tribo Tarumã ao longo dos rios Essequibo e Cuyuni, na Guiana Inglesa (FREIRE, 1993).

Restaram dos Manaós, descrições dos cronistas viajantes, em particular do padre jesuíta Cristóbal de Acuña, datadas do século XVII, que os nomeia de Managús e Amanagús, conhecidos por realizarem trocas de adornos de ouro por ralos de mandioca e redes com os Ybanomas e Yurimaguas. O padre Samuel Fritz descreveu a área correspondente as duas margens da calha do baixo Rio Negro, desde a foz do Rio Branco até a ilha Timoni (Ilha Grande) como território de ocupação dos Manaós. Destaca-se, igualmente, os relatos sobre o líder Ajuricaba, o qual preferiu o suicídio a torna-se escravo dos portugueses, representou a luta e resistência desse povo guerreiro contra os conquistadores, embate que se estendeu para outros grupos, tais como os Barés e Tarumãs (FREIRE, 1993).

Vencidos, os Manaós tiveram suas terras tomadas pelos invasores e sua compreensão de mundo foi rechaçada. Foram batizados, por consequência, receberam as implicações dessa praxe religiosa, o fim das suas próprias práticas sagradas, de forma a seguir os dogmas da igreja católica. Sofreram todo tipo de crueldade, mortes violentas injustificadas, escravidão, humilhações e lhes foi atribuída a imagem de violentos, primitivos e marginalizados, a qual ainda sofrem para afastá-la (KRAUS, 2010).

A extensão do sítio Manaus indica tempo e continuidade, no que se refere à ocupação, esse dado pode ser analisado com base na afirmação do historiador estadunidense Lewis Mumford (1998), de que a necrópole permanece como testemunho da permanência humana em um local, logo, resiste o espaço dedicado aos mortos, outrora visitado em tempos imemoriais por seus iguais.

A cidade foi descrita como um pequeno aglomerado de casas no século XIX, pela viajante e pesquisadora estadunidense Elizabeth Agassiz, que viajou pelo Brasil em companhia de seu marido, o naturalista suíço Louis Agassiz entre 1864 e 1865. Seus relatos foram publicados em *Viagem ao Brasil: 1865-1866*.

Que poderei dizer da cidade de Manaus? É um pequeno aglomerado de casas, metade das quais parecem prestes a cair em ruínas, e não se pode deixar de sorrir ao ver os castelos oscilantes decorados com o nome de edifícios públicos: Tesouraria, Câmara Legislativa, Correios, Alfândega, Presidência. (SOUZA apud AGASSIZ, 2008, p.7)

Manaus ocupa uma área de cerca de 11 mil km<sup>2</sup>, desenvolveu-se a partir do atual bairro Centro, no qual encontra-se o Centro Histórico tombado no ano de 2012 como conjunto arquitetônico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e como Sítio Histórico – Centro Antigo, pela Lei Orgânica do Município de Manaus em 1990.

Anterior à cidade de Manaus, havia um assentamento de povos pré-colombianos, como descrito anteriormente. A história de uma cidade resulta de diferentes períodos de ocupação, em virtude disso, desenvolver um contexto histórico amplo, torna-se uma difícil tarefa, no qual deve-se destacar os elementos observáveis como indispensáveis para o pesquisador, cabendo a esse a difícil tarefa de fazê-lo (CASTRO, 2006).

Tem-se como o marco inicial de Manaus, o Forte da Barra do Rio Negro, apesar de desconhecido o local exato da sua construção, o consenso entre os pesquisadores estabelece a área pertencente ao 9º Distrito Naval da Marinha, atualmente, como aquela na qual o forte foi edificado, a mesma era conhecida como Ilha de São Vicente, no que se refere ao período inicial do desenvolvimento da cidade, formada pelo igarapé de São Vicente, aterrado em meados do século XIX, cortava o primeiro bairro de Manaus e a ele nomeava (MONTEIRO, 1952).

Nos dias de hoje, nesse bairro encontram-se marcos históricos, como o Museu da Cidade, o Arquivo Público do Estado do Amazonas, o Hotel Cassina e a Praça Dom Pedro II. O Forte foi concluído por volta do ano de 1690, em um local estratégico para servir de ancoradouro permanente, como descrito pelo geógrafo Agnello Bittencourt:

É presumível até que tal condição de disponibilidade de bom ancoradouro havia inspirado a escolha da localização para o fortim que deu origem a Manaus: nem a foz, pouco abaixo, com a convulsa hidrodinâmica do “encontro das águas” (a caudal do Amazonas contendo a saída das águas do Rio Negro), nem a baía do Boiuçu, pouco acima, mais desabrigada, suscetível mesmo de ondas, onde, aliás, quando se implantou o fortim que deu origem a Manaus, já estava a aldeia dos Tatumãs.  
(Bittencourt, 1969, p. 28)

Iniciado pelo Forte do Rio Negro, o processo de desenvolvimento de Manaus seguiu com o estabelecimento do Lugar da Barra, a Vila de Manaus (1832 - 1848), Cidade da Barra do Rio Negro (1848 - 1856) e finalmente Cidade de Manaus (desde 1856), na qual as casas e edifícios foram construídas voltados para praça Dom Pedro II. Destaca-se outra característica importante para a escolha do local de construção do forte, aquela que diz respeito à posição elevada da margem esquerda, garantindo segurança em relação aos ciclos anuais do rio:

E a escolha da margem também não terá sido arbitrária: ao invés da margem direita, baixa, sujeita a invasão periódica das águas do rio Negro, preferiram os portugueses a margem esquerda, em terreno consolidado (a borda do platô terciário), com alturas normalmente ao abrigo das cheias. (BITTENCOURT, 1969, p. 28)

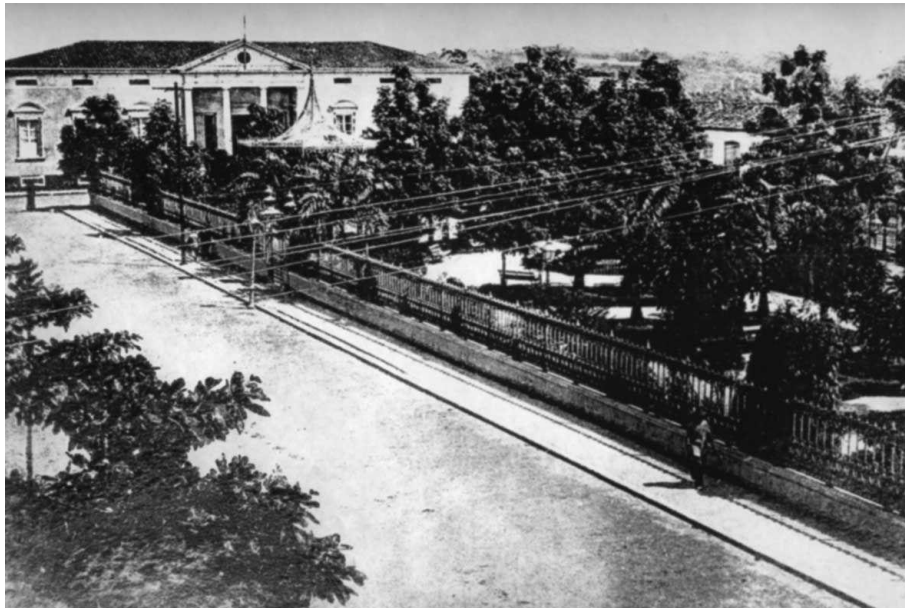
No século XVIII, o bairro de São Vicente estava em pleno desenvolvimento, nele foram construídas as principais edificações da época, como o Palácio da Presidência (1791-1798), o Quartel, a fábrica de panos de algodão e a praça Dom Pedro II (BITTENCOURT, 1948). As edificações históricas foram construídas, principalmente, durante ciclo da borracha, (1879-1945). Desse modo, “processava-se a transformação do espaço público, com a preocupação de mostrar ao mundo o progresso material da cidade, mas, ao mesmo tempo, era necessário não esquecer de destruir qualquer elemento que pudesse contrariar a imagem de uma cidade civilizada.” (DIAS, p.71, 1999)

A praça Dom Pedro II, foi inaugurada em 1852, permaneceu como a principal da cidade até o início do século XX. Durante o governo de Eduardo Ribeiro, tornou-se o jardim da praça da República, contudo, gradativamente perdeu relevância à medida que a cidade e sua população cresciam.

Nos primeiros anos do século XX, a Praça D. Pedro II era ainda a mais importante da cidade e um texto publicado no Álbum do Amazonas 1901-1902, informava que se desenvolvia uma programação musical todos os domingos, quintas-feiras e feriados, quando se apresentava “uma das magníficas bandas do Regimento Militar do Estado” que tocava de 6 às 9 da noite, atraindo grande “concorrência” ao pequeno, mas elegante jardim (COSTA, 2013 p. 174).

Reconhecida como a primeira rua de Manaus, a Bernardo Ramos estende-se para além da praça Dom Pedro II. A praça possuía grades e densa variedade arbórea, lugar de lazer e sociabilidade para os manauaras no passado (Figura 1). Encontra-se sobre cemitério indígena, do qual a população tem conhecimento da existência desde o século XIX, como relatado em obras de Mario Ypiranga (1952) e Paul Marcoy (2001), na década de 1960 tornou-se reconhecido como o Sítio Manaus (IRIBARREM, 2017).

Figura 1. Praça Dom Pedro II gradeada em 1893.



Fonte: Arquivo do IPHAN.

O historiador Mário Ypiranga Monteiro (1952) coletou e descreveu informações da existência de um pelourinho, instrumento de tortura comum durante o período da escravidão no Brasil, no local da atual praça Dom Pedro II. Por esta razão, o espaço recebeu a denominação de Praça do Pelourinho, pois encontra-se nos registros de jornais da época, o uso concomitante do termo Largo do Pelourinho. Outras designações importantes atribuídas a ela foram: praça Desembargador Rego Monteiro (Cezar Rego Monteiro foi governador do estado de 1921 até ser deposto em 1924), antes, no governo de Eduardo Ribeiro, era conhecida como Praça da República (MONTEIRO, 1952).

Entende-se por praças, os locais abertos, sem edifícios ou tráfego de automóveis, destinados a população, portanto, locais públicos para a prática de atividades de lazer e convívio (ROBBA & MACEDO, 2010). O Museu da Cidade (Paço da Liberdade, Sede do Governo Municipal de Manaus), possui entrada voltada para a praça Dom Pedro II, a qual encontra-se bastante modificada, tendo em consideração as descrições presentes nos registros históricos, a quantidade de árvores foi reduzida, tendo o coreto e a fonte como destaque.

Adjacentes a ela, encontra-se a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, localizado na Travessa Vivaldo Lima e o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, localizado na rua Frei José dos Inocentes, tendo acesso também pela rua Bernardo Ramos, (Figura 2).

Figura 2. Localização da Praça Dom Pedro II e o seu entorno



Fonte: Google Earth, 2019.

O Coreto e a Fonte foram instalados durante reforma promovida pelo governador Eduardo Ribeiro (1892-1896), período em que se ratificou a presença das urnas funerárias, as quais já eram de conhecimento dos moradores e visitantes da cidade (MONTEIRO, 1952). Um espaço público de importância histórica, o qual ainda possui representatividade para os moradores do bairro Centro, um lugar de memórias construídas na vivência, bem como para aqueles que não residem nas proximidades, mas que dele fazem uso (Figura 3).

Figura 3. Chafariz em ferro fundido ao fundo o Coreto de ferro.



Fonte: Arquivo IPHAN, 2006.

Rogério Proença Leite (2006) define os espaços públicos como uma categoria sociológica, o qual atribui sentidos e estrutura lugares – os lugares são dotados de limites físicos, nos quais os usos resultam de sentidos construídos e praticados pelos sujeitos de comum acordo; enquanto os espaços públicos se adaptam para além da sociabilidade, podem ser acessados livremente pelas pessoas, que realizam ações dotadas de significado pessoal, denotando uma relação de pertencimento (Leite, 2006).

Rogério Proença ressalta que nos espaços públicos ocorrem os conflitos sociais, evidenciando-se as demandas da sociedade, desse modo, torna-se possível observar a condição humana da pluralidade, ou seja, práticas contrastantes em um mesmo espaço, enquanto o lugar estaria associado a cada uma dessas pluralidades (Leite, 2006).

Portanto, os espaços públicos são usados continuamente de diferentes formas. Viver na cidade requer condições mínimas de infraestrutura e saneamento básico, de modo a garantir que esses lugares suportem o crescimento populacional, oferecendo qualidade de vida para as pessoas à medida que se promove a longevidade para o patrimônio público. Assim, torna-se importante atribuir funcionalidade a esse, mesmo que em divergência daquela para a qual foi construído.

Sob outra perspectiva, o sítio arqueológico da praça Dom Pedro II evidencia a dimensão da ocupação pré-colombiana, ainda que não confirme uma densa ocupação. Contudo, permite inferir se tratar de um local de permanência de longa duração, ao se considerar a distribuição e quantidade dos vestígios arqueológicos encontrados em pontos relativamente distantes da praça, tal como no Museu da Cidade e no INSS. Por um lado, sua preservação se dá como um patrimônio histórico e arqueológico, por outro, pode ser interpretado como um lugar sagrado, tendo em vista a reivindicação para proteção desse lugar de memória por parte de grupos indígenas.

Atualmente, tem-se o registro da exumação de urnas cerâmicas no interior do Museu da Cidade, assim como nas dependências do edifício do INSS e na antiga sede da Assembleia Legislativa, revelando um amplo sítio arqueológico. O Porto de Manaus, está a aproximadamente 240 metros da praça, anualmente as cheias do rio costuma inundar áreas abertas, a média entre as cheias e vazantes do Rio Negro é de 10 metros (ZANETTINI, 2002).

Torna-se importante compreender o espaço, sua configuração e uso. Esse lugar elevado próximo ao rio foi escolhido pelos grupos humanos pré-colombianos como local de sepultamento, lugar de importância, indiscutivelmente, ao consideramos o cuidado na produção cerâmica e o processo de sepultamento.

Contudo, no que diz respeito ao Centro Histórico de Manaus, o fluxo intenso de pessoas ocorre principalmente na área comercial, rivalizando com os já mencionados Shoppings Centers, e Mini Shoppings. Descrever a praça e o seu entorno, permite demonstrar a existência das ações tomadas pelo Governo do Estado e pela prefeitura, as quais possuem o intuito de torná-la atrativa para o turismo, assim como os contra usos do cotidiano realizados por diferentes sujeitos, tais como os vendedores ambulantes e pessoas em situação de rua, ou seja, diferentes formas de usos que se distinguem do lazer.

É possível, desse modo, preservar o patrimônio, por meio de ações ou incentivos do Poder Público, de modo a garantir a segurança, que é uma preocupação tanto da população quanto dos seus representantes políticos. A praça Dom Pedro II ficou conhecida pela violência presente na área, a circulação discreta de pessoas configura um fator que a torna visada para infratores. Fora a insegurança, tornou-se um local de prostituição, outro motivo inibidor da presença de demais usuários (FILIPPINI, 2008).

Embora a prostituição produza uma circulação de usuários, esta não se limita a um período do dia, apesar de frequentemente ser considerada uma atividade noturna, quanto aos sujeitos que procuram por esses serviços, buscam mantê-lo, na medida do possível, como um interesse particular, desse modo, não associado às relações sociais praticadas nos espaços públicos.

Em contrapartida, ao Museu da Cidade de Manaus coube a missão de atrair visitantes para o local, como um lugar de lazer, aprendizado e pesquisa. Em relação ao Arquivo Público do Estado do Amazonas (rua Bernardo Ramos, desde 1947), embora possua relevância para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, o público em geral não o frequenta, do mesmo modo pode ser compreendido em relação ao Centro de Medicina Indígena, inaugurado em 2017, na rua Bernardo Ramos, porém, grande parte da população não tem conhecimento desse espaço.

Essas edificações descritas estão situadas na mesma área, são testemunhos da história da cidade de Manaus, a praça, as edificações históricas, que fazem parte do cotidiano dos frequentadores do lugar. Enquanto as urnas funerárias, são vestígios de um modo de vida encobertos pelos indícios da imposição de um outro, o dos europeus.

Os prédios no entorno da praça podem ser utilizados em benefício da sociedade manauara, oferecendo opções de lazer e serviços. O Poder Público tem realizado projetos de restauro no Centro Histórico, tal como o “Projeto de Revitalização do Centro Antigo de Manaus”, que compreendeu o trecho da Ilha de São Vicente até a Rua Gabriel Salgado, incluindo o conjunto arquitetônico da Praça Dom Pedro II e o Paço da Liberdade; assim como



o projeto “Monumenta” do Ministério da Cultura, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que conta com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o objetivo desse consiste em recuperar centros urbanos históricos e monumentos.

Percebe-se que apesar da realização de eventos culturais, bem como de projetos de revitalização do Centro Antigo, os quais objetivam atrair um público específico, que corresponda ao investimento por parte do Poder Público, caracterizando, desse modo, o processo de enobrecimento, a praça Dom Pedro II continua sendo um lugar, também, para os vendedores ambulantes, pessoas em situação de rua e flanelinhas, que usam desse espaço público atribuindo-lhe um significado, tal como os visitantes.

Contudo, a dinâmica entre esses usuários e o Poder Público, resulta em um conflito de interesses em relação a praça Dom Pedro II, a partir dessa problemática esta pesquisa analisa, por um lado, a importância desse espaço público enquanto patrimônio histórico da cidade, por outro, os interesses dos governantes, assim como o das pessoas que fazem contra usos desse espaço, constituindo um “fato social total”, discutido anteriormente.

No que concerne às ações do governo, durante o processo de restauração do coreto de ferro fundido, constatou-se a necessidade do resgate do material arqueológico encontrado, dando início ao “Projeto de Intervenção Arqueológica da Praça Dom Pedro II”, a restauração desse equipamento fazia parte do Projeto Monumenta, o qual teve continuidade com o Programa de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas.

O “Projeto de Intervenção Arqueológica da Praça Dom Pedro II” resultou no relatório das escavações coordenadas pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva, elaborado para a Unidade Executora de Projetos da Fundação Municipal de Turismo – MANAUSTUR, nos anos de 2003 e 2004. Durante as escavações na praça Dom Pedro II resgatou-se quatro urnas funerárias pertencentes à Fase Paredão, que compreende o período entre os séculos VII a XII d.C. Como nos diz o arqueólogo Carlos Augusto da Silva:

Na fase *Paredão*, há características peculiares, por manifestar estilo artístico e simbólico representado por meio de pinturas, incisões ou manifestado por aves, animais ou humanos. A cerâmica do uso cotidiano tem padrão de sequência, ou seja, não apresenta marcas representativas. Assim, é denominado simples. Já nas de uso em eventos sociais, o estilo do acabamento é mais refinado, possivelmente para atender à demanda de hierarquia social. Uma dessas características é manifestada na urna funerária, cuja marca registrada da *tradição* ou *fase* é representada, geralmente, por adorno próximo ao gargalo da urna (*pote*). Outra é o processo de polimento ou alisamento nas partes internas e externas dos artefatos, com exceção da urna funerária,

em função de o gargalo da urna ser de 20 a 25 cm de abertura inviabilizando o acabamento em seu interior. (SILVA, 2010, p. 131)

Com relação à fonte em ferro fundido instalada na praça, ela contém a inscrição H W. HOGG, correspondente ao artista Herbert W. Hogg. No Jardim Botânico na cidade do Rio de Janeiro, situa-se uma fonte com essas mesmas características, assinada pelo mesmo artista. Enquanto ao coreto, produzido do mesmo material, recebeu a denominação de Chalet de Ferro, fabricado pela empresa inglesa Francis Morton & C<sup>a</sup> Limited Engineers, de Liverpool, uma das urnas exumadas durante o projeto de intervenção localizava-se próxima a escada do coreto (FILIPPINI, 2008).

No que se refere ao patrimônio edificado, adjacente à praça localiza-se o prédio do Instituto Nacional do Seguro Nacional – INSS, entre as esquinas da Sete de Setembro com a avenida Governador Vitório, criado como o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (IAPETEC), datado de 1954. Considerado o prédio mais alto de Manaus durante anos, situa-se no local do Éden Teatro (FILIPPINI, 2008).

Considerada o núcleo urbano mais antigo de Manaus, a área da praça Dom Pedro II localiza-se nas proximidades do Forte da Barra do Rio Negro. Na rua Gabriel Salgado, umas das vias que cercam a praça, situa-se a primeira sede do Poder Administrativo. O Museu da Cidade, sediou o governo da província, sua construção data de 1874, sendo a primeira edificação com estilo arquitetônico neoclássico erguido na cidade, ademais, serviu de residência dos Presidentes Provinciais (1874-1889) e dos Governadores (1889-1917), passando a sediar a prefeitura no ano 1917.

Após ser utilizada como sede do governo do estado e do município, essa edificação permaneceu ociosa até o ano de 2001, momento no qual o Poder Público, voltou-se para esse patrimônio reconhecendo sua importância histórica, dando início às obras de restauro, culminando na inauguração do Paço da Liberdade em 2012, o espaço passa a receber exposições artísticas temporárias. Visando uma função permanente para o imóvel, implementa-se o projeto do Museu da Cidade, surgido na gestão do prefeito João de Mendonça Furtado em 17 de junho de 1982, por meio da Lei n° 1.616 (NEVES, 2003).

Outra edificação histórica importante adjacente à praça, situa-se na avenida Sete de Setembro, trata-se do Palácio Rio Branco, construído entre os anos de 1905 e 1938. Em estilo eclético, impõe-se como uma das edificações de relevância arquitetônica na paisagem urbana, remete à riqueza do auge do ciclo da borracha. Essa construção foi projetada para abrigar a Chefatura da Polícia, no entanto, não foi utilizada com essa finalidade, após a conclusão da obra

ficou sob a responsabilidade da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, que instalou sua sede 34 anos depois, na década de 1970 (NEVES, 2003).

No ano 2000, o Poder Legislativo cedeu o imóvel para o Governo do Estado que instalou o Centro Cultural voltado para os estudos da história política amazonense, o governador era Eduardo Braga. O Centro Cultural possui exposição permanente, na qual os visitantes podem conhecer parte da história do poder legislativo do Amazonas. A exposição compreende o período da província (1852-1889) até a implementação da República em 1889.

Em relação ao Palácio Rio Branco, nele permanece o Gabinete do Presidente da Assembleia Legislativa, na sala Cônego Azevedo, nomeada em homenagem ao primeiro presidente da Província do Amazonas (1852), o mobiliário em estilo manuelino, é utilizado pelo presidente do legislativo em eventos oficiais, especialmente em recepções de autoridades políticas e diplomáticas (FILIPPINI, 2008).

À vista disso, esses imóveis demonstram potencial turístico que a área possui. Percebe-se um alto investimento aplicado nos últimos anos, no que se refere às propostas de projetos de requalificação ou de financiamentos, particularmente na área próxima ao primeiro núcleo da cidade. Obras em espaços públicos e de restauro de edificações estão sendo realizadas, contudo, existem outras construções importantes nas proximidades da praça.

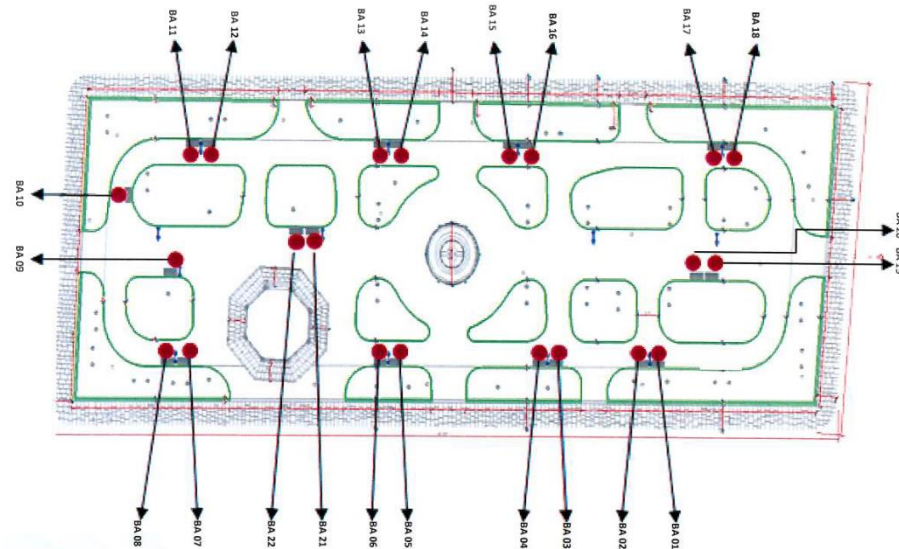
Tais como os casarões na rua Bernardo Ramos de nº69 e nº77 (abrigam o Centro Cultural Óscar Ramos), o Instituto Nacional do Seguro Social, o Arquivo Público do Estado, o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas e alguns imóveis particulares. No entanto, deve-se analisar como esses processos de revitalização afetam o espaço público, de modo a ocasionar mudanças, que proporcionam aos sujeitos criarem suas memórias e estabelecerem relações, ao mesmo tempo que alteram o cotidiano das pessoas que já fazem uso desse espaço.

No que diz respeito à forma da praça, é retangular, cercada pelas vias, avenida Sete de Setembro, rua Governador Vitório, Bernardo Ramos e Gabriel Salgado. O coreto está posicionado a oeste e a fonte centralizada. Possui conjunto de vinte e dois bancos de madeira com armação de ferro, quatro canteiros arborizados um em cada vértice do retângulo, os quais têm forma reta na parte externa (para calçada, semelhante a um L) e semicircular na parte interna, os canteiros internos são separados por um caminho de piso intertravado de blocos em concreto, o qual se distribui ao longo da praça entre os canteiros formando linhas retas e circulares partindo do monumento central, o chafariz das Musas (FILIPPINI, 2008).

Os maiores lados estão para a av. Sete de Setembro e para a rua Bernardo Ramos, com relação aos canteiros dos vértices, são separados por quatro menores, dois de cada lado. Existem

mais sete distribuídos no interior da praça e quatro em forma de semicírculos em torno do chafariz (Figura 4).

Figura 4. Forma da praça e disposição dos canteiros, em destaque os bancos



Fonte: Arquivo IPHAN, 2004.

## 2.2. Crescimento econômico e urbano de Manaus

Atualmente, Manaus ocupa a sétima posição no ranking de cidades brasileiras com maior número de habitantes. Sua população é estimada em 2.219.580, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (dados de 2020). Possui 63 bairros, dos quais muitos têm seus próprios centros comerciais, como o Mini Shopping da Compensa situado no bairro da Compensa, na avenida Brasil nº 2470, entre outros exemplos; Mini Shopping Jorge Teixeira I (Jorge Teixeira), Mini Shopping Novo Aleixo (Novo Aleixo), Mini Shopping São Lucas (São José Operário), Mini Shopping Canaranas (N. Sra. de Fátima), Mini Shopping Villa Nova (Cidade Nova), Mini Shopping Parque 10 Mall (Parque 10 de Novembro),

temos também os grandes shoppings da cidade – Amazonas Shopping (Chapada), Shopping Via Norte (Monte das Oliveiras), Shopping Ponta Negra (Ponta Negra), Millenium Shopping (Chapada), Manauara Shopping (Adrianópolis), algumas das numerosas opções de centros comerciais para a população da cidade, os quais possuem espaço para o lazer, tais como, cinemas e praças de alimentação.

Percebe-se, conseqüentemente, o contraste do estilo arquitetônico do século XXI com o dos remanescentes históricos da Belle Époque. Manaus passou por diferentes períodos de crescimento econômico desde o período áureo da borracha (1879-1912), dos quais resultaram o crescimento urbano. Com relação a alta da economia proporcionada pela comercialização das pélas, produzidas da extração do látex das seringueiras (*Hevea brasiliensis*), seu declínio ocorreu principalmente após a entrada de países asiáticos no mercado internacional, com a comercialização desse material, freando o desenvolvimento da cidade, ocasionando a partida de determinados moradores pertencentes à elite de Manaus (FILIPPINI, 2008).

Somente em 1967, Manaus passaria por um crescimento econômico equiparado ao ocorrido no século XIX. Trata-se da implementação do modelo econômico da Zona Franca de Manaus (ZFM), cujo objetivo era instituir incentivos fiscais para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia.

Essa implementação da ZFM correspondeu ao desenvolvimento de políticas econômicas no país, decorrendo de quatro momentos: de 1967 a 1975, caracterizado pela formação de mercado interno; de 1975 a 1990, houve o fomento à produção nacional de insumos; 1991 a 1996, período marcado pelo surgimento de leis referentes à economia nacional e de 1996 a 2010, no qual ocorreu o crescimento da produção e arrecadamento da ZFM, resultando em mais empregos, logo, a população de Manaus cresceu devido à chegada de migrantes em busca de trabalho.

O primeiro momento, de 1967 a 1975, objetiva-se substituir a grande demanda de importação de bens finais pela formação de mercado produtor interno, com a predominância da atividade comercial, e o início da atividade industrial. O Distrito Industrial começou suas atividades em 30 de setembro de 1968, esse período foi relevante para o início do comércio no centro da cidade, com o surgimento de lojas e importadoras. A divulgação comercial no centro torna-se perceptível, resultando na descaracterização do centro Antigo de Manaus (MARCHIORO, 2014).

No segundo momento, de 1975 a 1990, ocorreu o fomento à produção nacional de insumos, a indústria de montagem em Manaus passou por crescimento contribuindo com a fabricação de componentes e matérias-primas. Em 1990, a indústria de Manaus gerou 80 mil

empregos e arrecadou aproximadamente US\$ 8,4 bilhões, representando um dos seus melhores desempenhos (ARAÚJO, 2017).

Com relação ao Centro da cidade, tornou-se um centro comercial, as fachadas dos imóveis históricos ficaram tomadas por propagandas, algumas edificações foram deliberadamente desconfiguradas. Nesse período, foi construído em Manaus o aeroporto mais moderno do país, até então, em 26 de março de 1976 foi inaugurado o aeroporto Internacional Eduardo Gomes (ARAÚJO, 2017).

No terceiro momento, de 1991 a 1996, entrou em vigor a Nova Política Industrial e de Comércio Exterior que deu início a abertura da economia brasileira resultando na redução do Imposto de Importação para o restante do país. A Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991, alterou preceitos do modelo da ZFM, tais como a aplicação de no mínimo 5% do faturamento das indústrias de bens e serviços de informática para as atividades de pesquisa e desenvolvimento a serem realizadas na Amazônia.

Nesse período, o Decreto nº 783, de março de 1993, obrigou a implementação de normas técnicas de qualidade por parte das indústrias. Desse modo, iniciou-se a modernização do maquinário e das políticas internas ocorridas no Polo Industrial de Manaus, priorizou-se, desse modo, a automação, a produtividade e a qualidade (ARAÚJO, 2017).

Com relação ao desenvolvimento da cidade, no dia 7 de novembro de 1991, foi inaugurado o primeiro shopping, o Amazonas Shopping, que estabeleceu uma distinção, tendo em vista o seu público-alvo, considerados de alta e média classe, em relação ao do centro comercial da cidade, visto como popular.

No quarto momento, de 1996 a 2010, as vendas externas do Polo Industrial de Manaus chegaram a US\$ 2 bilhões em 2005. Com relação à população da cidade, alcançou a marca de mais de 1 milhão em 1991, de 1,8 milhões em 2010, sendo estimado para o ano de 2021 mais de 2 milhões de habitantes.

Esses dados permitem construir breve retrospecto do crescimento da cidade consoante à economia ao longo dos anos. Desse modo, torna-se possível caracterizar as transformações do Centro Histórico de Manaus, compreendendo a transformação da principal área urbana habitacional em uma área comercial, na qual o habitar não é mais um símbolo de status social, principalmente no entorno da praça Dom Pedro II, ocupado por alguns imóveis de utilidade pública.

Essa área é de imensurável valor histórico, em virtude de ser o marco inicial de Manaus. No Brasil Colônia, como citado anteriormente, foi o local do pelourinho, símbolo de punição de infratores e principalmente, de violência contra os escravizados, no entanto, existem poucos

registros sobre o Largo do Pelourinho, o último existente, data de 6 de fevereiro de 1855, o qual se refere a ata de sessão da Câmara Municipal desativando aquele instrumento de tortura, contudo, foi derrubado apenas em 6 de fevereiro de 1857 (FILIPPINI, 2006).

No entanto, a ocupação dessa área precede a colonização das Américas. Os registros arqueológicos corroboram as narrativas dos cronistas que acompanhavam as expedições de reconhecimento das terras a serem ocupadas pelos portugueses. Esses relatos, frequentemente distorcidos em relação a realidade dos fatos, descreviam uma floresta densamente ocupada, com grandes núcleos de populações autóctones, as quais se diferenciavam entre si em muitos aspectos, tais como, culturalmente e na organização social (MONTEIRO, 1952).

Desse modo, os registros arqueológicos sustentam a hipótese de uma Amazônia densamente habitada. Considerando o sítio arqueológico sob a praça, percebe-se a ocupação, continuada no Sítio Manaus, que foi nomeado na década de 60 pelo pesquisador alemão Peter Paul Hilbert (1968).

No interior da praça foram exumadas três urnas em bom estado de conservação, suas características permitiram classificá-las como pertencentes à Fase Paredão, com datação aproximada de 1200 anos, ademais, resgatou-se mais de 256 fragmentos cerâmicos e constatou-se a presença de outra urna, da qual permaneceu apenas a circunferência do gargalo e parte da parede, contudo, bastante fragmentada. Observou-se a presença de fragmentos ósseos humanos em pelo menos uma das urnas, assim como vestígio faunístico associado ao material arqueológico, tratava-se do casco de tracajá (NEVES, 2003),

No interior do Museu da Cidade, estão expostas *in situ* três urnas escavadas durante o restauro do Paço da Liberdade (2001-2012) (IRIBARREM, 2017). No ano de 2000 foi realizado o resgate de uma urna próxima ao edifício do INSS pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva, pertencente à Fase Paredão. Tais vestígios arqueológicos evidenciam a dimensão do Sítio Manaus (ZANETTINI, 2002).

Consequentemente, esse local torna-se importante para pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, nas quais se incluem a Arqueologia, a História e a Antropologia. Ao analisar os usos que fazem os frequentadores da praça, tem-se um direcionamento que ultrapassa a importância histórica, levando em consideração a relevância social, na qual se inclui experiências individuais ou coletivas. Tem-se como exemplo a realização do evento Passo a Paço, no qual o patrimônio assume a função de palco, simultaneamente com a de equipamento urbano para a circulação de visitantes locais e turistas, outro aspecto desse patrimônio, refere-se ao uso como local de trabalho pelos vendedores ambulantes e flanelinhas, bem como, lugar de abrigo para pessoas em situação de rua.

As dimensões desse patrimônio, como observar-se-á no desenvolvimento desta pesquisa, não se restringe a ser patrimônio histórico e arqueológico, contudo, representa um bem sagrado para os grupos indígenas, que reivindicaram a área e os vestígios arqueológicos como pertencentes aos seus antepassados, assim como os vestígios biológicos que permaneceram ali sepultados por séculos até as intervenções do Poder Público.

### **2.3. Patrimonialização, requalificação e gentrificação do Centro Histórico de Manaus**

Contudo, antes de analisar as dimensões desse patrimônio, torna-se relevante abordar o processo de patrimonialização do Centro Histórico de Manaus, principalmente no que se refere à praça Dom Pedro II. Abordar-se-á as principais ações do Poder Público trazendo para discussão leis relevantes para salvaguarda desse patrimônio bem como apresentar alguns dos projetos de requalificação do Centro Histórico, que buscam dar qualidade para essa área de modo a corresponder a demanda da sociedade por equipamentos urbanos, seja para o lazer, para a prática de esportes ou simplesmente para circulação, valorizando esse conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN.

Primeiramente, tem-se a caracterização do Conjunto Arquitetônico do Centro Histórico de Manaus, pois a partir do reconhecimento da importância desse espaço como patrimônio, passa-se a tratá-lo como conjunto, no qual as ações políticas ou de particulares tornam-se obrigadas a respeitar a integridade do todo. Logo, criam-se leis, as quais visam a conservação do patrimônio, preservando as características que representam estilos arquitetônicos do século XIX, no qual havia a prevalência do uso de materiais de construção importados, tais como telhas e vitrais, enfim, preservar as características que compõem o conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN (CASTRO, 2006).

O tombamento é uma dessas ações do Poder Público, pode ser realizado a nível municipal, estadual ou federal, tem como objetivo promover a proteção de um bem, ou seja, esse instrumento proporciona a determinado patrimônio, seja ele material ou imaterial, móvel ou imóvel, ser preservado e conservado por possuir relevância histórica para a sociedade manauara, bem como por seu valor arqueológico, portanto, deve se garantir que não sejam destruídos, descaracterizados ou esquecidos.

No que se refere a definição de conservação e preservação, embora possuam significados semelhantes, no que concerne ao patrimônio podem ser entendidas como



complementares. Preservar significa gerir a manutenção do estado físico do patrimônio, de modo a garantir sua salvaguarda, desacelerando o processo de degradação, por outro lado, a conservação ocorre por meio de técnicas de manutenção, as quais não alterem as características originais desse bem, mantendo assim seu significado cultural (LEMOS, 2017).

As primeiras manifestações políticas sobre preservação do patrimônio surgiram com a Constituição Federal de 1934, a qual trazia no seu artigo 10, inciso III, referências a “proteger” como sendo uma das responsabilidades do Poder Público “Compete concorrentemente à União e aos Estados: III - proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte” (BRASIL, 1934).

No dia 13 de janeiro de 1937 por meio da Lei nº 378, Getúlio Vargas criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), responsável por promover o tombamento, a conservação e a divulgação do patrimônio cultural do país em nível Federal. No mesmo ano, em 30 de novembro, surgiu oficialmente a lei nacional que estabelecia o instrumento do Tombamento, o Decreto-lei nº 25 de 1937, permanece em vigência, completou 84 anos e ficou conhecido como a “Lei do Tombamento” (FONSECA, 1997).

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. (BRASIL, 1937)

Os quatro livros a que se refere o primeiro parágrafo do artigo 1º, nos quais são inscritos os bens tombados e que são de responsabilidade do então SPHAN, hoje IPHAN, correspondem: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – enquadram-se os sítios arqueológicos, as representações etnográficas, os monumentos e paisagens naturais ou os criados pelo homem. Livro do Tombo Histórico – tudo que se refere ao desenvolvimento histórico e as obras de arte. Livro do Tombo das Belas Artes – corresponde as representações de artes, sejam elas eruditas, nacionais ou estrangeiras. E o livro do Tombo das Artes Aplicadas – no qual se incluem aquelas obras de artes utilitárias.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiu de forma definitiva o termo Patrimônio Cultural, ampliando o conceito de patrimônio, até aquele momento entendido como

os bens materiais, fossem móveis ou imóveis, a partir de então, entende-se a importância não apenas do objeto, mas outras dimensões que esse bem comporta, tais como referência estética, paisagística, social, entre outros aspectos que um patrimônio pode representar para a nossa sociedade ao longo da história.

Art. 216 - Constituem o patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico.  
(BRASIL, 1988)

Com a abrangência do termo Patrimônio Cultural surgia uma nova definição de patrimônio: o imaterial, tão importante quanto o material, também suscetível ao esquecimento e desaparecimento, como por exemplo, modos de criar, fazer e vivência social, os quais dependem muito mais dos sujeitos que os praticam para garantir sua manutenção, sendo assim, merecem ser preservados para as futuras gerações, pois constituem a história do Brasil. Foi por meio da Lei nº 3.555 de 4 de agosto de 2000, que se formalizou a proteção do Patrimônio Imaterial na legislação nacional, estabelecendo assim, seus próprios livros do tomo, a saber:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000)

Quanto ao tombamento, esse pode ocorrer nas três esferas, municipal, estadual e federal, de forma concomitante, trata-se de um instrumento para reconhecer a importância de um bem em todas as suas dimensões (citados no art. 216 da C.F.), de modo a justificar sua preservação

e conservação. Contudo, sem ações práticas, torna-se inválido sua inclusão nos Livros do Tombo.

Esse instrumento permite estabelecer diretrizes para salvaguarda do patrimônio aplicadas por órgãos competentes, tais como o IPHAN, ou órgãos nos níveis estaduais e municipais, à medida que os legisladores buscam por meio de políticas públicas estabelecer diretrizes e ações que irão permitir alcançar o objetivo principal do tombamento, que é “preservar” e “conservar” (FONSECA, 1997).

Nesse ínterim, em 2004 foi criado o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU) sob a responsabilidade do IPHAN, seria então encarregado, primariamente por estabelecer e consolidar políticas públicas relacionadas à preservação do Patrimônio Cultural e dos museus, por meio do desenvolvimento de práticas e políticas educacionais, tendo como base a diversidade cultural do povo brasileiro. O DEMU é resultado da Política Nacional de Museus lançado pelo Ministério da Cultura (MinC) em maio de 2003, durante o governo Lula.

Posteriormente, em janeiro de 2009 criou-se o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) independente do IPHAN, responsável pelas demandas dos museus federais, tais como questões políticas, organizacionais, deveres e obrigações. Por meio da Lei nº 11906, criou-se a autarquia vinculada ao Ministério do Turismo o IBRAM, retirando do IPHAN a responsabilidade dos museus federais.

Tratando-se da cidade de Manaus, o primeiro patrimônio tombado em nível federal, foi o Teatro Amazonas, situado na avenida Eduardo Ribeiro no bairro Centro, no ano de 1966, incluído no Livro do Tombo Histórico. Em seguida, no ano de 1985, incluiu-se o segundo patrimônio da cidade no Livro de Belas-artes e no Histórico, trata-se do Reservatório do Mocó, situado no bairro Nossa Senhora das Graças, posteriormente, em 1987 o Mercado Adolpho Lisboa foi inserido nos mesmos livros. Nesse mesmo ano, o Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Porto de Manaus foi registrado no Livro das Belas-Artes e no Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Nesse período, o Centro Histórico passou por transformações significativas que resultaram do desenvolvimento industrial, o qual chegou à cidade após a implementação da Zona Franca de Manaus, o Centro tornou-se uma área de comércio, surgiram novas edificações, as históricas passaram por uma descaracterização de suas estruturas e fachadas, as quais foram encobertas com anúncios e propagandas. A arquitetura perdeu espaço para a propaganda (FILIPPINI, 2008).

No que se refere ao Governo do estado do Amazonas, no decurso do mandato de José Bernardino Lindoso (1979 – 1982), atentou-se para a necessidade da preservação do patrimônio

tombando bens históricos de relevância para a história da capital, tais como a Academia Amazonense de Letras, fundada em 1 de janeiro de 1918 na rua Ramos Ferreira nº 1009; o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA), inaugurado em 25 de março de 1917 na rua Frei José dos Inocentes, nº 132; o Palácio da Justiça, o qual data de 21 de abril de 1900, situado na avenida Eduardo Ribeiro, nº 901; e o Palácio Rio Negro, construído em 1903 como residência particular de um alemão comerciante da borracha, Karl Waldemar Scholz, localizado na avenida Sete de Setembro, nº 1546; todos no bairro Centro.

Posteriormente, no ano de 1988 durante o governo de Amazonino Mendes, foram tombados imóveis individualmente por meio do Decreto Nº11.201, de 14 de junho de 1988, tais como a Agência do Banco Itaú, desde 1976 na esquina das ruas Teodoro Souto e Guilherme Moreira, s/n; a Agência Central dos Correios e Telégrafos, inaugurada em 1921 na esquina da avenida Eduardo Ribeiro com a Teodoro Souto s/n; a Biblioteca Pública do Estado cuja conclusão da obra ocorreu em 1912, localiza-se na rua Barroso, nº 57; o Cemitério São João Batista fundado em 1890 na avenida Boulevard Álvaro Maia, no bairro Nossa Senhora das Graças, dos imóveis citados é o único não situado no Centro, esses são alguns bens históricos da cidade tombados pelo Estado a partir da década de 80 (CASTRO, 2006).

Do mesmo modo, o Governo Municipal realizou um importante tombamento do conjunto histórico Centro Antigo. Por meio da Lei Orgânica de 1990, definiu-se a área Centro Antigo, a qual compreende a Rua Leonardo Malcher e orla fluvial, delimitada a Leste pelo igarapé de São Raimundo e a Oeste pelo Igarapé do Educandos. Essa delimitação serve como referência para as obras de restauro do patrimônio edificado, incluindo o processo de requalificação dos igarapés e a orla fluvial, para transformá-los em “vias de respiração e circulação da cidade”. (LOMAN, 1990, p.125), no seu artigo 135, estabeleceu-se o Sítio Histórico da cidade de Manaus:

§ 2º Tem-se por Sítio Histórico da cidade o trecho compreendido entre a Avenida Sete de Setembro até a orla do Rio Negro, inclusive Porto Flutuante de Manaus, Praças Torquato Tapajós, 15 de Novembro e Pedro II, Ruas da Instalação, Frei José dos Inocentes, Bernardo Ramos, Av. Joaquim Nabuco, em toda a sua extensão, Visconde de Mauá, Almirante Tamandaré, Henrique Antony, Lauro Cavalcante e Governador Vitório. (MANAUS, 1990)

Outrossim, o art. 135 da Lei Orgânica do Município preocupou-se em evitar a descaracterização desse Conjunto Arquitetônico ao estabelecer o gabarito máximo para novas

construções em 30 metros, respeitando a área do entorno desse conjunto tombado, que corresponde a 300 metros.

Além disso, o Decreto nº 7.176 de 10 de fevereiro de 2004, definiu o setor Especial de Unidades de Interesse de Preservação (SEUIP), correspondente à área do Centro Histórico definida na LOMAN. Essa norma estabeleceu o grau quanto ao nível de importância de preservação do patrimônio edificado como de 1º e 2º Grau, da Orla Portuária e Praças Históricas. Do mesmo modo, inclui como interesse de preservação, os sítios arqueológicos, as paisagens e os conjuntos arquitetônicos:

O Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação está constituído pelo conjunto de bens imóveis de valor significativo que, de alguma forma, possam concorrer significativamente para marcar as tradições e a memória da cidade. Parágrafo Único - Incluem neste Setor, como valor significativo:

- I - as paisagens;
- II - os sítios históricos;
- III - os conjuntos arquitetônicos;
- IV - as edificações de interesse cultural;
- V - demais unidades e equipamentos estabelecidos por órgão competente do Município. (MANAUS, 2004)

No que concerne às edificações de 1º Grau, deve-se preservar as características arquitetônicas externas, a volumetria e a ocupação do terreno, portanto, não podem receber construções anexas. Das classificadas como de 2º grau, preservar-se-á as dimensões atuais e os aspectos das fachadas, componentes do conjunto Centro Histórico. Dos imóveis situados na Área Portuária, todos atributos serão conservados com a finalidade de se manter a harmonia do Conjunto Porto de Manaus. Por fim, no que diz respeito às praças, espaços públicos de maior expressividade, seja pela relevância urbanística ou paisagística, conservar-se-á as qualidades originais, enquanto as intervenções nesses locais devem seguir as diretrizes políticas vigentes.

Art. 8º- Os monumentos públicos de maior expressividade, por suas peculiaridades urbanísticas e paisagísticas, deverão conservar as características originais. As intervenções nestas áreas públicas, devem ser absolutamente adequadas aos critérios e objetivos da legislação vigente.

Acrescenta-se que o Decreto nº 7.176 apresentou a listagem dos imóveis, a saber: 301 edificações de 1º Grau, 1.356 de 2º Grau, 10 pertencentes ao conjunto da Orla Portuária e 10

praças incluindo a praça Dom Pedro II. Além disso, no nível municipal editou-se o Decreto n° 2.436, de 19 de julho de 2013, aprovando o Manual de Placas; cuja finalidade é a padronização da publicidade nas fachadas das edificações presentes nas Unidades de Estruturação Urbana Centro e Centro antigo. Esse manual estabelece diretrizes para os comerciantes produzirem e instalarem suas placas comerciais ou de identificação do estabelecimento, assim como a implementação adequada de toldos, entre outras situações relacionadas a melhor visualização do exterior das construções históricas, reduzindo a poluição visual.

No que diz respeito ao Centro Antigo, a ação mais recente para sua salvaguarda foi realizada pelo IPHAN, cuja aprovação ocorreu no ano de 2012. Contudo, iniciou-se com o edital de notificação a respeito do Tombamento do Centro Histórico de Manaus publicado no Diário Oficial da União, em 22 de novembro de 2010, o qual notificava o interesse desse órgão federal em preservar o patrimônio inserido na área que corresponde a poligonal formada pela rua Leonardo Malcher, Av. Luis Antony, compreendendo a orla fluvial, a Av. Joaquim Nabuco, Av. Sete de Setembro e a Av. Getúlio Vargas (Figura 5).

Figura 5. Área tombada pelo IPHAN.



Fonte: Arquivo IPHAN, 2010.

Observa-se na imagem o detalhamento preciso da área a ser preservada, com a inserção de pontos referenciais, assim como os nomes das ruas que compõe o que se denominou de poligonal, diferente do que foi apresentado na LOMAN (1990). Essa medida torna-se importante para estabelecer as prioridades na conservação desse patrimônio. Acrescentando-se que esse tombamento promove a salvaguarda do conjunto arquitetônico por sua relevância histórica e sua arquitetura, que corresponde a estilos diversos, tais como o Eclético, Art

Nouveau e o Neoclássico. O Centro Histórico de Manaus passou a integrar o Livro do Tombo Histórico, e o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Quanto aos estilos arquitetônico, destaca-se o eclético, bastante presente em construções históricas na cidade de Manaus, e do Brasil, isso se deve ao fato de ter surgido por volta da metade do século XIX, coincidindo com o período de enriquecimento da cidade em consequência da economia gomífera.

Esse estilo caracteriza-se pela inclusão de diferentes tipos de materiais, tais como o aço, o vidro, o ferro forjado e o vidro laminado. Desse modo, para adaptar essas matérias-primas em uma construção, os arquitetos utilizavam a influência de variados estilos, como o barroco, o renascentismo e o gótico. Destaca-se ainda, o uso de ornamentos luxuosos e variados, a presença de colunas, a grandiosidade das construções e a presença do ferro na arquitetura. Países como Inglaterra, França e Alemanha ajudaram a propagá-lo na Europa, bem como nos países do continente americano, particularmente no Brasil.

Mediante ao exposto, observou-se que a praça Dom Pedro II está inserida no tombamento municipal e federal, pela LOMAN e pelo IPHAN, respectivamente, assim como encontra-se incluída na Unidade de Interesse de Preservação, a qual deve ser mantidas as características originais, portanto, fica evidente se tratar de um patrimônio relevante para cidade, além de um espaço público de uso da população.

Em razão disso, essa área tem passado por processos de requalificação no decorrer dos anos. Em seguida, serão apresentados os principais projetos realizados no Centro Histórico, os quais buscaram recuperar e restaurar os patrimônios edificados presentes nele, enfatizando aqueles direcionados para a praça Dom Pedro II e seu entorno.

Iniciando essa descrição pelo Projeto Manaus Belle Époque (1999) do Governo do Estado do Amazonas, que objetivou a revitalização de áreas históricas importantes, tais como o entorno do Teatro Amazonas, da Praça de São Sebastião e do Mercado Adolfo Lisboa, ademais, o restauro de imóveis históricos, visando fomentar o turismo na cidade. Esse projeto foi intermediado pela Fundação Municipal de Turismo, MANAUSTUR (atual Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos – MANAUSCULT), sob a responsabilidade da Secretaria de Cultura (SEC) (CASTRO, 2006).

A Belle Époque, refere-se ao período de crescimento urbanístico da cidade de Manaus, entre os anos de 1880 e 1910, resultou da exploração da *Hevea brasiliensis* que impulsionou a economia local. Um dos momentos mais significativos ocorreu com Eduardo Ribeiro (1890-1891, 1892-1896), natural do estado do Maranhão, após assumir o Governo do Estado aos 28 anos de idade, nesse período ele idealizou o crescimento da cidade, promovendo a

modernização urbana com inspiração europeia, como mencionado anteriormente, no Brasil, esse período caracteriza-se pela mescla de estilos arquitetônicos e tecnologias de construção originárias principalmente de Portugal, Inglaterra e da França.

Com relação a cidade de Paris, no século XIX passou por profundas transformações, principalmente sob o poder do Imperador Napoleão e do interesse do Prefeito Haussmann em adequar a cidade com base nas leis de expropriação (1840), e sanitária (1850). A primeira trata da desapropriação pelo Estado de lotes ou terrenos por insalubridade, os quais fossem de interesse para o crescimento da cidade, assim como de edificações para implementação da rede de ferrovias. A outra refere-se, justamente, ao intuito de regular o espaço urbano com fins voltados à salubridade (BENEVOLO, 1983).

Desse processo resultou o traçado de novas vias, o Prefeito Haussmann foi responsável pelo surgimento de 95 quilômetros de novas ruas, substituiu 50 dos 384 existentes até então, expandiu mais 70 km onde havia a periferia de Paris. Esse período de transformação estabeleceu os novos tipos de serviços considerados primários, que consistiam: no aqueduto, no esgoto, a utilização de iluminação a gás, o transporte público com ônibus tracionados a cavalo. Os serviços secundários seriam: escolas, hospitais, colégios, quartéis, prisões e os parques públicos (Bois de Boulogne a oeste da cidade e o Bois de Vincennes a leste). Destaca-se a organização distrital, a qual resultou desse crescimento totalizando 20 distritos parcialmente autônomos (BENEVOLO, 1983).

Quanto à cidade de Manaus, entre as obras importantes de Eduardo Ribeiro em relação ao turismo na cidade, foi dar início a construção do Teatro Amazonas, assim como a construção do Reservatório Mocó, da Ponte de Ferro Benjamin Constant na av. Sete de Setembro cruzando o igarapé Mestre Chico, do Palácio da Justiça, entre outros. Acresce-se que foram aterrados alguns igarapés, como o do Espírito Santo, hoje avenida Eduardo Ribeiro, que iniciava próximo da atual rua 10 de Julho e desembocava no Rio Negro.

Tratou-se de um período de mudanças e embelezamento pelo qual a cidade passou. A parte central de Manaus foi construída e planejada para abrigar a elite da época, as camadas mais pobres residiam em áreas distantes desse núcleo urbano, nas quais não havia acesso às tecnologias introduzidas naquele período, tais como a eletricidade, esgoto ou mesmo ao estilo de construção (CASTRO, 2006).

Do mesmo modo, a praça Dom Pedro II passou por um processo de enobrecimento durante o governo de Eduardo Ribeiro, no qual recebeu a instalação do jardim municipal. O historiador Otoni Mesquita em sua tese “La Belle Vitrine”, cita a observação feita pelo governador sobre o fato de a praça não suportar a quantidade de visitantes, principalmente aos



fins de semana, nos quais tocava no coreto a banda da Polícia Militar, sendo assim, havia a necessidade de existirem outros espaços públicos para o lazer da população (Figura 6 e 7)

Figura 6. Praça Dom Pedro II vista lado Oeste.



Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.  
Arquivo IPHAN.

Figura 7. Praça Dom Pedro II vista lado Leste.



Fonte: Álbum do Amazonas, 1901-1902.  
Arquivo IPHAN.

A Belle Époque, foi um período histórico do qual resultou a construção de edificações importantes atualmente tombadas em nível municipal, estadual ou federal, tendo em vista esse momento, o Governo do Estado do Amazonas no ano de 1999, sob a administração de Amazonino Mendes, propôs o Programa Manaus Belle Époque, com o objetivo de requalificar áreas históricas com intenção de fomentar o turismo na cidade. Inicialmente, havia a proposta de três projetos para áreas distintas, a saber: “Revitalização do entorno do mercado Adolpho Lisboa”, “Corredor Cultural” e o de “Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça São Sebastião” (CASTRO, 2006).

Com relação ao Mercado Adolpho Lisboa, foi construído em 1882 nas proximidades do Rio Negro em estilo Art Nouveau. O projeto de requalificação citado, abrangeu dez ruas adjacentes incluindo 122 imóveis, dos quais seriam restauradas as fachadas, recompondo o Conjunto Arquitetônico, incluía-se a recomposição cromática e a requalificação dos equipamentos urbanos na área, como sarjetas, calçadas, canteiros, arborização e espaços de convivência (CASTRO, 2006).

Quanto ao projeto Corredor Cultural, propunha-se a transformação da rua Marcílio Dias em uma vitrine, na qual os visitantes poderiam caminhar por um museu, em que as fachadas dos casarões seriam as obras em exposição, além de usufruir do comércio e outros serviços, como restaurantes e lanches, pois trata-se de uma das principais vias do centro comercial da cidade, desse modo, apresentar o passado para os moradores e turistas.

Esse projeto pretendia o restauro de 63 imóveis por toda a extensão da Marcílio Dias, objetivava-se restaurar as fachadas, sarjetas, calçadas e espaços de convivência. Nesse período, surgiu a proposta de realocação dos camelôs, os quais ocupavam as vias do Centro, para os camelódromos, dessa forma, facilitar a circulação das pessoas por esse espaço permitindo a visualização das fachadas das edificações (CASTRO, 2006).

Atualmente, esses espaços destinados aos vendedores ambulantes são conhecidos como Galerias Populares: Galeria Popular dos Remédios, Galeria Espírito Santo e Galeria Marcílio Dias. O processo de realocação desses trabalhadores informais começou em fevereiro de 2014. No entanto, essa remoção ocasionou problemas para esses trabalhadores. De acordo com reportagem realizada pelo jornal digital A Crítica, uma semana após serem transferidos, os camelôs alegavam uma baixa de 90% nas vendas, justificada naquele momento pela mudança recente, principalmente por não haver circulação de compradores nas galerias, em contraste ao que ocorria quando permaneciam nas ruas movimentadas e próximas a pontos comerciais ou de grande visitação, como da igreja da Matriz.

Uma segunda reportagem realizada pelo Jornal do Commercio em janeiro de 2017, expôs a situação dos camelôs realocados que alegavam haver uma disputa injusta entre eles e os vendedores irregulares, os quais carregam seus expositores entre os consumidores, dessa forma evitam os boxes fixos, tal situação estaria tornando mais difícil as vendas para os informais regulados pela prefeitura, resultando em muitos boxes fechados, acentuando o desemprego.

Além disso, O Programa Manaus Belle Époque incluía a revitalização individual de imóveis históricos tais como: a igreja do Pobre Diabo, na rua Borba, Cachoeirinha e o Centro de Artes Chaminé, na Av. Lourenço da Silva Braga, Centro; para essas edificações, objetivava-se restaurar as características originais, fachadas, paredes, pisos, portas, janelas, a parte hidráulica e elétrica (CASTRO, 2006).

Dentro desse Programa, destacou-se o projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça São Sebastião, surgido em 2001 que objetivava restaurar o conjunto arquitetônico dessa área, abrangendo as ruas Dez de Julho, Costa Azevedo, avenida Eduardo Ribeiro e José Clemente, totalizando 36 imóveis (CASTRO, 2006).

O Manaus Belle Époque, foi financiado pelo Governo do Estado do Amazonas com a supervisão da Secretaria de Estado da Cultura. Enquanto isso, o Programa Monumenta estava em andamento no país, idealizado em 1990, seu principal objetivo era financiar a requalificação de Centros Históricos. Baseava-se nas Normas de Quito, elaboradas na capital do Equador, no ano de 1967, para tratar da conservação e utilização dos monumentos e lugares de interesse

histórico e artístico, na quais as edificações deveriam ser restauradas e destinadas para o turismo, como a instalação de centro de artes, cafés, restaurantes, bares etc. (DIOGO, 2009).

Uma das características desse projeto era o incentivo tanto privado quanto público, por meio de ações positivas de entidades e empresas, como da Caixa Econômica Federal que proporcionou o financiamento para moradores dos núcleos urbanos históricos de baixa renda de modo que pudessem realizar o restauro de suas moradias, com isso incentivar a preservação e conservação do patrimônio edificado (DIOGO, 2009).

O Brasil possui muitas cidades históricas que precisam de manutenção a fim de serem preservadas para as futuras gerações. No entanto, devido aos recursos limitados do Monumenta, houve uma seleção entre 80 cidades que correspondessem determinados critérios, dos quais consistiam basicamente em selecionar municípios com sítios históricos e monumentos, além disso, teriam que passar por processo de restauro de modo a atender a demanda turística, justificando o investimento no seu patrimônio, para tal realizou-se uma análise detalhada dos aspectos sociais, físicos e econômicos, denominado Perfil do Projeto.

Das 80 localidades foram selecionadas 25, as demais puderam solicitar, a partir de 2004, um incentivo para atividades de restauros em patrimônios históricos específicos. O Monumenta teve como objetivo a restauração de monumentos nacionais, a requalificação urbanística de espaços públicos, o financiamento para a recuperação de imóveis privados, a promoção de atividades econômicas e a educação patrimonial. Todas as cidades selecionadas deveriam desenvolver essas ações (DIOGO, 2009).

Embora o modelo proposto pelo Programa tivesse como objetivo fomentar o turismo, a partir do ano de 2003, ampliou-se o foco visando, também, a preservação do patrimônio dessas cidades de modo a incentivar a economia, tendo em vista a valorização das moradias, ou seja, a qualidade de vida dos moradores dessas áreas históricas. Investiu-se 50 milhões de reais para o restauro de imóveis particulares, correspondendo a 20% do total reservado pelo projeto (DIOGO, 2009).

Até outubro de 2008, R\$ 14,6 milhões já haviam sido aplicados, viabilizando a recuperação de 300 imóveis, localizados em 20 das 25 cidades participantes do Programa. As cidades restantes, até aquela data, ainda não haviam efetivado a ação. Cerca de 40% dos imóveis recuperados abrigam famílias com renda inferior a três salários-mínimos, e 60% dos tomadores de crédito receberam valores iguais ou inferiores a R\$ 20 mil. (DIOGO, 2009)

À vista disso, havia o interesse na recuperação e suporte da estrutura externa, padronização da parte elétrica a fim de evitar incêndios acidentais resultantes de problemas elétricos, os proprietários desses imóveis poderiam solicitar inclusive o custeio da placa de obras. Para famílias de baixa renda (considerava-se até 3 salários) existia a possibilidade do financiamento para as obras de instalações sanitárias e o incentivo do uso do imóvel para contribuição da renda familiar, adequando-o para que pudesse de alguma forma ajudar no rendimento dessas pessoas (DIOGO, 2009).

O Programa realizou uma seleção, na qual cada município lançou seu edital para que os proprietários pudessem verificar se atendiam as especificações para concorrer ao incentivo. Tais critérios referiam-se à relevância histórica da edificação, seu estado de conservação e como mencionado anteriormente, à renda familiar. A meta inicial era alcançar donos de construções situadas na área de intervenção, bem como possíveis compradores e locatários. Posteriormente, ampliou-se para a participação de moradores que residissem ou utilizassem comercialmente algum imóvel há mais de cinco anos (DIOGO, 2009).

Esse processo de seleção ocorreu em três etapas, a primeira correspondeu à análise financeira que ficou a cargo da Caixa Econômica, a qual avaliou se os requerentes teriam restrição por dívidas, assim como a capacidade de assumir o pagamento, mesmo que em longo prazo. A segunda etapa foi a verificação da relevância da edificação e o seu valor comercial. A terceira consistiu na aprovação do projeto pelo IPHAN, o qual asseguraria que o valor do financiamento cobrisse os gastos nas obras de restauro.

Desses projetos, aqueles com orçamento superior a R\$ 50 mil ficavam a cargo da Caixa Econômica, os inferiores a esse valor, com as Unidades Executora de Projetos (UEP), as quais eram compostas por técnicos do município ou do estado junto com os do IPHAN. Por fim, os proponentes selecionados assinavam o contrato com o banco, município ou estado (DIOGO, 2009).

Os financiamentos não tinham juros, podiam ser firmados por maiores de 18 anos bem como por trabalhadores autônomos, os selecionados poderiam requerer o adiantamento do valor para começarem as obras. Após a conclusão, eles teriam seis meses para iniciarem os pagamentos da dívida que poderia durar de 10 a 20 anos.

Os subsídios acima de R\$ 50 mil eram liberados após a assinatura dos contratos, de modo a dar início às obras, eram repassados integralmente para a Caixa Econômica, que liberava as parcelas de acordo com a execução da obra, respeitando o cronograma aprovado, o qual era acompanhado pelos técnicos da UEP e do IPHAN. Os selecionados poderiam empregar por conta própria a mão-de-obra para execução das obras, fosse empreiteiros, construtoras ou

autônomos; portanto, que estivesse de acordo com o projeto aprovado pelo IPHAN e correspondesse com a qualidade que se espera para o patrimônio (DIOGO, 2009).

Essa iniciativa do programa atendeu 25 cidades, localizadas em dezessete estados diferentes. Com relação a Manaus, nenhum imóvel privado foi selecionado para receber o financiamento, embora tenham sido apresentadas 26 propostas de projetos entre os mais de dois mil imóveis registrados no sítio histórico. No entanto, o Monumenta subsidiou as obras do Paço da Liberdade (Museu da Cidade), do mercado Adolpho Lisboa e dos imóveis na Rua Bernardo Ramos, n° 69 e n° 77, da praça IX de Novembro, do estacionamento rotativo do Museu da Cidade, do coreto e do chafariz localizados na praça Dom Pedro II.

O subsídio oferecido por esse programa para Manaus começou no ano de 2008, de modo a complementar as obras de restauro realizados na praça Dom Pedro II pelo programa “Projeto de Revitalização do Centro Antigo de Manaus”, o qual proveio de um concurso de ideias promovido pela Fundação Municipal de Turismo (MANAUSTUR) no ano de 1997, teve suas obras iniciadas em 2001. A proposta era requalificar o trecho da Ilha de São Vicente até a Rua Gabriel Salgado, incluindo o Conjunto Paisagístico da Praça Dom Pedro II e o Paço da Liberdade (IRIBARREM, 2017).

Esses dados demonstram o interesse do Poder Público em preservar o patrimônio histórico da cidade presente no núcleo urbano mais antigo, no qual inclui-se a praça Dom Pedro II. Apesar das mudanças nas gestões nos níveis municipais, estaduais e federais, continuam surgindo projetos e obras pontuais, tal como na Rua Bernardo Ramos, executada durante o Projeto de Revitalização do Centro Antigo de Manaus. Consistiu na remoção do revestimento asfáltico de modo a expor o calçamento original em pedras jacaré, uma das variedades do arenito ferruginizado.

No ano de 2007, o governo Federal iniciou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual incentivava o desenvolvimento dos núcleos urbanos, proporcionando adequação da infraestrutura urbana no Brasil. Em 2013, o Ministério do Planejamento criou o PAC – Cidades Históricas, um modelo inovador no que se refere às políticas de preservação do patrimônio. Foi destinado a esse programa o montante de R\$ 1,6 bilhões, o qual seria destinado a 425 obras de restauração de edifícios e espaços públicos, em 44 cidades de 20 estados brasileiros (LIMA, 2016).

Para Manaus, o PAC – Cidades Históricas financiou a realização de 10 obras, totalizando 33,77 milhões de reais, os quais foram destinados à restauração, do Casarão da Biblioteca Municipal, da Antiga Câmara Municipal, do Hotel Cassina, do edifício do Corpo de

Bombeiros (Av. Sete de Setembro) e a desmontagem e retirada do Pavilhão Universal da Praça Terreiro Aranha para instalá-lo na Praça Adalberto Vale.

Esse conjunto de obras foi denominado “Programa Manaus Histórica”, incluiu-se nesse a requalificação dos espaços públicos da praça XV de Novembro, trecho da Av. Eduardo Ribeiro (entre a Av. 7 de Setembro e a Alfândega), da praça Tenreiro Aranha, o entorno do Mercado Municipal Adolpho Lisboa e da praça D. Pedro II, incluindo o chafariz e o coreto. Algumas dessas obras já foram concluídas tais como, o restauro e instalação do Pavilhão Universal na praça Adalberto Vale, a requalificação da praça XV e do Relógio Municipal e o restauro da Biblioteca Municipal.

Esse é o mais recente programa de requalificação do Centro Antigo de Manaus, cujo objetivo são a restauração e preservação do patrimônio arquitetônico para as gerações futuras. Recebeu o incentivo da Prefeitura Municipal, que visava a comemoração dos 350 anos da cidade, ocorrida no dia 24 de outubro de 2019.

O “Programa Manaus Histórica” é uma ação da prefeitura que conta com recursos da administração municipal e do PAC Cidades Históricas. Como todo projeto de intervenção em patrimônio tombado, as propostas foram previamente aprovadas pelo IPHAN, sendo coordenados pelo Instituto Municipal de Planejamento Urbano (Implurb). A seguir, será apresentado um contexto histórico de algumas edificações contempladas por esse programa

A Biblioteca Pública Municipal João Bosco Pantoja Evangelista data de 1908. Localiza-se próximo à praça do Congresso, na rua Monsenhor Coutinho s/n. Originalmente construída como residência de uma família portuguesa, como muitas construções desse período, possui materiais importados tal como as telhas provenientes da fábrica Cerâmica Saraiva de Carvalho que tinha sede em Lisboa (FARIAS et. al, 2019).

Esse importante remanescente histórico passou por obras em 1990 que resultaram em sua descaracterização. Em estilo eclético, passou por transformações, tais como a extensão do pátio e da varanda, houve a intenção de recriar os traços arquitetônicos da época, algo considerado como falseamento, que consiste em recriar ou construir, moveis ou imóveis, com estilos arquitetônicos de outros períodos de modo a serem vistos como originais. As janelas dessa edificação possuem balcão de ferro fundido e varanda balaustrada. (FARIAS et. al, 2019).

Tornou-se Biblioteca Municipal no ano de 1997, no entanto a criação dela ocorreu em 2 de janeiro de 1967, sendo sancionada somente em 12 de março de 1975 pelo Decreto nº 27. Recebeu o nome do professor e escritor João Bosco Pantoja, um dos responsáveis pela fundação do Clube da Madrugada e da União Brasileira de escritores no Amazonas. Atualmente, possui um acervo com mais de 13 mil exemplares. No entanto, em 2011, o imóvel foi fechado para

restauro, o qual não foi realizado agravando suas condições estruturais. No ano de 2019, a prefeitura assumiu essas obras.

Esse restauro objetivou resgatar as características arquitetônicas originais, com a missão de adaptá-la às necessidades da sociedade atual, visando o uso de tecnologias como a instalação de uma sala de projeção, área de acervo em braile, praça de alimentação e a implementação dos elementos essenciais para facilitar o acesso dos visitantes, tais como elevador, piso tátil e banheiros para portadores de necessidades especiais (FARIAS et. al, 2019).

Enquanto a estrutura do Pavilhão Universal, representa o avanço da engenharia de construção dessa época, devido sua capacidade de ser realocado. Uma estrutura desmontável que possui material original datado de 1912, seu primeiro local foi a praça Tenreiro Aranha. Atualmente, encontra-se instalado na praça Adalberto Valle, na av. Floriano Peixoto no bairro Centro, funciona como sede do Centro de Atendimento ao Turista (CAT), administrado pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo e eventos (Manauscult), inaugurado em novembro de 2019.

No que se refere à antiga Câmara dos Vereadores, sua construção foi iniciada em 1884 pela Companhia de Navegação da Amazônia para ser a sede do seu escritório, na então rua Municipal (atual avenida Sete de Setembro). Posteriormente, foi vendida inacabada para a Câmara Municipal, que concluiu a construção e instalou a sede do Poder Legislativo Municipal, recebendo o nome Paço Manoel Gonçalves Loureiro Filho, em homenagem ao primeiro presidente da Câmara Municipal. Em 1917, o prédio foi cedido ao governo do estado por contrato com a duração de 50 anos, servindo como gabinete do governador e abrigando algumas de suas secretarias; outrossim, foi sede das escolas estaduais Marechal Hermes, no turno matutino e no noturno, da Escola de Comércio Sólon de Lucena.

Atualmente, essa edificação abriga o Centro de Arqueologia de Manaus, desde dezembro de 2020. Está localizado próximo à praça Dom Pedro II, no Sítio Arqueológico Manaus, objetiva-se torná-la uma reserva técnica para o material arqueológico de modo a contribuir com o acondicionamento desses artefatos, assim como o laboratório da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), o Palacete Provincial e o Museu Amazônico. Essas reservas técnicas têm a salvaguarda dos materiais arqueológicos de outros municípios do estado, além dos provenientes de Manaus.

Em relação ao Hotel Cassina, localizado na esquina da rua Frei José dos Inocentes com a Governador Vitório, adjacente à praça Dom Pedro II, resistiram ao tempo, as fachadas, em contrapartida, as estruturas internas não existem mais. No tempo áureo do Ciclo da Borracha, foi um luxuoso hotel de dois andares, os registros indicam que seu nome deriva do sobrenome

do proprietário, o italiano Andréa Cassina. Durante a gerência da empresa Luiz Pinto & Cia, em 1905, foi reinaugurado com a denominação de Grande Hotel Cassina.

Com o declínio da economia gomífera em Manaus, o hotel tornou-se uma hospedaria e casa de jogos, período no qual ficou conhecido popularmente como Cabaré Chinelo até o encerramento de suas atividades. A proposta da equipe de arquitetura e urbanismo da prefeitura para intervenção e recuperação dessa edificação, inclui a construção de uma estrutura a qual se adequasse às demandas da contemporaneidade de modo a corresponder as necessidades da sociedade.

Atualmente, abriga o centro de empreendedorismo e inovação, com 1.600 metros quadrados, laboratórios, auditório, 54 estações de coworking, salas de desenvolvimento de startups e treinamento, do terraço pode-se avistar o Teatro Amazonas e a ponte Jornalista Phellipe Daou que liga Manaus a Iranduba. Durante a obra de restauro, preocupou-se com a conservação da fachada histórica, foram instalados os jardins na área térrea bem como de uma estrutura que permitiu a construção de mais dois pavimentos superiores sem comprometer as estruturas antigas.

Voltando-se para a praça Dom Pedro II, os vestígios arqueológicos pertencem à Fase Paredão, da Tradição Borda Incisa, com datas aproximadas de 100 a 800 d.C. Com relação a esses materiais, tem-se como referência os trabalhos de arqueologia na área e no seu entorno, como citado anteriormente, do pesquisador alemão Hilbert (1968), o projeto *Arqueourbs: Arqueologia Urbana no Centro Histórico de Manaus*, coordenado pelos arqueólogos Paulo Zanettini, Eduardo Góes Neves e Erika González (2002) e os relatórios de *Arqueologia do Programa Monumenta (2007-2013)* que foram coordenados pelo arqueólogo Marcus Côrrea.

Borda Incisa ou Barrancóide, as características distintivas destas cerâmicas seriam bordas largas, com o topo achatado, produzidas a partir de um aumento da espessura do centro do vaso, resultando em uma silhueta seccional triangular. A superfície destas bordas seria geralmente decorada com incisões. Há, em alguns casos, pintura ou engobo vermelho decorando o interior ou o exterior de alguns vasos. Além das fases definidas por Hilbert, a tradição Borda Incisa englobaria outras fases cerâmicas nas bacias do Amazonas e Orinoco, na Venezuela (LIMA et al., 2011, p. 206).



A primeira incursão à praça Dom Pedro II ocorreu no ano de 2013, ocasionalmente, devido a um desvio de caminho com destino à avenida Epaminondas por ser uma via principal na qual trafegam os principais meios de transporte público, logo, há um grande fluxo de pessoas como estudantes, comerciantes e lojistas. Naquele momento, as escavações arqueológicas sob a coordenação do arqueólogo Eduardo Góes Neves haviam sido concluídas (2003 – 2004).

Defronte à praça, localiza-se o Paço da Liberdade que se encontrava em processo de restauro e adequação, sob a coordenação dos arqueólogos Marcus Corrêa e Carlos Xavier Netto (2007 - 2013), para a exposição permanente das urnas funerárias no seu interior (IRIBARREM, 2017). Nas proximidades encontrava-se as ruínas do Hotel Cassina.

No que diz respeito às atividades de campo desta pesquisa, foram realizadas durante os anos de 2018 e 2019. Observou-se a dinâmica ocorrida na praça em relação a apropriação por parte dos seus usuários. Notou-se a presença de pessoas em situação de rua, que durante o dia passam pelo local para dormir ou realizar outras atividades, assim como de vendedores ambulantes, os quais usam a rua Governador Vitório como local de trabalho e a praça para descansar; o flanelinha que cuida dos carros no estacionamento do Museu da Cidade, nas vias Avenida Sete de Setembro e rua Bernardo Ramos (ao redor da praça) e os visitantes que na maioria das vezes permanecem por pouco tempo.

Como mencionado, na praça Dom Pedro II e seus arredores, ocorre o evento cultural Passo a Paço, acompanhado no ano de 2018 para a coleta de dados para esta dissertação. Nesse ano, o evento foi realizado no final de semana, nos dias 1º e 2 de setembro, observou-se parcialmente a organização do evento, tal como a distribuição das atividades e das apresentações destinadas especificamente para a praça. Relatar-se-á a experiência como espectador, considerando como parte inicial do trabalho de campo, o qual será apresentado a seguir.

No que se refere ao local, estava delimitado por grades de contenção, circundantes à área do evento, foram instalados portais para identificar os locais de acesso, com entradas pela Av. Sete de Setembro e Rua Governador Vitório. A praça Dom Pedro II e seus arredores foram utilizados para o evento.

Foram instalados dois palcos principais, o da Praça dos Ingleses, dentro do porto de Manaus com acesso pela rua Vivaldo Lima e a Plataforma Malcher, também na área portuária, utilizada para carga e descarga de bens e mercadorias, contudo, encontrava-se fechada para o público há mais de uma década. O palco dos Ingleses recebeu no primeiro dia shows como: Marcelo Nakamura, República Popular, Luneta Mágica e no segundo dia, Alaíde Negão e

Gloria Groove. No segundo palco, apresentaram-se os The Stone Ramos canta Reginaldo Rossi, Elza Soares e no segundo dia, Carrapicho e Iza.

O Les Artistes Café-Teatro, inaugurado em 2012, localiza-se na Avenida Sete de Setembro, foi palco para o espetáculo “Grande Sertão: Veredas” em três sessões, sendo uma no primeiro dia e duas no segundo, das quais esgotaram as entradas pouco antes do evento ocorrer. Porém, foram disponibilizados ingressos para a venda no local para quem conseguisse chegar cedo.

Na praça ocorreu a feira gastronômica, tendo como convidada a famosa *chef* e apresentadora de televisão Bela Gil. Havia várias barracas distribuídas ao longo das avenidas que circundam a praça, que são a Av. Sete de Setembro e rua Bernardo Ramos, cada barraca possuía uma variedade gastronômica com um *chef*, tais como Sr. Pasteleiro e Voalá!Creperia, num total de 24, estavam presentes cinco Food Trucks assim como cinco Food Bikes.

Por fim, no coreto instalado na praça apresentaram-se Aracema, Lucinha Cabral, Luso Neto e Paulo Onça. No segundo dia, estiveram presentes artistas como Trio Remanso, Bel Martine e Lorenzo Fortes. Em ambos os dias, as atrações do coreto estavam programadas para iniciarem às 16h e terminarem às 22h.

Em relação aos espectadores dos shows realizados no coreto, demonstraram conhecer os artistas que se apresentaram. Contudo, havia outras pessoas que circulavam pela área com interesse nos pontos de venda de alimentos. Em nenhum dos dias ocorreu incidentes relacionados à segurança, devido ao bom policiamento na área do evento.

Apesar de interessante, o Passo a Paço ocorre por apenas dois dias. Todavia, é necessário observar a condição do ambiente após o evento. Mesmo durante ele, era possível imaginar como estaria: a produção de muito lixo pelo público no local. Isso se deve ao fato do descarte do lixo pelas ruas ou em outros lugares, de acordo com sua conveniência. Esse foi um problema social constatado por essa pesquisa, a falta de preocupação com o lixo produzido durante o Passo a Paço, desse modo, torna-se necessário encontrar soluções acerca disso, tais como informativos e implementação de lixeiras adicionais para o evento.

Com relação à organização, apesar da simplicidade dos palcos montados, interessava mais ao público a presença dos artistas. No sábado, dia 1º de setembro, as atrações da praça estavam programadas para iniciarem às 16h, nesse momento, a movimentação na praça e nas ruas adjacentes era discreta. Os shows dos artistas nacionais mais conhecidos pelo público ocorreram nos espaços maiores, nos palcos da Praça dos Ingleses e na Plataforma Malcher.

A disposição das barracas de venda de alimentos não dificultava a circulação do público, a grande variedade de opções, como descrito, tornou rápido o serviço, permitindo aos

consumidores comprarem e se direcionarem para alguma das atrações. Para esta pesquisa, não ocorreu comunicação com a organização ou com os participantes do evento, foi realizada, somente, observação de campo.

Quanto ao público, estiveram presentes pessoas de diferentes idades, adultos e crianças, apesar da variedade, predominou a faixa de 18 a 40 anos. Por volta das 16h, houve uma movimentação intensa na área da praça, porém, direcionada às barracas de alimentos. A convidada Bela Gil, tirou fotos e interagiu com o público, que se dispersava, poucos permaneciam nas proximidades do coreto. Nele, aconteceram apresentações de bandas locais com um público menor, a maioria das pessoas estavam em grupos. Como mencionado, pareciam realmente conhecer os artistas que se apresentaram, muitos cantaram junto, um ambiente descontraído. Não ocorreu nenhum incidente que perturbasse a tranquilidade dos espectadores.

Por volta das 9h da noite, o tráfego de ônibus estava intenso, apesar de ser sábado à noite. Ainda assim, encontravam-se lotados, apesar de esvaziarem no local do evento, muitas pessoas ainda estavam chegando para os shows que iriam ocorrer.

No segundo dia do evento, domingo 2 de setembro, houve dificuldade para chegar ao local, ocasionada pela demora do transporte público. Por volta das 17h, havia uma extensa fila em frente ao Les Artistes Café Teatro devido à apresentação do espetáculo “Grande Sertão Veredas”.

A movimentação foi semelhante ao dia anterior, a praça servia de passagem, necessária e agradável, necessária por ser uma das entradas e local de venda de alimentos, agradável por não ficar lotado, facilitando a locomoção. Nesse dia, foi possível observar atentamente como a iluminação contribui com a aparência do ambiente, foram projetadas luzes nas principais construções do local, tais como no Paço da Liberdade, no INSS e no coreto, recordando o projeto do Casarão de Ideias que é administrado pela Cia. de Ideias, o “Lugares que o dia não me deixa ver”.

O objetivo desse projeto era direcionar o olhar dos transeuntes para o patrimônio edificado de Manaus, o qual se encontra abandonado em processo de degradação, por meio da utilização de técnicas de iluminação cênica, de modo a realçar os traços e formas das construções, atraindo a atenção das pessoas, visto que muitos passam diariamente por essas edificações sem notá-las, lançando sobre elas luzes coloridas, iluminando-as à noite. A última edição do “Lugares que o dia não me deixa ver” ocorreu em 2014.

Com relação ao coreto, no domingo houve uma presença modesta de público, porém, entusiasmado, cantando junto com os artistas. Parte dele estava consumindo alimentos e

bebidas; o espaço permitia dançar, para os que se sentiam à vontade, enquanto outros acompanhavam sentados.

Desse modo, informações importantes foram colhidas ao acompanhar essa edição do Passo a Paço. Notou-se a importância que ele adquiriu nesses quatro anos de realização. Observou-se o modo que pode ser utilizado para tratar da preservação do patrimônio, inclusive do meio ambiente, informando ao público a forma adequada de descartar os detritos, assim como a instalação de lixeiras específicas para o evento.

Posteriormente, na sexta-feira, dia 21 de dezembro de 2018, a observação ocorreu diretamente na praça. Nesse dia, havia poucas pessoas circulando no local, algumas delas, aparentemente em situação de rua, permaneciam por mais tempo, como por exemplo, catadores de materiais recicláveis tais como garrafas pets, papéis e latinhas, que se concentravam em frente ao chafariz. Por volta das 10h, observou-se um indivíduo também em situação de rua, deitado em um dos bancos em frente ao Arquivo Público do Estado, alguns dos transeuntes o cumprimentaram e interagiram rapidamente com ele, possivelmente por se tratar de um frequentador da praça.

Na sexta-feira, dia 18 de janeiro, as observações ocorreram durante a tarde. Nesse dia, a circulação de pessoas e carros esteve mais intensa nas ruas Sete de Setembro e Bernardo Ramos. Havia muitos carros estacionados em torno da praça. Na rua Bernardo Ramos, um sujeito cuidava dos carros ao mesmo tempo que limpava para-brisas no sinal da rua Governador Vitório, bastante comunicativo, conversava com todos que passavam, demonstrando intimidade com eles.

Quando o sinal estava aberto e os carros estacionados em segurança, sentava-se no banco da praça em frente ao Hotel Cassina, ocasionalmente alguém vinha conversar com ele. Nesse dia, havia a presença de um vendedor ambulante, entre as suas mercadorias estavam meias, carregadores veiculares e limpadores de para-brisas. Quando o semáforo da rua Governador Vitório fechava, ele caminhava entre os carros oferecendo seus produtos. Ele também usava os bancos para descansar entre as tentativas de venda.

Por volta das 15h, duas crianças se aproximaram dele, conversaram por algum tempo, depois de certa insistência dos garotos, o vendedor ambulante retirou algo do bolso, uma quantia em dinheiro e entregou para o maior. Posteriormente, os meninos seguiram em direção ao centro pela rua Governador Vitório.

Por volta das 17h, o vendedor ambulante e o flanelinha permaneceram trabalhando no local. Nesse dia, perceberam que estavam sendo observados, no entanto, em nenhum momento

tentaram se aproximar, mesmo próximos do local de observação, o coreto. Do mesmo modo, foi perceptível o olhar dos funcionários do Museu da Cidade.

Na sexta-feira, dia 22 de fevereiro de 2019, as observações foram novamente feitas no período da tarde, devido ao fato dos dados já coletados na última ida ao campo terem sido significativos. Porém, não estavam presentes o flanelinha nem o vendedor ambulante, ao invés disso, havia a presença de dois jovens, vendendo conjuntamente seus produtos, pois o dinheiro ia parar nas mãos de um deles, embora a venda fosse efetuada pelo outro.

Nesse dia, havia uma pessoa em situação de rua, o qual chegou com uma marmita, sentou-se próximo ao chafariz para se alimentar, um dos vendedores ambulantes aproximou-se dele pedindo que dividisse a comida, no entanto, o homem negou, afastando-o com o braço. O rapaz não queria de fato, apenas estava fazendo uma brincadeira. Em seguida retornou para vender no sinal enquanto o senhor terminava de comer.

Após terminar de comer, recolheu seus pertences e o lixo, indo embora em seguida, subindo a Sete de Setembro. Ele não deixou detritos no local, pelo contrário, limpou o banco, removendo os farelos que haviam caído. Os rapazes foram embora por volta das 16h, não em virtude de as vendas estarem ruins, uma vez que venderam mais que o antecessor, no dia 18 de janeiro.

Na quinta-feira, dia 21 de março de 2019 pela manhã, o fluxo de pessoas era maior do que das últimas vezes, a maioria delas pareciam ser turistas, que tinham como objetivo ir ao Museu da Cidade. Contudo, ocasionalmente passavam pela praça para tirar fotos próximo ao chafariz. Inibidos pela presença do pesquisador no coreto, alguns não se aproximavam, enquanto outros não se importavam. Essa foi a primeira vez em campo que se observou pessoas tirando fotos próximo a esses equipamentos, de certo modo o museu está atraindo o público para esse espaço.

Por volta das 11h, sete alunos do Colégio Amazonense Dom Pedro II chegaram na praça, um casal sentou-se no banco em frente ao chafariz, mais afastados os outros caminharam por ela, estavam se divertindo. Aconteceu algo não observado anteriormente, tiraram fotos próximos às árvores.

Por volta das 11h30, permaneciam no local o casal e mais dois amigos, os quatro partiram juntos algum tempo depois. Eles perceberam que estavam sendo observados, e do mesmo modo, observaram e comentaram entre si. Por volta do meio-dia, o homem que estivera na praça no dia 22 de fevereiro, retornou para comer no local. Existem vários restaurantes nas proximidades nos quais ele pode obter suas refeições.

A última visita ao campo para produção desse registro geral ocorreu no dia 17 de abril de 2019, mais uma vez no período da tarde. Cuidando dos carros e lavando um deles, nesse dia estava presente o mesmo flanelinha do dia 18 de janeiro, quando precisava de água, ia em direção aos bares da Av. Governador Vitório, à direita de quem desce a Av. Sete de Setembro entrando ao lado do INSS.

Após lavar o carro, dirigiu-se ao sinal da Av. Governador Vitório para limpar para-brisas. Por volta das 16h, aproximou-se dele um homem com qual conversou por algum tempo, quando esse estava se retirando convidou-o a ir também, respondeu de longe que seu expediente só terminava às 18h. Ambos riram, o homem seguiu em direção ao centro, descendo a Sete de Setembro. Próximo das 17h, muitos dos carros estacionados ao redor da praça já haviam saído.

Poucos motoristas que estacionaram no local deram gorjeta ao flanelinha, alguns saíram rapidamente sem notá-lo. Por volta das 17h, ele se preparou para ir embora. Nesse dia, alguns jovens caminharam pela área, cinco passaram pela praça seguindo pela Sete de Setembro desaparecendo ao lado do Museu da Cidade, outros voltaram tempo depois. Os rapazes estavam vestindo bermuda e camisa, aparentavam ter por volta dos 13 a 16 anos.

Por estar em um lugar com circulação discreta de frequentadores e com a maioria dos órgãos e estabelecimentos fechados, a presença do flanelinha passava segurança. Ao olhar em direção ao coreto, o observado parecia transmitir a informação de que era o momento de ir, porém, não estabeleceu contato em nenhuma ocasião. Contudo, dessa vez ele estava indo embora antes.

O flanelinha recolheu o balde e uma bolsa, a qual foi percebida somente quando ele estava colocando-a nas costas, seguiu em direção a Av. Governador Vitório passando ao lado do INSS. Essa era a primeira vez que permanecia até as 18 horas em campo, a praça estava calma, demonstrando que poderia ter menos frequentadores do que durante o dia, mesmo com a movimentação nas ruas adjacentes. Permanecer no local à noite tem seus riscos, por se tratar de uma área considerada perigosa.

Por volta das 18h, chegou um casal que veio da Av. Governador Vitório subindo ao lado das Ruínas do Hotel Cassina. Aproximaram-se do banco em frente ao Arquivo do Estado do Amazonas. O homem, sentou-se, enquanto a mulher permaneceu em pé. Devido à presença deles, decidiu-se ficar por mais tempo em campo para observar esses usuários.

A presença do pesquisador foi percebida, o casal olhava em volta e esporadicamente em direção ao coreto, pareciam incomodados em serem observados, mais do que inseguros em relação ao local. Conversavam ao mesmo tempo que trocavam carícias, enquanto as pessoas

que transitavam pela calçada tanto da av. Sete de Setembro quanto da Bernardo Ramos, olhavam em direção a eles, poucas direcionavam o olhar para o Chalet de Ferro.

Em determinado momento, ela sentou-se no colo dele, prosseguiu a conversa e a troca de carícias. Em seguida, um homem aproximou-se do casal iniciando um diálogo com eles; logo após, os três seguiram em direção à Matriz descendo a Sete de Setembro. Com a ida deles, encerrou-se a observação de campo nesse dia.

Na quarta-feira, 15 de maio, foi realizada uma visita ao Museu da Cidade, momento no qual acontecia a Semana Nacional dos Museus, realizado todos os anos desde 2013, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Nesse ano, participaram do evento 1.114 instituições de cultura do país promovendo atividades tais como visitas guiadas pelos museus, palestras, oficinas, espetáculos teatrais, exibição de filmes e documentários.

No Museu da Cidade de Manaus, inaugurado em 24 de outubro de 2018, durante a administração do prefeito Arthur Virgílio Neto, funcionava o Paço da Liberdade. A primeira visita a esse espaço ocorreu durante a graduação, no ano de 2017, na qual objetivava-se observar as urnas em exposição permanente sob vidro tátil. Após essa, foram realizadas mais duas, nas quais as exposições eram diferentes, por exemplo, a última tratava-se das obras de uma fotógrafa, da qual não havia informações suficientes.

Essa exposição não estava disposta de modo a valorizar as obras, as fotos encontravam-se para apreciação no corredor adjacente ao hall de entrada, não havia guias nesse dia, o visitante percorria aleatoriamente pelos salões, dificultando mais a compreensão. Devido à falta de informações, tornou-se custoso entender a visão artística da autora. Conseqüentemente, pode ocorrer que o visitante, por mais interessado que esteja em relação à exposição, a falta de dados ou a má organização resulta em uma visita superficial.

Contudo, nessa última visita havia guias para acompanhar os visitantes. O museu possui oito salas com temas variados sobre Manaus e o Amazonas, relacionadas à vida dos amazonenses, são elas: Afluentes do Tempo – por meio da utilização de imagens, é mostrado a vida dos ribeirinho; Casas-Cabeças – essa sala apresenta a variedade de construções habitacionais na Amazônia; Banhos de Origens – depoimentos de estrangeiros que decidiram viver em Manaus; Mercado – réplica de uma típica taberna, na qual estão presentes as especialidades gastronômicas do estado; Rios Voadores – mostra ao visitante os ciclos das águas e a importância dele na manutenção da vida no Amazonas; Anéis de Crescimento – faz-se uma analogia do desenvolvimento da cidade com os anéis de crescimento de uma árvore, utilizando um tronco no qual são exibidos mapas de Manaus e a sala Arqueologia – na qual

estão expostas as urnas cerâmicas e contém equipamentos tecnológicos para transmitir ao visitante informações adicionais sobre o material arqueológico.

Perante o exposto, observou-se como determinados sujeitos fazem uso da praça, tais como os vendedores ambulantes, flanelinhas, pessoas em situação de rua, os alunos das escolas próximas e os turistas. Inicialmente, não ocorreu contato direto, apenas observações devido à dinâmica do local. Geralmente utilizado como um lugar de permanência temporária, no qual seus usuários alternam-se entre si, ainda assim, existe uma frequência na presença deles. Contudo, há usos semelhantes que esses realizam, como ponto de venda, para descansar, dormir ou comer em um dos bancos da praça, para o turismo e o lazer.



## **Capítulo III – Memória e Enobrecimento: Usos e contra usos da Praça Dom Pedro II**

O núcleo inicial de Manaus está sobre o sítio arqueológico descrito e demarcado durante pesquisa do arqueólogo Peter Hilbert com o auxílio do professor Mário Ypiranga Monteiro, na época sócio-diretor do Museu Histórico e Geográfico de Manaus, hoje Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA). Dessa pesquisa, resultou o achado de urnas funerárias relacionadas a sepultamento secundário, possuem formato cordiforme (semelhante a um coração) e apliques biomorfos. A intervenção abrangeu a área onde está localizado o prédio do INSS e parte da praça Dom Pedro II, resultou dessa, o resgate de uma peça completa e dois fragmentos, os quais se encontram sob salvaguarda do IGHA, as datações atribuídas a esses vestígios correspondem entre 100 e 800 d.C.

### **3.1. Um lugar sagrado: os discursos do Patrimônio**

Importante destacar a importância do Sítio Manaus que abrange a Praça Dom Pedro II, como vestígio da ocupação pré-colombiana. Ele foi descrito e nomeado pelo arqueólogo alemão Peter Paul Hilbert no início da década de 1960. Recentemente, o IPHAN informou que esse sítio está sendo redimensionado, tendo em vista os achados arqueológicos ocorridos nos últimos anos nessa área, tal como o resgate de uma urna durante a construção do prédio anexo à Assembleia Legislativa, situada na rua Visconde de Mauá, nº 105, no ano de 2000.

Esse redimensionamento torna-se necessário, uma vez que as obras públicas ou privadas que revolvam o solo em sítios presentes no Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN devem contar com no mínimo um acompanhamento arqueológico.

O trabalho do arqueólogo, tratando-se especificamente das intervenções que estão ocorrendo no Centro Antigo de Manaus, em sítio previamente registrado, inicia-se com a Ficha de Caracterização de Atividade (FCA), na qual consta informações como o Impacto do Empreendimento, a Área Diretamente Afetada e Área de Influência Direta. Dados importantes para o registro das atividades a serem desenvolvidas durante a execução das obras.

A Ficha de Caracterização de Atividade foi definida pelo IPHAN por meio da Instrução Normativa nº 001(IN001) de 25 de março de 2015. A IN 001 definiu procedimentos para a execução de obras de modo a minimizar o impacto dessas sobre o patrimônio histórico e arqueológico. Ela serve de diretriz para reduzir os efeitos sobre o patrimônio nacional, dos quais alguns podem ser irreversíveis, assim como prevê ações para preservação e conservação seja qual for a natureza do bem.

Enquanto no final dos anos 60, Manaus passava por crescimento, econômico, territorial e populacional, decorrente da implantação da Zona Franca de Manaus, citado anteriormente. O Patrimônio Arqueológico, como será demonstrado, foi secundarizado, no que se refere aos grandes empreendimentos realizados nesse período.

A presença dos vestígios arqueológicos era de conhecimento de parte da população, o naturalista francês Paul Marcoy em Viagens Pelo Rio Amazonas (1846-1847) descreveu o local como cemitério dos índios Manaós, como também o fez o escritor Mário Ypiranga Monteiro (1971) referindo-se também à Praça Dom Pedro II. Conforme Manaus se desenvolvia, sítios arqueológicos relevantes foram secundarizados, como exemplo, o Sítio Japiim localizado em bairro homônimo, no qual urnas encontram-se expostas em camada asfáltica, das quais vê-se os contornos circulares, do mesmo modo, outras estão parcialmente visíveis no solo não asfaltado (AMORIM, 2019). Esse material foi perturbado durante a construção do conjunto habitacional Atílio Andreazza destinado a abrigar os funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). No sítio Japiim, há a presença de Terra Preta de Índio e em 2012, foi resgata uma urna cerâmica com vestígios ósseos em residência localizada na rua Maria de Mentoni (AMORIM, 2019).

Nesse momento, priorizava-se o crescimento da cidade. Trata-se de um espaço urbano que vai além da relação homem e natureza, incluindo novos elementos, tais como organização social e equipamentos urbanos. Citado anteriormente, a implementação da Zona Franca de Manaus (ZFM) estimulou o crescimento da cidade. Desse modo, pode ser compreendido com um período de renovação, levando em consideração a abordagem realizada pelas arquitetas e urbanistas Heliana Comin Vargas e Ana Luisa Howard Castilho que estudaram diferentes intervenções em centros históricos (2006)

Na perspectiva de VARGAS e CASTILHO (2006 p.7), o período de Renovação Urbana (1950-1970) refere-se a “demolir e construir para renovar viriam a ser o propósito daquela geração”, as autoras destacam, principalmente as mudanças ocorridas nos Estados Unidos e em alguns países da Europa.

Guardadas as devidas proporções, Manaus passou pelo período de renovação concomitante ao crescimento da cidade, por consequência, surgiram novos bairros. No Centro foram construídas edificações modernas, assim como a estrutura de prédios históricos foram alterados sem preocupação com a preservação do patrimônio, que ocorreu apenas com a criação da Lei Orgânica do Município (1990).

Portanto, equivale ao período descrito pelas autoras como de Preservação Urbana (1970-1990), no qual foram estabelecidas medidas políticas pontuais, como o tombamento do Teatro Amazonas (1966) e do Mercado Adolpho Lisboa (1987). “Essa nova fase privilegia a preservação urbana, ao incorporar os edifícios históricos nos projetos de reestruturação das atividades nas áreas centrais, abrangendo as práticas tradicionais de comércio e serviços ali existentes” (VARGAS e CASTILHO, p.17, 2006).

Apesar da Lei Orgânica do Município ter surgido em 1990, no nível federal havia o Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937, ordenando esse momento determinante da Preservação Urbana e instituindo o tombamento do patrimônio, como garantia de sua preservação. No entanto, privilegiava os chamados monumentos históricos de valor artístico e paisagístico.

Antes, no ano de 1931, a Carta de Atenas mencionava a preservação de edificações individualmente ou em conjunto, em virtude do crescimento das cidades. Contudo, a própria Carta menciona a necessidade de certo modo, “sacrificar” determinado patrimônio para alcançar o bem maior em prol sociedade, quando não houvesse outra solução possível (CORBUSIER, 1993).

Para a elaboração da carta, concluída no Congresso de Atenas, analisou-se a situação de 33 cidades, localizadas na França, Alemanha e EUA, concluindo que elas “não correspondiam de modo algum a sua destinação, que seria satisfazer as necessidades, primordiais, biológicas e psicológicas de sua população” (CORBUSIER, 1993, p.64).

Uma das críticas presentes na Carta de Atenas, em relação às cidades analisadas, refere-se ao fato de que todas haviam se preocupado com o desenho urbano, das ruas e seus traçados, porém, pouco foi construído em função das suas destinações, destacadas anteriormente. Essa discussão torna-se pertinente ao ser correlacionada à fase descrita por VARGAS e CASTILHO como de Reinvenção Urbana.

Por tratar-se de um lugar destinado ao lazer, a praça Dom Pedro II foi concorrida pela população manauara no final do século XIX (MESQUITA, 2005). Nos últimos anos, tem sido pouco frequentada e encontra-se em uma local com poucos moradores nas proximidades, bem como compete a preferência com outros espaços de lazer, os quais apresentam opções variadas

para os visitantes. Destaca-se o Largo de São Sebastião, ao lado do Teatro Amazonas e o Parque dos Bilhares situado próximo de três Shoppings Centers (Amazonas Shopping, Millenium Shopping e Plaza Shopping, todos no bairro da Chapada e ao longo da Avenida Djalma Batista).

Contudo, por seu valor histórico e respeitando à memória local, o Poder Público mantém-na para a população com seus equipamentos, tais como o coreto, a fonte, os bancos e os jardins. Algumas das construções no seu entorno abrigam repartições públicas e ao caminhar pelas ruas adjacentes, em direção ao porto, encontram-se casarões abandonados, ocupados ocasionalmente por pessoas em situação de rua ou desabrigados. Com o intuito de evitar essa situação, portas e janelas são vedadas por órgãos competentes, enquanto o patrimônio se degrada.

É perceptível esse processo de degradação de edificações históricas no Centro de Manaus. No que se refere às urnas, foram depositadas intencionalmente para permanecerem distante dos olhares. Não são monumentos, guardam os vestígios dos antepassados, abandonados abruptamente durante a colonização, conservando-se apenas os artefatos arqueológicos.

No ano de 2002, foi executado o programa ARQUEOURBS – Arqueologia Urbana, coordenado pelo professor especialista em Arqueologia e História Paulo Zanettini, diretor da empresa Zanettini Arqueologia e contou com a colaboração do professor Dr. Eduardo G. Neves, especialista em Arqueologia Amazônica e da professora Dra. Erika Gonzáles, perita em Gestão Arqueológica, assim como de uma equipe multidisciplinar responsável por análises Geofísicas da área abrangida.

Esse projeto teve como objetivo uma “releitura” do sítio histórico da fundação de Manaus, por meio do estudo arqueológico. Realizou-se o resgate de vestígios, estruturas e espaços históricos importantes, os quais foram abandonados conforme ocorria o crescimento urbano. O ARQUEOURBS destacou um viés antropológico, no qual buscou dados referentes às práticas do cotidiano das populações que ocuparam a área ao longo dos séculos, referente aos modos de fazer esquecidos ou deliberadamente abandonados no processo de colonização (ZANETTINI, 2002).

Assim como visava o resgate desses locais de modo a proporcionar o acesso por parte da população, convertendo-se na atividade de Educação Patrimonial, o que permitiria ao Poder Público traçar estratégias de gestão e preservação do patrimônio arqueológico visando à participação da comunidade. O ARQUEOURBS abrangia a poligonal formada pelas ruas Alexandre Amorim, 10 de julho, Joaquim Nabuco até a margem do Rio Negro, seguindo-o desde a feira da Manaus Moderna até a foz do igarapé do São Raimundo, incluindo o trecho

que vai à ponte Senador Fábio Lucena, que interliga os Bairros de São Raimundo e N. Sra. Aparecida.

No dia 5 dezembro de 1956, a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura reunida em Nova Delhi, organizou a sequência de propostas a serem adotadas em relação à proteção do patrimônio arqueológico, resultando na Recomendação de Nova Delhi. Entre os pontos importantes destacam-se aqueles que permeiam as práticas arqueológicas, um deles refere-se à caracterização dessas atividades, ou seja, elas ocorrerem em escavação do solo, sob superfície, no leito ou no subsolo das águas, desde que se trate de vestígios arqueológicos e por profissionais qualificados para exercer essa função seguindo critérios detalhados a fim de garantir a preservação desse bem (DELHI, 1956).

Outro ponto refere-se à necessidade, por parte de cada país participante da conferência, de possuir um órgão responsável por gerenciar essas atividades. No Brasil, o SPHAN foi o primeiro a exercer essa função, iniciou suas atividades em 1936 por meio de determinação presidencial, estava sob a responsabilidade do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, seu primeiro superintendente foi Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Outro tópico abordado nessa conferência, refere-se à Educação Patrimonial, mencionada na Recomendação de Delhi como Educação do Público, no qual menciona ser responsabilidade de autoridades competentes a realização de ações educativas que visam estabelecer uma relação de respeito ao passado, focado principalmente no ensino da História, contando com a participação de estudantes e de ampla divulgação das atividades arqueológicas realizadas, assim como a criação de circuitos turísticos e pesquisas sistemáticas que resultem em trabalhos publicados e acessíveis ao público (DELHI, 1956).

A Educação Patrimonial refere-se às ações realizadas conjuntamente às pesquisas arqueológicas. Em determinadas situações, exprime o cumprimento do dever, do qual não resulta o envolvimento do Poder Público ou de interesses privados, para o desenvolvimento de atividades permanentes que incluam a comunidade, na qual o Patrimônio Arqueológico está inserido. Em alguns casos, o interesse de particulares na conclusão de obras, acelera indevidamente o cronograma dos profissionais, ocasionando o comprometimento do trabalho de campo e da Educação Patrimonial, contra a vontade dos arqueólogos.

A atividade arqueológica, deve resultar de políticas públicas elaboradas atendendo às necessidades e às especificidades de cada patrimônio e da comunidade na qual está inserido. Assim como atentar para as recomendações dos tratados e convenções internacionais que abordam essa temática. Essas discussões acerca do patrimônio evidenciam a relevância de preservá-lo e conservá-lo. Em contrapartida, há a necessidade de se pensar no crescimento da

cidade, sem detrimento ao patrimônio arqueológico, desse modo, são necessárias políticas públicas que permitam o desenvolvimento de Manaus.

Durante a execução do ARQUEOURBS, a praça Dom Pedro II passou por trabalhos sistemáticos de prospecção, resultando em 9 sondagens e 49 poços testes, foram coletados um total de 5651 fragmentos. Destes, 18% correspondem a material histórico e 82% são de fragmentos cerâmicos pré-colombianos correspondentes às fases Paredão, Manacapuru e Guarita.

Os fragmentos pré-colombianos consistiam em 400 da fase paredão, 6 da Guarita, 323 da Manacapuru, 3416 não identificados e 400 considerados do período após a colonização. Os vestígios históricos incluem: 421 de material construtivo, 260 são vidros, 182 de louça, 2 de plástico, 65 de metais, 59 ossos, 68 líticos, 7 de lamparinas, 1 de carvão e 1 não identificado (ZANETTINE et al, 2002).

Em virtude da quantidade de fragmentos resgatados, durante o restauro da praça Dom Pedro II, ocorrido durante o projeto ARQUEOURBS em 2003, Eduardo Neves encaminhou pedido para a realização de atividades arqueológicas no local, incluindo a solicitação para exumar urnas previamente identificadas no sítio MANAUS (Figura 7).

Figura 8. Projeto de Intervenção Arqueológica na Praça Dom Pedro II.

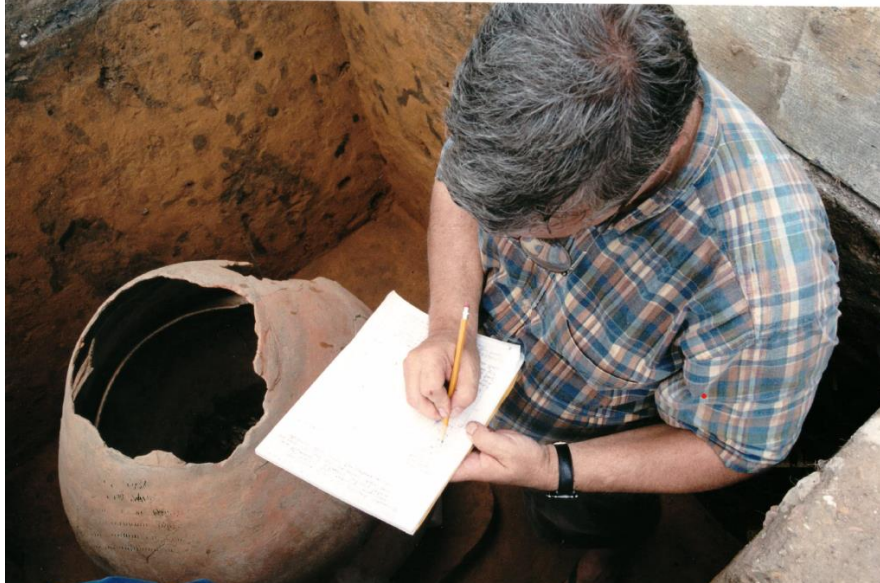


Fonte: Arquivo IPHAN, 2003.

A documentação referente a essa intervenção encontra-se disponível no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do IPHAN. Nele observa-se detalhadamente o processo de

realização desse trabalho arqueológico que se preocupou com a demanda do empreendedor, com as regulamentações e com as reivindicações dos grupos afetados diretamente por ele. As escavações na praça Dom Pedro II resultaram no resgate de quatro urnas datadas em aproximadamente 1.500 anos, que estão sob responsabilidade do Museu Amazônico, uma em exposição e as outras acondicionadas na reserva técnica. Dentro de uma delas, foi identificado material orgânico, tratados naquele momento como dois crânios e pequenos fragmentos ósseos friáveis (Figura 9).

Figura 9. Exumação de urna durante o Projeto de Intervenção Arqueológica na Praça Dom Pedro II.



Fonte: Arquivo IPHAN, 2003.

O resgate dessas urnas gerou comoção entre os indígenas, dos quais lideranças posicionaram-se contrárias à exumação. Reunindo-se com o IPHAN e os arqueólogos responsáveis, esses líderes apresentaram o posicionamento dos seus respectivos grupos em relação à perturbação ao Sítio Manaus, ocasionada por essa intervenção. Estavam presentes Avelino Trindade, pajé Tukano; Leôncio Miguel Lima, pajé Apurinã; Domingos Sávio Veloso Vaz, pajé Dessano e Gabriel dos Santos Gentil, Pajé Tukano. Nessa reunião, chegou-se ao consenso que a resolução mais viável para o impasse, era a realização do ritual de permissão para exumação das urnas funerárias. Também esteve presente o Sr. Bonifácio José, representante da Fundação Estadual dos Povos indígenas (FEPI), a qual foi substituída em 2009 pela Secretaria de Estado para os Povos Indígenas (SEIND) (IPHAN, 2014).

O sr. Bonifácio (FEPI) citou a ausência de um representante da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), evidenciando que os interesses dessas organizações eram distintos, fazendo-se necessário ouvi-los também. Destacou ainda a necessidade de contar com a presença de pelo menos quatro pajés para a realização do ritual, oriundos respectivamente, do Rio Negro, Solimões, Baixo Amazonas e do Madeira. Outra colocação feita por ele, refere-se à imprescindibilidade de serem ouvidas as etnias envolvidas, principalmente por se tratar de uma profanação de uma área sagrada (IPHAN, 2014).

Tentou-se contatar essas lideranças indígenas a fim de obter mais dados sobre o posicionamento desses grupos, porém, não foi possível encontrá-los em Manaus. Ao analisar as informações referentes ao resgate das urnas, observa-se os diferentes discursos dos grupos envolvidos, especificamente, na realização da exumação das urnas. O antropólogo José Reginaldo Gonçalves no seu artigo “Monumentalidade e Cotidiano: os Patrimônios culturais como Gênero de discurso” (1990), refere-se à existência de gêneros de discursos apropriados a espaços, tempos, personagens e atividades sociais diversos, no entanto, os discursos do Patrimônio Cultural, seriam produzidos nos meios intelectuais, são projeções de identidades e memórias construídas, e que são disseminados por ações políticas (GONÇALVES, 1990).

Como observa-se em relação à praça Dom Pedro II, há o discurso que remete à Belle Époque, período no qual ocorreu um significativo desenvolvimento urbano, discurso de valorização do Patrimônio Cultural construído, principalmente, no século XX. O historiador Otoni Mesquita descreve esse momento como a refundação de Manaus, devido às profundas alterações que ocorreram, os governantes introduziam elementos da cultura europeia em detrimento aos conhecimentos das populações locais, tais como mudanças urbanísticas e sociais, como exemplo, o Código de Posturas Municipais (MESQUITA, 2009).

O código de posturas era um conjunto de normas elaborado, primordialmente, sobre o esteio do poder local. Tratava-se de parte fundamental da administração portuguesa, tendo registros do seu uso desde as cartas de foros dos Concelhos Medievais, os quais eram uma das divisões administrativas em Portugal, equivalendo a distrito. Os códigos tinham como objetivo ordenar o modo de vida no espaço urbano. Sendo o objeto principal do qual decorria todo um segmento de regras específicas de usos e ocupação do espaço, questões sanitárias e relacionadas a comportamento, que inclui cuidados pessoais e formas apropriadas de se relacionar no meio social (MESQUITA, 2009).

O código de conduta vinha balizar e complementar a imposição cultural dos portugueses, visto que inibia hábitos comuns da vida em Manaus, conduzindo os habitantes a adotarem novos comportamentos baseados nos hábitos dos europeus. O registro mais antigo do



código de condutas na cidade data de 1938. Refere-se a uma imposição aos costumes locais o art. 33 do código de conduta de 1948:

Toda a pessoa, que se intitular Pajé, ou que a pretexto de tirar feitiços, se introduzir em qualquer casa, ou receber na sua alguém para simular curas por meios supersticiosos, e bebidas desconhecidas, ou para fazer adivinhações e outros embustes incorrerá na multa, assim como o dono da casa, de vinte mil réis, ou oito dias de prisão, em qualquer dos casos. (SAMPAIO, 2016)

Desse modo, o Código de Condutas representa o discurso de uma época que se buscava, preferencialmente, exterminar o modo de vida que figurasse contra o conceito de sociedade civilizada. José Reginaldo Gonçalves, enuncia o patrimônio sendo a representação de diferentes discursos, ora de uma unidade nacional centrada na imagem de civilização, expressa em valores espirituais e imateriais, ora nos estratos inferiores da sociedade os quais estariam centrados nas dimensões materiais e corporais da existência.

Compreende-se melhor os discursos em torno do patrimônio quando há o confronto de oposições centradas no discursos, os quais são estabelecidas pela relação dialógica entre monumentalidade e cotidiano. A primeira oposição, passado e presente, a praça Dom Pedro II representa na sua imaterialidade, a monumentalidade vista como hierarquicamente superior ao presente, justificada pela ideia de tradição, os patrimônios culturais surgem simultaneamente a formação dos estados nacionais, cujos discursos que os cercam servem para construir memórias, tradições e identidades (HOBBSAWM,1983).

Nessa narrativa do patrimônio, constrói-se a ideia dos monumentos, representantes de uma tradição, relacionando as pessoas do presente àquelas do passado e seus grandes feitos. O monumento serve como marco, a afirmação dessa tradição construída “considerados monumentos no sentido clássico do termo, isto é, pela sua exemplaridade cultural e estética, eles materializavam a “tradição”, fonte segura de uma identidade nacional” (GONÇALVES, 2002, p.150).

Nessa oposição, considerando como referência a narrativa construída sobre o cotidiano, obtém-se a inversão da valoração do passado, deixando de ser visto sob a ótica da tradição, e relativizando o passado, assim, existem tantas memórias quantos são os grupos sociais, “os bens patrimoniais, como associados ao passado nação, passam a serem denominados bens culturais, enquanto integrantes da vida presente de diversos segmentos da população” (GONÇALVES, 2002, p.152).

A praça Dom Pedro II analisada sob essa oposição do passado e presente, representa um monumento, enquanto símbolo do modo de vida implementado no século XX, em Manaus. Período marcado pela disseminação do eclético, da introdução cultural vinda do Velho Mundo e suas representações simbólicas, tais como as observadas no chafariz com Poseidon rodeado pelas Musas.

No entanto, esse monumento não reflete os mais variados significados que esse lugar possui para seus usuários no presente, nem o que representou para os pré-colombianos. Trata-se de um lugar de divergências entre a monumentalidade, o marginalizado (refletidos na imagem das pessoas em situação de rua e de profissionais do sexo) e o sagrado materializado nas urnas cerâmicas e nos materiais biológicos encontrados.

No discurso do cotidiano, observa-se variações ao longo dos anos, de espaço para o lazer tornou-se um lugar destinado à prostituição assim como para a presença de pessoas em situação de rua. São esses usos que construíram a imagem atual da praça, mesmo que determinados sujeitos entendam esses contra usos como distantes da moral e dos bons costumes estabelecidos pela sociedade, marginalizando de modo prévio aqueles usuários, dessa forma, maculando a imagem da praça.

Frequentemente, esse entendimento do que é correto ou incorreto de se fazer no meio social, não considera questões implícitas das quais decorrem esses contra usos. A prostituição deve ser entendida, também, como um modo de subsistência, um trabalho realizado por determinados sujeitos que por razões específicas, realizam como forma de garantir suas existências.

Assim como pessoas em situação de rua, por razões diversas, adequam-se a esse modo de vida. Logo, a praça torna-se um lugar ideal, considerando que muitos optam em utilizar desse espaço para suas atividades. Em relação ao lazer, a diminuição dessa prática permitiu o surgimento desses contra usos, por um lado ocorreu um distanciamento dos usuários que buscam um lugar para a sociabilidade, por outro garantiu à profissionais do sexo e às pessoas em situação de rua um espaço para ocuparem e fazerem uso.

Contudo, associou-se a esse espaço o estereótipo de área vermelha, ou seja, altamente perigosa. Assim, vinculou-se os roubos e furtos acontecidos nessa área à presença desses sujeitos que trabalham na praça. No entanto, assim como esse esvaziamento propiciou que esses usuários passassem a fazer uso desse lugar, permitiu que assaltantes e outros meliantes fizessem também. Desse modo, criou-se um espaço público dinâmico, caracterizado pelas divergências desses contra usos, predominantemente marginalizados sob o olhar da sociedade.

O discurso do monumento, citado anteriormente, está associado à produção da tradição. Nessa narrativa, a tradição elege seus patrimônios culturais, os quais serão usados em segundo plano nas experiências individuais e coletivas. Portanto, existe a visão de uma nação homogênea, para qual a praça representa um espaço público destinado ao lazer e seus equipamentos remetem a um comportamento social do qual seus frequentadores têm consciência do significado.

Enquanto na narrativa do cotidiano predomina as experiências individuais, demonstrando a heterogeneidade dos significados do patrimônio, desse modo a perspectiva dos indivíduos serve como base para seus discursos acerca dele, tais como ponto de prostituição, passagem ou descanso para pessoas em situação de rua e local de trabalho para flanelinhas.

Outra perspectiva considerada por José Reginaldo Gonçalves, coloca as narrativas de monumentalidade e de cotidiano em oposição. Os discursos, os quais circulam na sociedade encontram-se de forma mais intensa, na zona entre essas, nomeada de contato, na qual as relações são parcialmente controladas (GONÇALVES, 2002).

Em relação à narrativa monumentalista, diante da realidade contemporânea, ou seja, o cotidiano, ela é limitada, pois valoriza o passado e a tradição em detrimento às experiências individuais. O patrimônio nessa visão funciona como um equipamento educador, serve para mostrar uma realidade a qual se objetiva a manutenção, não existe espaço para relativização do patrimônio, busca-se a propagação da tradição. Desse modo, a praça torna-se um equipamento cultural de lazer, representa o passado próspero, com elementos da cultura europeia, nessa narrativa não há espaço para outras interpretações.

Enquanto na narrativa do cotidiano, o patrimônio assume diferentes nuances, pois é um espaço usado por diferentes segmentos sociais, marcado pela transitoriedade. O que José Reginaldo Gonçalves demonstra com essas oposições de narrativas, tendo como referência a monumentalidade e o cotidiano, são as possibilidades do patrimônio representar diferentes discursos, assumindo variadas formas, nas palavras do autor, “um espaço público monológico, policiado, fechado, noutro momento, um espaço tendencialmente mais aberto, polifônico” (GONÇALVES, 2002, p.154).

Com base nessa análise, percebe-se que a perspectiva na qual se observa o patrimônio, seja com base em uma narrativa monumentalista ou do cotidiano, tem-se diferentes compreensões, das quais são construídos os discursos. Desse modo, deve-se ver a sociedade de forma heterogênea, que se encontra em constante transformação, fazendo usos e contra usos dos patrimônios da cidade.

Esse patrimônio cultural assume novos discursos que moldam a nossa compreensão sobre ele, reivindica um caráter representativo de memória e significados determinados pelos grupos sociais que fazem contra usos dele. Assim, transforma-se em um elemento na busca por reconhecimento social e político no espaço público. Portanto, na narrativa do cotidiano o patrimônio avoca esta característica de subjetividade para indivíduos ou coletividades.

Já no caso das narrativas articuladas no registro do cotidiano, o espaço público é pensado enquanto dividido pela diversidade de pontos de vista, pela diversidade dos gêneros de discurso que nele circulam. A nação não é algo acabado, cuja essência seria representada pelo patrimônio. A nação é heterogênea e está em permanente processo de transformação. (GONÇALVES, p.154, 2002)

O discurso dos indígenas de reivindicação do material arqueológico, tornou-se um momento importante para discutir sobre o patrimônio arqueológico, tanto para o IPHAN, antropólogos, arqueólogos e para eles mesmos. Naquele momento, emergiram características culturais que os diferenciam, tal como o tempo necessário e ideal para realização do ritual. Enquanto os Tikunas demandariam uma noite inteira, outros grupos poderiam exigir dias para realizarem seus rituais (IPHAN, 2014).

Desde o início, os indígenas desconsideravam a possibilidade de permitir a exumação das urnas. No entanto, para os profissionais envolvidos a ação era necessária para salvaguardar esse patrimônio. As palavras presentes com frequência nas atas das reuniões entre os profissionais, os representantes do IPHAN e as lideranças indígenas são aquelas referentes ao sagrado, à herança, ao respeito e à proteção. (IPHAN, 2014)

Em dado momento, o representante da FEPI referiu-se como uma ofensa aos parentes, o manuseio das urnas e dos restos mortais, a cerimônia seria um modo respeitoso de pedir permissão aos antepassados, do mesmo modo os parentes e o local deveriam ser “benzidos”, como forma de proteção (IPHAN, 2014).

Observa-se a criação da ausência de legitimidade na reivindicação do uso desse espaço público por sujeitos marginalizados. O sociólogo Boaventura de Souza Santos trata em “A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências: para uma ecologia de saberes” (2007), da ausência como uma forma de evidenciar que coisas não reconhecidas como válidas dentro da racionalidade ocidental, ou seja, sem reconhecimento das ciências, não são ausentes, porém, são colocadas como não-existentes, não-críveis, invisíveis à realidade do mundo científico, conforme Boaventura:

“A Sociologia das Ausências é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, como uma alternativa não-crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo. E é isso o que produz a contradição do presente (DE SOUZA SANTOS, p.29, 2007)

De acordo com Boaventura de Souza Santos, existem cinco modos de produção dessas ausências. O primeiro: monocultura do saber, na qual os outros conhecimentos são inválidos sem o rigor científico, excetuando os saberes de outros grupos, tais como os saberes indígenas e os populares. Em relação à praça Dom Pedro II, concebe-se o sagrado, representado pelos sepultamentos em urnas cerâmicas, assim como o direito de posse e pertencimento desse espaço importante na história dos grupos pré-colombianos, reivindicado por seus descendentes, porém, não reconhecido devido à falta de evidências científicas que corroborem essa ancestralidade.

Esse processo de descredibilizar outros conhecimentos, reduz a nossa realidade, ou seja, passamos a observar o mundo de modo limitado pelo conhecimento científico, conforme Boaventura, a primeira forma de produção de ausência é a ignorância.

O segundo modo: a monocultura do tempo linear, no qual a história é vista em sentido linear, ou seja, uma direção a seguir, a do progresso, desenvolvimento e modernização, em que os países desenvolvidos estão à frente nessas transformações com suas instituições e formas de sociabilidade. Os países menos desenvolvidos seriam atrasados ou residuais, sendo a segunda forma de produção da ausência, a residual.

O terceiro modo: monocultura da naturalização das diferenças, na qual as diferenças ocultam hierarquias. Nesse caso, não são as hierarquias que criam as diferenças, mas o inverso, aqueles que são inferiores o são por natureza. Sendo a inferiorização o terceiro modo de produzir ausências. “A racionalidade ocidental não consegue pensar as diferenças com igualdade, elas sempre são desiguais” (DE SOUZA SANTOS, p.30, 2007)

A praça é destinada ao lazer, assim como à prostituição. Contudo, não pode ser um lugar familiar, ao mesmo tempo que é usado por aqueles marginalizados. Desse modo, cria-se generalizações que comportem aquelas práticas consideradas inapropriadas (prostituição, pessoas em situação de rua, usuários de entorpecentes), logo, a praça torna-se um espaço perigoso. Para sanar o problema, revitaliza-se a praça oferecendo à população novos centros culturais como Centro de Arqueologia e o Museu da Cidade, afastando os outros usuários e seus contra usos.

O quarto modo: monocultura da escala dominante, tem como base dois conceitos. O primeiro é o universalismo, no qual tem-se uma ideia, a qual se propaga por diferentes áreas sem a preocupação com o contexto local, mantendo sua particularidade; o segundo é a globalização, um movimento no qual as ideias se espalham por diferentes regiões. No entanto, observando as diferenças e se adaptando aos contextos desses locais, portanto, não existe globalização sem localização.

Assim, o quarto modo de criar ausência é por meio do particular e do local, os quais não têm lugar em uma realidade global, universal e hegemônica. Em relação à praça Dom Pedro II, tem-se a manutenção do estilo arquitetônico Art Noveaux, que ocorre ao se preservar o coreto e a fonte com suas devidas. Por outro lado, o sítio arqueológico tem representatividade local, especificamente para os indígenas, não tem o apelo da comunidade e dos visitantes, no que se refere a sua preservação como um lugar sagrado.

O quinto modo: monocultura do produtivismo capitalista, o qual aplica-se tanto ao trabalho como à natureza, ligada ao pensamento de que o crescimento econômico está relacionado à produtividade mensurada em ciclos de produção, os quais determinam a produtividade do trabalho humano ou da natureza, desse modo o restante não tem validade. Tudo que é improdutivo não conta, o quinto modo de produzir ausência é a improdutividade.

Como exemplo, os vendedores ambulantes e profissionais do sexo, exercem atividades instáveis, as quais não possuem determinados direitos trabalhistas, como salário-mínimo. São atividades que necessitam de determinadas condições, tais como clientes e um ambiente propício para oferecer os serviços e mercadorias, no entanto, essas pessoas não são improdutivas, elas contribuem com os impostos seja pagando suas contas ou comprando produtos.

Para resolver essas ausências, Boaventura de Souza Santos propõe a ecologia dos saberes, na qual o saber científico saber-se-á dialogar com o laico, para alcançar os resultados esperados. Para sanar problemas ocasionados pelos resíduos, ele propõe a ecologia das temporalidades, refere-se ao modo de respeitar como o passado e o presente apresentam-se para nós, principalmente, por não ser possível conter o desenvolvimento da cidade, sendo inevitável o crescimento urbano. Desse modo, torna-se necessário que as políticas de preservação estejam atualizadas e correspondam de forma significativa a demanda dos moradores do Centro Histórico de Manaus.

Para eliminar as hierarquias criadas pelas diferenças, Santos propõe uma ecologia do reconhecimento, na qual serão eliminadas aquelas predominantes, ou seja, criadas no meio social, as que permanecerem após essa eliminação são as que valem, tais como a informalidade

do trabalho do vendedor ambulante até a sensação de naturalidade transmitida pela pessoa em situação de rua ao dormir em um banco da praça.

A quarta ecologia a da transescala preocupa-se em olhar o local, principalmente quando representa uma situação nacional ou global. No que se refere ao Brasil, muitas cidades foram construídas sobre sítios pré-colombianos ou históricos, como é o caso da praça Dom Pedro II, sobre o Sítio Manaus. Do mesmo modo, a região portuária do Rio de Janeiro ocultou o Cais do Valongo até o ano de 2011, sendo redescoberto durante as obras de construção do Porto Maravilha. Devido à mobilização de organizações sociais e ativistas do movimento negro e o IPHAN, hoje é reconhecido como Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO (2017). Esse é um exemplo de cidade, na qual o local tem importância no que se refere ao patrimônio, estima-se que tenha passado pela cidade do Rio de Janeiro mais de 2 milhões e 300 mil pessoas escravizadas em quase quatro séculos de escravidão no Brasil (LOPEZ, 2019).

E por último, a ecologia das produtividades. Para Boaventura, essa ecologia baseia-se diretamente na busca pelos direitos de moradia, movimentos populares, movimentos indígenas para defender ou recuperar seus territórios históricos, entre outros. Em outras palavras, a ecologia das produtividades está diretamente ligada à defesa dos direitos daquelas organizações econômicas até então desacreditadas, como os profissionais do sexo reconhecidos pelo Ministério do Trabalho desde 2002; os quais podem recolher contribuições previdenciárias e garantir direitos comuns a todos os trabalhadores, como aposentadoria e auxílio-doença.

No que se refere aos movimentos indígenas para defender e recuperar seus territórios, em meio à discussão para a realização do ritual de permissão para a exumação das urnas, em 02 de setembro de 2003, a COIAB emitiu um manifesto, no qual solicitou a paralisação das atividades de resgate. Dessa forma, seriam mantidas *in loco*, com estrutura adequada para manter a integridade do material arqueológico até que as lideranças indígenas tomassem uma decisão final sobre o destino dele (IPHAN, 2014).

Do mesmo modo, solicitaram a demarcação da área como terra indígena, caso o material arqueológico fosse mantido no local, que esse viesse a se tornar um museu. Para a COIAB, a presença das urnas não faz parte de um período pré-colombiano, pelo contrário, por serem descendentes fazem parte da história, algo continuado e não no passado, essas foram algumas das colocações feitas por essa organização (IPHAN, 2014).

A Superintendência Regional do IPHAN respondeu por meio de ofício nº 2460/3 em 4 de setembro de 2003, esclarecendo que todas as medidas para o tombamento e preservação do material estavam sendo tomadas, tendo a Prefeitura Municipal de Manaus à frente dos gastos com os responsáveis pelas atividades realizadas (IPHAN, 2014).

Devido à antiguidade do material, segundo o IPHAN, tornou-se improvável a correlação com qualquer dos grupos indígenas contemporâneos, direta ou indiretamente a esses vestígios arqueológicos. Por último, o órgão informou que os artefatos iriam para acervo pertencente ao Centro de Memória da Cidade que funcionaria no Paço da Liberdade, atual Museu da Cidade. No entanto, estão sob a responsabilidade do Museu Amazônico, como citado anteriormente.

Enquanto o IPHAN, representado pela Superintendente profa. Dra. Bernadete Mafrá de Andrade, buscou uma resolução que agregasse esses discursos de modo a atendê-los adequadamente, por outro lado estavam os interesses de determinados grupos, que ocasionalmente não tiveram seus interesses respeitados. Em relação à memória e História, o historiador Pierre Nora nos diz (1993):

(...) A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos que existem; que ela é por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém. O que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga as continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9)

A memória ligada à praça pelos grupos indígenas, que reivindicam esse espaço como parte do universo e da vivência deles, portanto, refere-se a lembranças, é suprimida quando pesquisas, muitas vezes imprecisas devido à situação do material, com suas técnicas e metodologias, demonstram não existir laços que definam de forma precisa, uma correlação deles com tais vestígios, tornando-os, na fala de Nora (1993), uma história que “pertencem a todos e a ninguém”, um patrimônio nacional.

Ao reivindicarem a guarda das urnas, a qual foi negada pelo IPHAN que autoriza a tutela ao Museu Amazônico, as lideranças indígenas denotam o valor sagrado, enquanto aquele órgão, a responsabilidade de proteger os bens culturais da nação. Consequentemente, trata-se de um lugar de muitos sentidos, “a identificação de lugares sagrados por um grupo determinado representa uma das formas mais importantes de dotar um espaço com sentimento e significado, porém existe uma multiplicidade de outras”. (LITTLE, 2003, p. 263)

Esse sentimento de pertencimento, necessariamente não tem relação com o fato de serem os primeiros a se estabelecerem ali. Contudo, pode estar relacionado às origens, nas palavras do antropólogo Paul Little, pertencer a um lugar significa originar-se em um local



específico, seja o primeiro grupo ou não a ocupá-lo (LITTLE, 2003). Esse sentimento coexiste com a concepção cosmológica. Compreende-se, desse modo, como se estabeleceu a memória e o respeito não só com o material arqueológico, mas com o espaço. Conforme Little:

As relações específicas imbuídas na noção do lugar não devem ser confundidas com as da noção de originalidade, isto é, o fato de ser o primeiro grupo a ocupar uma área geográfica - o que apelaria à ideia de terras imemoriais -, algo difícil, senão impossível de se estabelecer, como bem mostram as disputas arqueológicas. (LITTLE, 2003, p. 263)

Do mesmo modo, a discussão sobre a continuidade desses grupos, dos quais muitos não habitavam a área durante a colonização, historicamente ocupada pelos Manaós, Barés e Tarumãs, quando evocam a ideia de ancestralidade. Essa ligação familiar, trata-se de uma relação com os povos originários, não especificamente associado ao local, mas como os autóctones da Amazônia.

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao Território (LITTLE, 1994).

Little refere-se às muitas memórias e ligações, porém, o simbolismo do material arqueológico carrega os discursos de memória, ancestralidade e de sagrado. Desse modo, se os ancestrais não forem respeitados, isso trará consequências para esses grupos, como descrito nos registros do processo de exumação das urnas disponível no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do IPHAN (IPHAN, 2014).

Após ouvir os envolvidos, o IPHAN decidiu realizar o ritual de permissão para dar continuidade ao resgate do material arqueológico, os pajés manifestaram-se positivamente à essa solução. Depois de realizada a cerimônia, as urnas foram exumadas. Com relação à ligação entre os grupos indígenas da Amazônia com o sítio Manaus, teve-se a presença do Sr. Leôncio, pajé da aldeia Camapã da Boca do Acre, a mais de 1.000 Km de distância de Manaus, pertencente à etnia Apurinã, o qual realizou o ritual de permissão (Figura 10).

Figura 10. Realização do Ritual de Permissão para a exumação das urnas.

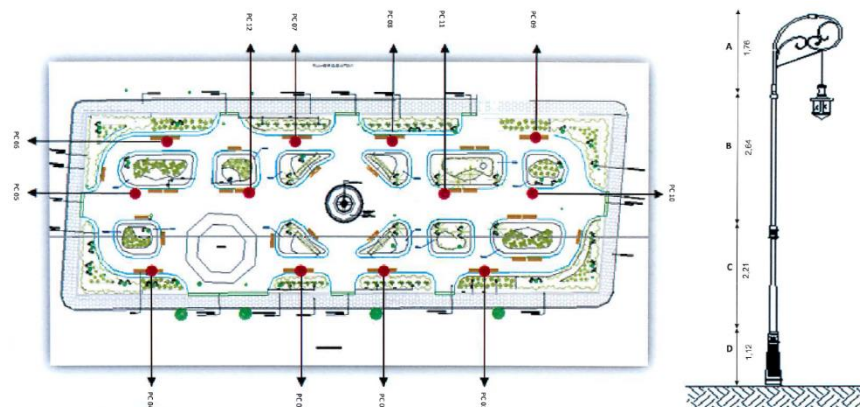


Fonte: Arquivo IPHAN, 2003.

### **3.2. Enobrecimento: Usos e contra usos, uma guerra de lugares.**

No ano de 2004, a praça Dom Pedro II passou por um processo de adaptação para atender às necessidades da população, levando em consideração a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, conhecida como Lei de Acessibilidade, que garante acesso seguro, sem limitações, para as pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida, por meio da implementação de rampas de acesso e sinalização para pedestres, assim como a instalação de luminárias de piso, posicionadas próximas às árvores. No ano anterior, como consta na documentação do IPHAN, foram instalados os postes tipo cajado, assim como o cabeamento elétrico subterrâneo (Figura 10).

Figura 11. Poste tipo cajado e sua distribuição no interior da praça.



Fonte: Arquivo IPHAN, 2004.

Em relação ao calçamento, as pedras de lioz danificadas foram substituídas por pedras arenito. No ano de 2013, ocorreu um novo processo de restauro com intuito de aprimorar o acesso para deficientes, ainda com base na Lei de Acessibilidade. Esteve fechada para visitação de novembro de 2019 a agosto de 2020, para mais uma intervenção aprovada em 2018, financiada pelo PAC – Cidades Históricas, ação que estava em tramitação desde 2014, como consta no SEI.

Gentrification, mencionado anteriormente, trata-se de um conceito complexo, uma vez que envolve diversas demandas sociais. É um processo de enobrecimento, que compreende questões econômicas, seja investimento público ou privado. Ocorre em determinados espaços que perderam o status elevado que possuíram no passado. Assim, são transformados em lugares que proporcionam para a classe média um modo de vida urbano com determinada facilidade para acessar os recursos oferecidos pela cidade, tais como locomoção para o trabalho, lugares de lazer e de serviços públicos.

Esses elementos como transporte, acessibilidade e valores econômicos, são o que tornam esses espaços da cidade atrativos de incentivo público e privado, tudo isso associado a um discurso de preservação e proteção, resultando na volta da aplicação de capital nesses lugares. São áreas que devido à localização e baixo custo, tornam-se atrativas para investidores que buscam transformá-las em interesse da classe média. É a presença desses indivíduos, possuidores de capital que irá alterar esses espaços, alinhando-os ao modo de vida deles (PAES, 2017).

Contudo, no caso do Brasil, existem outras perspectivas a serem consideradas no processo de enobrecimento, que pode se disfarçar como revitalização ou requalificação,

unificando em um mesmo procedimento dois valores, o de bens culturais e o de mercadoria cultural, relacionando-as às finalidades destinadas pelo Poder Público.

O enobrecimento pode ser interpretado como uma modalidade contemporânea de higienismo, em que determinado equipamento cultural, no qual se investe capital, é revitalizado sob o discurso de vida e apreço à cidade. Torna-se, assim, necessário possuir recursos financeiros para que os sujeitos possam se apropriar dele, ocasionando conflitos com aqueles que já fazem uso desse equipamento no cotidiano. Existem espaços criados para projetar as hierarquias, demarcando as distâncias entre os grupos sociais, o enobrecimento seria um processo destinado para esses novos usuários que vão dar significado para essas áreas (BATALLER, 2012).

Por outro lado, Rogério Proença Leite (2002) expõe como esse processo de enobrecimento pode gerar novos usos, ou seja, os contra usos, caracterizados por estarem em oposição dos usos regulados para determinadas áreas. A gentrificação também gera novos lugares, resultantes das relações socioespaciais dissonantes, formadores de novas apropriações em relação aos recursos oferecidos para população (LEITE, 2002).

Portanto, a gentrificação cria sistemas, separações e implica em regras de conduta partilhadas pelos usuários desses espaços públicos, a dimensão simbólica dessa prática, reflete em um processo de otimizar o potencial de investimento em áreas centrais, evidenciando estruturas arquitetônicas e urbanísticas, representativas de valores e perspectivas de determinada camada social, resultando na busca de apropriação, por parte de outros sujeitos (LEITE, 2002).

No que tange à praça Dom Pedro II, o interesse em preservá-la reflete-se nas numerosas intervenções pelas quais passou. O investimento nessa área continua, foi aprovado o projeto, com incentivo do PAC – Cidades Históricas, para a inclusão e adaptação do calçamento com pedra carranca, por ser antiderrapante e não necessitar da compactação no solo. Não afetaria, dessa forma, o material arqueológico sob a praça, como consta no processo de restauro.

Durante essa intervenção, os jardins receberam novas espécies botânicas, tornando-o mais atrativo para o público e foram instaladas 16 lixeiras no interior da praça. A parte interna precisou ser nivelada, devido ao solo ter sido revolvido durante as pesquisas arqueológicas e pelo processo natural, pois, o interior da praça não possuía revestimento que protegesse o latossolo, em exposição à ação da chuva e de outros fatores de erosão.

Na praça, encontram-se o coreto e o chafariz. Esse apresenta entre as musas e os meninos, o rosto de Poseidon, deus Grego, ou Netuno para os romanos, dominante dos mares governante dos seres marinhos, uma das mais importantes deidades para os antigos gregos.

Duas visões distintas de sagrado, das quais parte da população desconhece as origens e o significado.

O Chafariz das Musas pode ser apreciado pelos visitantes, enquanto as urnas representam um conhecimento reservado para aqueles que o buscam no Museu Amazônico. Representações do sagrado, eternizado pela cultura que influenciou o mundo, não apenas na arquitetura, mas também na organização social, que eram os gregos e outra reduzida às memórias partilhadas por determinados grupos indígenas, que ainda lutam para obter reconhecimento e principalmente respeito para seus antepassados.

Existem outros aspectos da praça analisados nesta pesquisa, tal como a vegetação. Segundo os dados do relatório do PAC para o IPHAN, existem sete mangueiras, vinte e três seringueiras, duas palmeiras imperiais, uma goiabeira, um flamboyant e um taperebá (Figura 12). A proposta apresentada no projeto do PAC teve como objetivo manter as árvores, inclusive as não nativas, complementando o jardim com espécies florais da região.

Figura 12. Variedade de espécies arbóreas presentes na praça Dom Pedro II



Fonte: Arquivo IPHAN, 2004.

O estudo da paisagem está presente nos trabalhos arqueológicos desde a década de 1950, enquanto na Antropologia destaca-se a Antropologia Ecológica, que não considera a paisagem como um espaço à espera da ação do homem, pelo contrário, ela contribui nas escolhas tomadas por ele em relação ao ambiente.

Desde uma antropologia da paisagem, esta se apresenta como a própria condição de estar no mundo, onde se entrelaçam a cultura, a natureza e o sujeito (Lane, 2002; Hirsch, 2003; Low, 2006). Nos termos da antropologia ecológica de Ingold (2000), a paisagem é pensada como o horizonte de convergência dos corpos e organismos humanos e não-humanos com o ambiente que os engloba, distinguindo-se de uma concepção de paisagem como "vista" ou cenário para a ação humana. Para o autor, assim como os corpos não são formas dadas anteriormente, independentes dos seres que os constituem geneticamente, as paisagens não são cenários pré-existentes à espera das criaturas que vão ocupá-las (Ingold, op. cit.). (KORMIKIARI, 2014, p.7).

Como descrito no primeiro capítulo, os portugueses escolheram o local do forte devido ao posicionamento estratégico como forma de defesa, do mesmo modo os habitantes pré-colombianos selecionaram como lugar de sepultamento. A paisagem não determinou que os colonizadores deveriam edificar o forte, do mesmo modo, os homens antes deles não foram obrigados a enterrarem seus mortos, pelo contrário, havia a necessidade de realizar tais ações, logo, essa área atendia às condições necessárias, fossem elas estratégicas ou sagradas.

A noção de paisagem que aqui trazemos compartilha da perspectiva do engajamento no mundo (Ingold, 2000) e deixa de ser o pano de fundo onde a ação acontece para ser, ela mesma, um feixe de ações articuladoras do encontro humano e não-humano, ou ainda uma trama – no sentido da tecelagem e do drama – deste encontro como mútua inscrição das marcas humanas no ambiente e deste na experiência humana do mundo. (KORMIKIARI, 2014, p.7).

Assim, o homem atua na modificação da paisagem, ao mesmo tempo que essa estabelece como as mudanças irão ocorrer. Como exemplo, a tentativa de dar o aspecto aplanado para a Vila de Manaus no século XVIII, conforme os planos do governador Lobo D'Almada. A intenção era seguir o projeto político pombalino estabelecido para a Amazônia, mesmo com o aterro de alguns igarapés, isso não foi possível. As ruas são irregulares e muitas seguem as ondulações dos morros existentes (ZANETTINI et al, 2002).

A paisagem local encontra-se bastante modificada. A praça passou por inúmeras intervenções, no entanto, ainda há a presença de seringueiras, nativas da região, que representam uma das espécies associadas aos sítios arqueológicos na Amazônia, assim como a presença de castanheira, de variedade de recursos vegetais e da Terra Preta de Índio.

Uma das necessidades básicas, portanto, que motivaram estes desenvolvimentos foi a da Arqueologia se afastar das pesquisas de sítios únicos e individuais e se estudar questões que abordam mudança e variação regional. Pesquisas dos chamados offsite/nonsite e da paisagem arqueológica são feitas para se levar em consideração a distribuição e o alcance dos vestígios arqueológicos. Trata-se de um tipo de pesquisa que não se encaixa (especialmente ou conceitualmente) com os tipos de sítios mais comumente identificados. (KORMIKIARI, 2014, p.7).

Em relação à seringueira (*Hevea brasiliensis*), trata-se de árvore nativa e símbolo do crescimento da cidade. No entanto, na praça divide espaço com outras variedades, tais como a mangueira, originária do sudoeste asiático, a goiabeira típica de regiões subtropicais (GONZAGA NETO, 1995) e as arbustivas, componentes dos canteiros internos. A praça Dom Pedro II, foi construída com inspiração inglesa, mescla de espécies exóticas e locais, seus jardins e passeio compõem caminhos irregulares, rompendo com a ideia de simetria, característico dos jardins franceses (ZANETTINI et al, 2002).

Ela representa um espaço criado intencionalmente, ou seja, não resultou da necessidade da população por espaços, como o caso da Bola do Produtor, rotatória localizada na Av. Autaz Mirim, no bairro Novo Aleixo, que passou por reforma e adaptação, pois os moradores das proximidades usavam como um local para recreação.

Contudo, a praça Dom Pedro II perdeu gradativamente o fluxo intenso de frequentadores. Os espaços públicos são dinâmicos, como o Parque Municipal Ponte dos Bilhares, entre as ruas Constantino Nery e Djalma Batista, bairro Chapada e o Parque Senador Jefferson Péres, entre a Avenida Sete de Setembro e a rua Lourenço da Silva Braga, bairro Centro. Lugares que permitem aos seus frequentadores a prática de exercícios e de esportes. O Parque dos Bilhares possui campos desportivos, com configurações e finalidades diferentes, enquanto a praça é um espaço para o lazer e convívio social. Portanto, os parques também são espaços para a prática desportiva.

É preciso, por outro lado, não perder de vista a temporalidade. Paisagens são construções dinâmicas. Cada comunidade e cada geração impõe seu próprio mapa cognitivo sobre um mundo antropogênico que possui morfologia e arranjo interconectados e um significado coerente (Anschuetz, Wilshusen e Scheick, 2001: 161). Neste sentido, podemos estender esta formulação à espacialidade e atentar para o fato que subgrupos de uma dada comunidade também exercem sua ‘escrita’ sobre seu meio natural e por ele são influenciados. (KORMIKIARI, 2014, p.10)

A falta de opções que a área possui apresenta-se como outro fator determinante para a diminuição dos frequentadores. A praça Dom Pedro II encontra-se rodeada de repartições públicas, que encerram as atividades a partir das 14h, enquanto os parques citados situam-se em meio a outra dinâmica, ruas e avenidas movimentadas, comércios, casas, restaurantes, bares, escolas e universidades. Estar em uma local movimentado, proporciona visibilidade e acentua o medo em relação à violência, “(...)a paisagem é vista como uma entidade ativa e muito mais complexa em relação às vidas humanas”. (KORMIKIARI, 2014, p.3)

Dessa forma, a escolha dessa área como lugar de descanso torna-se mais apropriada, devido à distância entre ela e a agitação da Manaus do século XXI. Portanto, não se pode ignorar fatores determinantes para identificação de sítios arqueológicos, tais como a Terra Preta, espécies botânicas e a própria configuração desses espaços, no que se refere à proximidade de fontes d'água e alimentos, esses dizem muito sobre a ocupação da Amazônia pré-colombiana.

Não se pode deixar de lado, igualmente, as grandes possibilidades de interação com o grande público, que uma Arqueologia da Paisagem carrega em si. Inclui-se, neste sentido, as comunidades indígenas que têm muito a dizer sobre a sua herança patrimonial. Assim, o arqueólogo consegue entender por que certo local é tradicionalmente importante para uma comunidade, permitindo um diálogo cultural cruzado sobre a construção e reprodução de ligações com determinados locais. (KORMIKIARI, 2014, p.10)

Sendo assim, a relação com a natureza torna-se importante na construção da perspectiva do homem no mundo, assim como nas origens desse, no que se refere à cosmogonia, os seres míticos e terrenos, os lugares sagrados, não acessíveis aos sujeitos comuns. Logo, “uma paisagem representa a maneira pela qual as pessoas dão significado a elas mesmas e a seus mundos, isto por meio de sua relação com a natureza” (KORMIKIARI, 2014, p.10).

### **3.3. Discurso do cotidiano: um olhar de dentro**

Durante a produção, dessa pesquisa foram ouvidos determinados sujeitos, transeuntes daquela área por trabalharem nas proximidades e possuírem diferentes relações com a praça Dom Pedro II e seu entorno. Usou-se nomes fictícios e outros meios para resguardar a identidade desses indivíduos.

Em uma das repartições públicas, próxima à praça, contatou-se três funcionários em momentos diferentes. No primeiro, as colocadoras foram as sra. Maria e sra. Raimunda, aquela relatou trabalhar no local há mais de vinte anos, enquanto essa apenas dois. Para dona Maria, as numerosas intervenções no local não resultaram em mudanças significativas, no que se refere também aos frequentadores, seriam sempre os mesmos, pessoas em condição de rua e usuários de drogas. Ela comparou a situação da praça com outro espaço de lazer importante da cidade,



também requalificado, o Largo de São Sebastião, que conta com monitoramento do patrimônio, isso representa segurança para os frequentadores, caso ocorresse o mesmo na praça contribuiria para o aumento de visitantes, segundo a interlocutora.

No entanto, para a sra. Maria as mudanças físicas ocorridas na paisagem eram perceptíveis. Logo, mencionou o aspecto das árvores, o qual resultou na melhoria da iluminação, ela se referia à poda e retirada de algumas mangueiras, localizadas defronte ao Arquivo Público. Reportou-se também à implementação do novo mobiliário urbano. Mesmo com essas transformações o lugar não representaria um espaço de intensa visitação, segundo ela.

Embora a sra. Maria trabalhe há mais de vinte anos próximo à praça Dom Pedro II, afirmou não a visitar nem ao menos transitar por ela ao chegar ou sair do trabalho. Em relação a sra. Raimunda, declarou que devido ao pouco tempo trabalhando naquela repartição pública, não possui experiências com relação ao objeto de estudo, que pudessem contribuir para esta pesquisa, pois, assim como a outra colocutora, não possui conhecimento sobre a praça, assim como não a frequenta.

Nesses dois exemplos, observa-se que esse espaço, eventualmente, não possui significados para as interlocutoras, mesmo próximo ao local de trabalho delas. Contudo, para história da cidade de Manaus tem grande relevância, o qual “pertence a todos e a ninguém”, citado anteriormente, ou seja, representa o passado histórico e pré-colombiano. Porém, no presente, ocasionalmente é um espaço sem ação, ao mesmo tempo que é destinado para o lazer e o convívio social.

“(…) O lugar como o definimos aqui, não é em absoluto o lugar que Certeau opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso: é o lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico. Naturalmente, é preciso que esse sentido seja posto em ação, que o lugar se anime e que os percursos se efetuem, e nada proíbe falar de espaço para descrever esse movimento. Porém, esse não é nosso propósito: incluímos na noção de lugar antropológico a possibilidade dos percursos que neles efetuem, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza. (AUGÉ, p.76, 1994).

No relato das interlocutoras, a praça representa um lugar dispendioso para o Poder Público, devido às obras não resultarem em mudanças significativas, ainda que reconheçam a importância do local como patrimônio Histórico e Arqueológico, no entanto, para elas não existe a intenção de fazer uso desse espaço.

Contudo, a praça não tem sido usada, necessariamente, como um lugar de lazer. Pessoas em situação de rua usam desse espaço público para dormir, comer, e outras domesticidades relativas ao que se convencionou como reservadas ao lar. O historiador Noélio Martins Costa em sua tese de doutorado “A rua como Lar: invisibilidade de pessoas em situação de rua no centro de Manaus” (2019), retrata a utilização que esses sujeitos fazem de determinadas ruas da cidade como parte de uma rede, na qual são estabelecidos pontos destinados para atividades diversas, tais como alimentação e higiene. Denominado de Trajeto pelo autor, devido ao percurso realizado por eles incluir certos lugares e vias em detrimento a outros.

As informações apresentadas por Noélio Martins corroboram com o que se observou em campo (2018 - 2019), e no final do ano de 2019, quando foram contactados os interlocutores, momento no qual a praça encontrava-se fechada para obras de requalificação. Pessoas em situação de rua usam a praça Dom Pedro II como local de repouso, em virtude da possibilidade de ter abrigo por longo período, sendo o coreto um local de descanso apropriado para a noite.

Do mesmo modo, as pessoas em situação de rua descansam próximo de edificações nas adjacências, por exemplo, sob a marquise do prédio do INSS, nas casas e terrenos abandonados. Ademais, Noélio Martins em sua tese discorre sobre a prostituição nessa área, demonstrando a função dos bares, ou “inferninhos”, evidenciando a reorganização desse espaço pelas profissionais do sexo, o que permite compreender a razão pela qual essa atividade diminuiu em relação à praça, visto que esses locais funcionam como ponto de prostituição.

Como efeito, tem-se a ressignificação desse lugar, o qual se torna um espaço de múltiplos usos. Portanto, por ser acessível a todos está repleto de símbolos e manifestações próprias da praça pública, tais como o cumprimento entre pessoas em situação de rua, a presença de usuários de drogas, o anúncio do vendedor ambulante. Esses discursos expressam a vida cotidiana, as relações de existência entre diferentes sujeitos, que compartilham o mesmo espaço público criando seus próprios lugares que parecem claramente delimitados (ARANTES, 1994).

Desse modo, os vendedores ambulantes ocupam o sinal da rua Governador Vitório, via na qual situam-se os bares e inferninhos, enquanto o flanelinha, observado durante a atividade de campo, trabalha no estacionamento do Museu da Cidade. Além disso, as pessoas em situação de rua disputam como local de descanso os bancos da praça e o coreto. Entre essas ocupações, figuram os usuários de droga, presentes na fala da interlocutora. Apesar de ocuparem o mesmo espaço público, são perceptíveis as diferenças entre as relações socioespaciais, ocasionando o distanciamento desses sujeitos, por exemplo, a predominância de profissionais do sexo com mais idade nessa área, como observado por Noélio Costa.

Em relação à profissionais do sexo na praça Dom Pedro II, observou-se que essa movimentação se torna mais evidente ao fim da tarde, enquanto nos bares localizados em ruas adjacentes, o fluxo é intenso ao longo do dia, inclusive em frente a algumas repartições públicas.

(...) gostaria de sugerir que um espaço urbano somente se constitui em um espaço público quando nele se conjugam certas configurações espaciais e um conjunto de ações. Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002, p.116)

Assim, os lugares são delimitações físicas e investidos de significados, os usos praticados neles pelos sujeitos refletem sentido de pertencimento que os qualificam. Portanto, a dinâmica que eles apresentam geram ações sociais, das quais resultam a ordem lógica de comportamento apropriado para cada lugar existente nesse espaço, na ausência de atribuição de sentido não passam de espaços urbanos.

Como citado, os contra usos subvertem os usos estabelecidos para determinados espaços, ocasionando a existência de diferentes lugares. Por exemplo, durante o período da manhã, a visitação à praça Dom Pedro II não ocorre de forma intensa, enquanto à noite, profissionais do sexo e pessoas em situação de rua ocupam-na atribuindo-lhe sentidos, passa a ser um lugar praticado, como mencionado por Rogério Proença Leite. São os diferentes usos e ocupações que criam dentro dos espaços urbanos os lugares divergentes, nos quais são estabelecidos significados e simbologias (LEITE, 2002).

Por outro lado, a praça representa um lugar de memória. Por indicação da interlocutora dona Maria, contactou-se o sr. João, de acordo com ela, esse contribuiria com mais informações em razão dele ter morado no bairro Centro. No dia seguinte, o sr. João foi ouvido, funcionário antigo da mesma repartição que as colocutoras, residiu por anos na rua Frei José dos Inocentes, adjacente à praça, conforme seu relato nasceu em casa e possui muitas lembranças, que diferem significativamente do que se observa atualmente na área.

O sr. João relatou que no local do edifício do INSS, antes de ser o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas (IAPETEC), havia um campo de futebol, no qual jogava bola com seus amigos na juventude. Essa edificação era ocupada até o quarto andar por repartições públicas, e do quinto ao nono por residências. No que diz respeito à praça, recorda-se das apresentações realizadas pela banda do exército no

coreto, o qual ele se refere como retreta. Ele recorda de ajudar junto com os amigos, a organizar os bancos para o público assistir ao espetáculo, como recompensa ganhavam lanches após a apresentação.

No que diz respeito às obras mais recentes na praça, o sr. João lamentou a retirada das mangueiras que ficavam defronte ao Arquivo Público. Desse modo, o sentimento de impotência diante de determinadas transformações ocorridas com o patrimônio, está constantemente presente no discurso dos interlocutores, dos quais alguns relataram evitar participação nas questões que envolvem essas obras, pois não surtirão resultados, essas mudanças ocorrerão existindo ou não oposição a elas.

A reação do IPHAN em relação a essa pesquisa foi positiva, demonstrando o interesse desse órgão em compreender a relação da população com o patrimônio, desse modo, atentar para a forma com a qual ela se estabelece. Os questionamentos de um dos representantes demonstram essa disposição “Será que é suficiente o que fazemos?” Basta olhar para o patrimônio, sem entender sua dimensão, apenas se baseando em seu valor histórico e artístico?

Este trabalho preocupa-se em demonstrar como o patrimônio, particularmente a praça Dom Pedro II, possui múltiplos significados, assim, não é suficiente olhar para o seu valor histórico, uma vez que existem outras dimensões, tais como seu valor paisagístico, cultural, sagrado e de memórias pessoais.

Memória, por exemplo, de quem trabalha no local há mais de 30 anos, como o sr. Pedro, flanelinha indicado pelo sr. João. Ele relatou que havia outros flanelinhas nesse estacionamento. Entretanto, como o sr. João dissera, um deles foi convidado para trabalhar no Posto Sete quando inaugurou no bairro de Adrianópolis, hoje possui negócio próprio, produz e vende churrasqueiras. Ambos relataram que outros dois foram mortos, porém, não deram detalhes.

Em relação à praça, para o sr. Pedro as intervenções não resultaram em mudanças significativas. Desde que foi trabalhar nas proximidades, ela esteve fechada pelo menos quatro vezes e quando devolvida para população encontrava-se nas mesmas condições. Em seguida, retornavam usuários semelhantes (usuários de drogas, pessoas em situação de rua, profissionais do sexo e meliantes), corroborando a colocação feita pela sra. Maria. Para ele, o local deveria ter alguma funcionalidade, como um lanche para atrair as pessoas, opção apontada pelo interlocutor.

Quando questionado sobre a presença de profissionais do sexo, foi sucinto ao afirmar que mesmo quando a praça se encontra aberta para visitação, ela não é usada por essas profissionais com a mesma frequência de antes. O sr. Pedro acredita que a razão desse desinteresse pelo local deve-se à presença de inúmeros bares nas ruas próximas. No entanto,

outrora elas chegavam cedo e ficavam pelo resto do dia, como um trabalho mesmo, nas palavras dele, que relatou permanecer no local até as 18h no máximo.

O estacionamento no qual o sr. Pedro trabalha situa-se em frente ao Arquivo Público, sendo mais útil aos funcionários das repartições públicas do que para os visitantes, tal como o Museu da Cidade. O museu tem com finalidade transmitir conhecimento sobre a vida em Manaus em diferentes períodos históricos para os visitantes. Com relação à visita, pela terceira vez no museu, a sra. Inês, acompanhou sua filha que trabalha com Patrimônio Histórico.

Moradora da cidade há 50 anos, dona Inês contou histórias da cidade, como a do caso Delmo que assaltou a Serraria Pereira, propriedade de seu pai, agrediu o vigia do local Antônio Firmino da Silva e matou o taxista José Honório Alves da Costa. Ela relatou residir no bairro Centro, no entanto, havia morado no Rio de Janeiro para estudar, retornando para Manaus em seguida. Contudo, na juventude não conheceu a praça Dom Pedro II, assim como desconhecia o local, até ele se tornar o Museu da Cidade.

O objetivo dessa visita era para contatar Leonardo Novelino, administrador do museu, todavia, a conversa com dona Inês tornou-se importante para esta pesquisa. Apesar de ser moradora antiga da cidade e ter vivido próximo por muito tempo, ela não possuía memórias ligadas à praça, porém, como habitante da cidade conhecia muitas histórias sobre Manaus.

Apesar de achar interessante, dona Inês acredita que o museu poderia oferecer mais informações visuais, aproveitar melhor os espaços, além disso, reconhece a importância da sala de arqueologia por causa das pessoas que desconhecem o sítio arqueológico Manaus. Quando sua filha terminou a visita, mencionou questões técnicas de restauro que havia observado, como o descascamento da parede em uma das salas.

Em seguida, o sr. Leonardo Novelino encontrava-se disponível para diálogo, o objetivo principal nesse contato referia-se à implementação do Museu da Cidade e sua contribuição para o fluxo de visitantes na área. Ele afirmou que ocorreu aumento na visita, os dados referentes encontram-se no site Viva Manaus. Contudo, reiterou que não existem equipamentos culturais que incentivem a visita do local e em seu redor situam-se numerosos repartimentos públicos corroborando com a colocação feita pelo sr. João.

Outra afirmação importante feita pelo administrador do museu, refere-se ao número elevado de turistas estrangeiros, que são acostumados com edificações em estilo neoclássico, ao contrário dos amazonenses que não possuem familiaridade. No entanto, o sr. Leonardo relata que busca atrair a atenção do visitante local por meio da paisagem da praça, utilizando os elementos que são característicos da região e estão presentes nela.

As seringueiras e o sítio arqueológico funcionam como parte do cenário para transmitir uma narrativa tornando a experiência do visitante local satisfatória. Um dos elementos que constitui esse relato apresentado pelo sr. Leonardo, é a presença de um gavião que faz seu ninho no alto das copas das árvores na praça, ele reproduz essa história para os visitantes mostrando a importância do lugar para a fauna, servindo como refúgio para que esse animal possa realizar seu ciclo de vida.

Em relação à presença de profissionais do sexo, sua afirmação corroborou com a colocação do sr. Pedro, de que elas não utilizam o espaço como a mesma frequência. Contudo, o sr. Leonardo atribui essa diminuição à facilidade de comunicação que os celulares permitem, visto que elas não precisam se expor da mesma forma, sendo mais fácil e seguro usar o telefone celular para substituir o tradicional ponto em algum logradouro público.

O interlocutor mencionou que os funcionários do museu costumam contribuir com as festas de fim-de-ano dessas profissionais, oferecendo cestas básicas de alimentos. Do mesmo modo, citou o trabalho realizado pela igreja, especificamente pela Cúria Metropolitana, dedicado a profissionais do sexo, executado de forma abrangente, ocorre ao longo do ano coletando dados detalhados sobre elas.

Mais uma característica desse ambiente é a predominância de repartições públicas, no entanto, resiste um comércio o “Alô Café restaurante”. Surgiu a oportunidade de estabelecer diálogo com o proprietário, o sr. Marcolino Salgado. O interlocutor, assim como os outros, demonstrou resistência à força transformadora que não observa as necessidades dos que permanecem naquele espaço. Ele relatou existir diversas dificuldades para manter uma edificação no Centro Histórico tombado, uma vez que existem muitas regras a serem seguidas no que diz respeito à conservação do patrimônio.

Algo compartilhado com a sra. Inês, para eles, tombamento é o mesmo que deixar cair, dada as dificuldades que surgem devido serem salvaguardados pelo Poder Público. Entre colocações que ambos fizeram, está a impossibilidade para realizar pequenas obras emergenciais, sem autorização prévia. Morar ou trabalhar em uma edificação, assim como em um conjunto tombado tem suas especificidades.

Se a casa é espelho dos que a habitam, dos moradores se espera o maior cuidado possível, o zelo de quem cuida não apenas para si próprios, mas também para a coletividade, cientes da responsabilidade que lhes cabe, uma vez que a ideia de patrimônio excede o direito de propriedade e remete a um pacto social, a um comprometimento com o sentido de lugar compartilhado com comunidade da qual se faz parte. (ALMEIDA, 2017, p. 269)

A preservação também vai de encontro ao poder aquisitivo dos proprietários, além do processo burocrático de solicitação, avaliação e permissão, que demanda tempo, após autorizado requer capital para custear as obras cumprindo com as determinações do IPHAN. Observou-se nesses diálogos que muitas ações de restauro surgem como ações do Poder Público, no entanto, são individuais, a permissão e o controle delas, de fato, são responsabilidades das autoridades públicas, mas o investimento financeiro, na maioria dos casos, é do proprietário.

Constata-se esse fenômeno nas edificações em ruínas, muitas não passam de paredes ocas, expressão usada pelos interlocutores. Como o Hotel Cassina, atualmente suas fachadas originais permanecem, no entanto, no interior foi construída uma nova edificação. Esse restauro resultou em outra discussão levantada por alguns dos colocutores, a qual se refere à construção dessa edificação moderna, houve manifestações contrárias, principalmente de pessoas do meio acadêmico, por questões de privacidade e não ter recebido autorização não serão citados os nomes.

A questão principal refere-se ao fato dos moradores, ao realizarem obras de restauro, terem a obrigação de preservar o conjunto arquitetônico tombado, contudo, surgem novas edificações que destoam e descaracterizam o mesmo. Como exemplo os interlocutores mencionaram o Instituto Amazônia, fundado em 27 de setembro de 2001, aparece como uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, promove ações como defesa, preservação e conservação do meio ambiente, promovendo o desenvolvimento sustentável, trata-se de uma construção que destoa das características do conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN.

Esse tema é delicado, pois envolve a visão pessoal dos sujeitos ouvidos e o posicionamento do Poder Público que possui a responsabilidade de proteger o patrimônio aplicando as normas estabelecidas. Contudo, situações como essas apontadas pelos interlocutores devem ser estudadas de forma acurada.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a praça Dom Pedro II nas múltiplas dimensões apresentadas ao longo dessa pesquisa, permitiu observar os discursos produzidos em torno desse patrimônio, do qual existe uma variedade de pensamentos e significados ligados a ele.

Trazer essas dimensões para uma análise e discussão, permite ir além do conceito de patrimônio material, compreendendo-o como um Patrimônio Cultural, ou seja, possuidor de muitos significados, os quais podem coexistir. No entanto, em determinados momentos são geradores de conflitos, como em relação à exumação das urnas, em que se sobrepôs a responsabilidade do Poder Público, representado na imagem do IPHAN, em relação à demanda imposta pelos representantes indígenas que reivindicavam a área e o material arqueológico, esse atualmente sob a salvaguarda do Museu Amazônico.

Enquanto memórias têm sido constantemente construídas e reconstruídas em relação à praça Dom Pedro II. Os sujeitos não associam a praça com o pelourinho, ao invés disso a memória mais recente está associada com a prostituição, desse modo nomearam como a “praça das meninas”. No entanto, esse uso tem ocorrido com menos frequência, uma das razões refere-se às transformações incentivadas pelo Poder Público para atrair capital para esse espaço, como a criação do Centro de Empreendedorismo no antigo Hotel Cassina nomeado de Casarão da Inovação, o Museu da Cidade e o Centro de Arqueologia.

Desse modo, prosseguem os investimentos em requalificações da praça Dom Pedro II e das edificações históricas no seu entorno. Contudo, a diminuição do uso como ponto de prostituição, ao menos durante o dia enquanto os bares e inferninhos nas redondezas exercem essa função, demonstra uma nova transformação nas relações estabelecidas entre os usos e contra usos. Durante o dia, ocorre o fluxo de turistas simultaneamente aos contra usos de outros sujeitos.

O uso da praça como local de visitação parece se distanciar, em razão de se encontrar em uma ilha cercada de numerosas repartições públicas, e um café cujo proprietário possui a árdua missão de manter seu negócio como um testemunho para si e para seus descendentes. Como ele relatou, nesse local constrói e transmite suas memórias, herança que ficará para seus netos, não se referindo apenas ao Patrimônio Material, mas às histórias vividas naquele espaço, incluindo sua resiliência para manter-se firme diante das dificuldades existentes para conservar um bem tombado.



Historiadores, arquitetos, arqueólogos e outros profissionais diretamente ligados às obras de restauro, não apenas da praça, mas do Centro Histórico como um todo, têm o dever de correlacionar os objetivos dos projetos, sejam de restauro ou resgate, com os dos grupos sociais e étnicos que se correlacionam nesse espaço, pois estes também fazem usos e contra usos dele atribuindo-lhe múltiplos significados. Assim como construir um contexto histórico abrangendo o máximo sobre esses grupos.

Além disso, é perceptível a necessidade de existir comunicação com as pessoas que frequentam a praça de forma regular, as quais são afetadas pelas transformações ocorridas nesse espaço público, porém, podem ocasionar o distanciamento delas. A comunicação consiste em ouvir, assim como transmitir o porquê determinadas decisões são tomadas, apesar de parecer incomum, todo serviço público deve atender às demandas sociais. A Arqueologia dispõe da Educação Patrimonial como forma de comunicação e de troca de conhecimentos com as populações onde opera, seja no meio rural ou urbano.

Que essa atenção manifestada pelo IPHAN seja direcionada para compreender a dimensão desse patrimônio, de modo a obter resultados positivos para a população. Conseqüentemente, esse espaço histórico e sagrado, cheio de significados continue sendo usado, sem distinções de seus usuários. É importante que os processos de requalificação, não resultem em um processo de higienização, ou seja, que não ocorra uma valorização de uma determinada classe social.

A etnografia permitiu uma aproximação com os sujeitos, de modo a observar os usos e contra usos do cotidiano, para discutir teoricamente acerca do patrimônio nas suas múltiplas dimensões, como econômico, estético e morfológico. Trazendo também os dados arqueológicos para essa análise, como as urnas cerâmicas, reivindicadas pelos grupos indígenas contemporâneos; a praça e seus equipamentos, o coreto usado como abrigo por pessoas em situação de rua e que recebe espetáculos durante o Passo a Paço, a fonte com suas musas e Poseidon bem como outras representações de sagrado.

Como citado anteriormente, o Centro Histórico de Manaus tombado como patrimônio, compõe um conjunto arquitetônico de interesse de conservação e preservação. No entanto, as divergências entre manter as características do espaço e acompanhar o desenvolvimento geram discussões, como no caso do Instituto Amazônia e o Casarão da Inovação Cassina em oposição às habitações e ao comércio, como o “Alô, Café Restaurante”, os quais compõem os resíduos que devem preservar a ambiência arquitetônica desse centro histórico. Assim como o comércio presente na prostituição e no uso feito pelos vendedores ambulantes, em contraposição ao turismo incentivado pelo Poder Público, por meio de processos de revitalização nos quais se

incluem as edificações históricas recém entregues para população, são esses contra usos que mantêm esse espaço ativo.

Portanto, a praça Dom Pedro II e seus equipamentos são usados por diferentes sujeitos, que também possuem o direito de usufruir dos espaços públicos dentro da legalidade, por mais que caracterizem contra usos. Desse modo, todas as ações para a melhoria desses locais tangenciam igualmente os interesses desses grupos sociais.

## REFERÊNCIAS

AGIER, Michel (2011). **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Editora Terceiro Nome.

ALMEIDA, Eneida. Morar no patrimônio. **Revista CPC**, n. 22, p. 255-270, 2017.

AMORIM, Angeline Ugarte et al. Percepção sobre o patrimônio arqueológico em uma unidade de conservação de zona urbana: o sítio Japiim, na APA UFAM, INPA, ULBRA, Lagoa do Japiim, Elisa Miranda e Acariquara, Manaus, AM. 2019.

ARANTES, Antônio A. et al. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 2, p. 190-203, 1994.

\_\_\_\_\_ (2009). Patrimônio cultural e cidade. In: FORTUNA, Carlos & LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra, CES; Edições Almedina, p. 11- 24.

ARAÚJO, Emanuelle Silva. Desenvolvimento urbano local: o caso da Zona Franca de Manaus. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 1, n. 1, p. 33-42, 2017.

AUGÉ, Marc. Os lugares antropológicos. Dos lugares aos não lugares. **AUGÉ, Marc. Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas, SP: Papyrus, p. 43-107, 1994.

BATALLER, Maria Alba Sargatal; BOTELHO, Maurilio Lima. **O estudo da gentrificação**. *Revista Continentes*, n. 1, p. 9-37, 2012.

BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. In: **História da cidade**. 1983. p. 729-729.

BENTES, D. S. **Manaus outras faces da história: 1910-1940**. 1. ed. Manaus: Rego edições, 2008. v. 1.000. 192 p

BITTENCOURT, Agnello. **Fundação de Manaus: pródromos e sequências**. S. Cardoso, 1969.

\_\_\_\_\_. Manaus: Sua origem e Desenvolvimento. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas**, v.7, n.7, p. 93 – 112, 1948.

CANDIDO, Antônio (1975). O caipira e a sua cultura. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil**. São Paulo, Companhia e Editora Nacional.

CASTRO, Márcia Honda Nascimento. **Reconstruindo a Belle Époque Manauara: Projeto de Revitalização do Entorno do Teatro Amazonas e Praça São Sebastião**. Manaus: UFAM, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.

CERTEAU, Michel de (1994). **A invenção do cotidiano**. Petrópolis, RJ: Vozes.

CHILDE, V. Gordon; DE MACEDO, Jorge Borges. **Introdução à arqueologia**. 1961.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Unesp, 1992.

COMAPI, Arq Kedman Redman; DA SILVA, Wanessa Lima; DE FARIAS, Taise Costa. PALÁCIOS E PALACETES: A moradia burguesa na Manaus da Belle Époque. In: **Congresso Internacional: el modelo beaux arts y la arquitectura en América Latina, 1870-1930**. 2019.

COSTA, Graciete Guerra da. **Manaus: um estudo seu patrimônio arquitetônico e urbano**. 2013.

CORBUSIER, Le et al. **A carta de Atenas**. Hucitec, 1993.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. **Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo**. Mana, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.

DE MESQUITA, Otoni Moreira. **La belle vitrine: Manaus entre dois tempos 1890-1900**. FAPEAM, 2009.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. Boitempo Editorial, 2007.

DE SOUZA, Carollyna Bernardo Lemes et al. **AS PRAÇAS NA CONFORMAÇÃO URBANA DA CIDADE DE UBERABA: Do início do século XIX à metade do século XX**. Horizonte Científico, v. 10, n. 1, 2016.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto**. Editora Valer, 1999.

DIOGO, Érica et al. **Recuperação de imóveis privados em centros históricos**. Brasília: Programa Monumenta/IPHAN 2009.

FILIPPINI, Elizabeth. Patrimônio histórico-cultural em revisão: Revitalização do centro antigo de Manaus. 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres et al. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 1997.

FOUCAULT, Michel. 1986. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Bares, Manãos e tarumãs. **Amazônia em Cadernos, Manaus: Museu Amazônico/Universidade Federal do Amazonas**, v. 2, n. 2/3, p. 159-178, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*, Rio de Janeiro: Ed. 1989.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios**. 2007.

\_\_\_\_\_. Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso. **Cidade: história e desafios. Rio de Janeiro: Editora FGV**, p. 108-123, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios**. Horizontes antropológicos, v. 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GONZAGA NETO, L.; SOARES, J. M. Goiaba para exportação: aspectos técnicos da produção. **Brasília: Embrapa-SPI/Frupex**, 1994.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. **Rio de Janeiro: Paz e terra**, v. 1, p. 997, 1984.

IPHAN. Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015. **Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe**.

IRIBARREM, Camila Garcia. **Visões de Mundo: Uma Etnografia do Fazer Arqueológico no Paço da Liberdade-Manaus-AM**. Dissertação (Dissertação em Antropologia Social) – UFAM. Amazonas. p. 139, 2017.

KORMIKIARI, M<sup>a</sup> Cristina N. Arqueologia da paisagem. **Labeca–MAE/USP: São Paulo**, 2014.

KRAUS, Michael. 2010. **De La Teoría Al Indio. Experiencias de Investigación de Theodor Koch-Grünberg**. Maguaré, no. 24: 13–36.

LAPLANTINE, Francis. **Aprender antropologia**. Brasiliense, 1988.

Lei Orgânica do Município de Manaus. 15<sup>a</sup> Legislatura- 2010. Promulgada em 05 de abril de 1990.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MANAUS EMENDA Nº 29 DE 05/12/2002. Promulgada em 05 de abril de 1990.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

\_\_\_\_\_. Espaços públicos na pós-modernidade. In: FORTUNA, Carlos & LEITE, Rogério Proença (orgs.). **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra, CES; Edições Almedina, págs. 187-204.

\_\_\_\_\_. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 115-134, 2002.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. **O que é patrimônio histórico**. Brasiliense, 2017.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museology-Museum and heritage, patrimonialization and musealization: environment of communion**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 1, p. 31-50, 2012.

LIMA, Elide Xavier de et al. **Políticas Públicas de requalificação de áreas centrais de cidades: o processo de requalificação do Centro Histórico de Manaus**. 2016.

LITTLE, Paul. Gestão social e sustentável do território. **Brasília: IEA**, 1994.

\_\_\_\_\_. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico**, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

LOPEZ, Mariana Pires Vidal; SANTOS, Rosane Soares. Gestão e Conservação: Sítio Arqueológico do Cais do Valongo. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 9, n. 1, p. 35-46, 2019.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

\_\_\_\_\_. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. **Na metrópole: textos de antropologia urbana**, v. 2, p. 12-53, 1996.

MARCHIORO, Luana Witeck; GUBERT, Denise; GUBERT, Veridiane. A Teoria dos Polos de Crescimento e Desenvolvimento de Perroux, e a implantação na Zona Franca de Manaus na Região Norte do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 16, n. 31, p. 186-202, 2014.

MARCOY, Paul. **Viagem pelo Rio Amazonas**. Trad. Antonio Porro. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Desporto e EDUA, 2001.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MESQUITA, Otoni. **Manaus História e Arquitetura (1852-1910)**. 3ªEd. Manaus. Editora Valer, Prefeitura de Manaus e Uninorte, 2006.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **Fundação de Manaus, Aspectos do panorama Histórico Social do antigo Lugar da Barra**. 4ª edição. Manaus: Metro Cúbico, 1952.

MUNFORD, Lewis (1998). **A cidade na história**. São Paulo, Editora Martins Fontes.

NEVES, Eduardo Góes. **O Velho e o Novo na Arqueologia Amazônica**. Revista USP – São Paulo, n 44, p 86-111, 2000.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Intervenção Arqueológica na Praça D. Pedro II - Manaus**. In Relatório sobre o andamento das pesquisas arqueológicas no Conjunto Arquitetônico Paisagístico e Arqueológico do Paço da Liberdade. Unidade Executora de Projetos- UEP. Fundação Municipal de Turismo. Prefeitura de Manaus. 2003. Acervo IPHAN/AM.

NORA, Pierre et al. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, 1993.

ORSER, Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.



PAES, Maria Tereza Duarte. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 3, p. 667-684, 2017.

PEREIRA, William Rodrigues. **Passado e presente do patrimônio edificado em Manaus: identidade, uso e ressignificação como forma de preservação**. 2018.

PROUS, André. **Arqueologia brasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2006.

REIS, Arthur César Ferreira. **História do Amazonas**. 2ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia: Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989. (Coleção reconquista do Brasil. 2ª série; v.145).

RENFREW, W. C.; BAHN, Paul. **Arqueología: teoria, métodos y práctica**: Akal. 1993.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras**. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. (Coleção Quapá).

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Zahar. 2003.

SAMPAIO, Patrícia. (org.). **Catálogo de Códigos de Postura Municipais de Manaus (1838-2002)**. FAPEAM, Manaus, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.

SILVA, Carlos Augusto da et al. **A dinâmica do uso da terra nos locais onde há sítios arqueológicos: o caso da comunidade Cai N'água, Manaquiri AM. 2010**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós – Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Universidade Federal do Amazonas.

SOUZA, Leno José Barata. Manaus: da “Zirma” dos viajantes a “Maurília” dos historiadores. **Cordis: Revista Eletrônica de História Social da Cidade**, n. 1, 2008.

SIMMEL, Georg et al. A metrópole e a vida mental. **O fenômeno urbano**, v. 2, p. 11-25, 1979.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**, São Paulo, Odysseus, 2004.

VARGAS, Heliana Comim & CASTILHO, Ana Luisa Howard de (2009). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. São Paulo: Editora Manole.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento. **Mana**, v. 17, n. 1, p. 161-185, 2011.

ZANETTINI et al. **Projeto Arqueourbs: Forte São José da Barra do Rio Negro e Adjacências –Caderno Técnico**. Secretaria de Estado e Cultura. Governo do Amazonas. Manaus. 2002.

## **LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS**

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República Federativa do Brasil. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm) > acesso em 23 de setembro 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) >. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. Decreto nº 783, de 25 de março de 1993. Fixa o processo produtivo básico para os produtos industrializados na Zona Franca de Manaus e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Antigos/D0783.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0783.htm)>. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: 3 de ago. 2018.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm)>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. 4 de ago. de 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm)>. Acesso em: ago. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cria 425 (quatrocentos e vinte e cinco) cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da Cultura, cria Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Gratificadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11906-20-janeiro-2009-585482-normaatualizada-pl.html>>. Acesso em: 5 de agosto de 2018.

BRASIL. Notificação a Respeito do Tombamento do Centro Histórico de Manaus, Estado do Amazonas, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de 22 de novembro de 2010. **Diário Oficial** da União, Brasília, DF, nº 222, seção 3, p,18 – 19, 2010.

CARTA DE ATENAS. Sociedade das Nações. Conclusões Gerais e Deliberações da sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus - Outubro de 1931. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.p>> Acesso em: ago. 2019.

DE OLIVEIRA, Almir et al. Requalificação Urbanística da Praça Dom Pedro II – Chafariz e Coreto, Drenagem, Irrigação, Pavimentação, Sinalização, Mobiliário Urbano e Paisagismo. Projeto técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Prefeitura de Manaus, PAC Cidades Históricas, 2018. Disponível em:

<[https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?iI3OtHvPARIT Y997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsN WVlqQw0sRkcwbnPq-GDILBTroI8OcxRzg1vK7GegK9ZJELh6](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?iI3OtHvPARIT Y997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsN WVlqQw0sRkcwbnPq-GDILBTroI8OcxRzg1vK7GegK9ZJELh6)>. Acesso em jan. 2020.

IPHAN. Processo de Restauro 01490.001193/2014-18, de 10 de setembro de 2014

Acompanhamento Arqueológico referente a Obra de Requalificação Urbanística da Praça Dom Pedro II. Disponível em:

<[https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?wt7h6hFBI\\_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP\\_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boq6YLBVF3kzKL7kThYxHFie0gQTgNNCNIZ15xHiSyOScq](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boq6YLBVF3kzKL7kThYxHFie0gQTgNNCNIZ15xHiSyOScq)>. Acesso em jan. 2020.

LEI nº 3.924, de 26 de julho de 1961. Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

MANAUS, Decreto nº 7176, de 10 de fevereiro de 2004, Estabelece o Setor Especial das Unidades de Interesse de Preservação, localizado na UES Centro Antigo do Município de Manaus. D.O.M. nº 938, 2004.

MANAUS. Decreto nº 2436 DE 19 julho de 2013. Aprova o MANUAL DE PLACAS para a padronização do mobiliário urbano inserido nas UES CENTRO e UES CENTROANTIGO, conforme estabelece o Plano Diretor Urbano e Ambiental da Cidade de Manaus. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=256727>>. Acesso em ago.2019.

SILVA, Landa Bernardo et al. Projeto de Requalificação Antiga Câmara dos Vereadores, Centro de Arqueologia de Manaus – CAM. Projeto técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Prefeitura de Manaus – PAC Cidades Históricas, 2018. Disponível em:

<[https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?wt7h6hFBI\\_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP\\_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boqzrUxI74CUYb0B1G7d7JejkVm3LDiDEfoL4r2OwZWbsy](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?wt7h6hFBI_9S3DJjGLI0dpQiiSEQL4RcICP821UP_Zu3te9Mz8pMgdSFPXZPRHsDc8jMQ17erGYJfOcrc-boqzrUxI74CUYb0B1G7d7JejkVm3LDiDEfoL4r2OwZWbsy)>. Acesso em: jan. 2020.

TROOST, Laurent et al. Projeto de Restauro e Requalificação do Antigo Hotel Cassina. Projeto técnico encaminhado ao IPHAN-AM. Prefeitura de Manaus, PAC Cidades Históricas,

2018. Disponível em:

<[https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md\\_pesq\\_processo\\_exibir.php?iI3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWVIqQ57hX33b2JrhCgQJNiowtFevfmZ\\_FiUwidA3MnZTGukO](https://sei.iphan.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?iI3OtHvPArITY997V09rhsSkbDKbaYSycOHqqF2xsM0IaDkkEyJpus7kCPb435VNEAb16AAxmJKUdrsNWVIqQ57hX33b2JrhCgQJNiowtFevfmZ_FiUwidA3MnZTGukO)>. Acesso em jan. 2020.

## **PÁGINAS ELETRÔNICAS**

Lojistas reclama de prejuízos. Jornal do Commercio, 2017. Disponível em:

<<https://www.jcam.com.br/noticias/lojistas-reclamam-de-prejuizos/>>. Acesso em: 23 de dez. 2020.

REIS, Chris. Camelôs que foram realocados para camelódromos alegam queda de 90% em vendas. **Acrítica.com**, Manaus, 01 de mar. de 2014. Disponível em:

<<https://www.acritica.com/channels/manaus/news/camelos-que-foram-realocados-para-camelodromos-alegam-queda-de-90-em-vendas>>. acesso em: 25 de jun. 2018.